CPA Comissão Própria de Avaliação

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2021-2022
CAMPUS CAPANEMA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO LOCAL

CAPANEMA
Janeiro - 2023

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CAMPUS CAPANEMA IFPR

Relatório elaborado pela Comissão Própria de Avaliação Local (CPA) do Instituto Federal do Paraná (IFPR),

SINAES/INEP/MEC.

CAPANEMA

Janeiro - 2023

DADOS DA INSTITUIÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
Código e-MEC/INEP do IFPR: 14724
Caracterização da IES: Instituição Pública Federal
Estado: Paraná
Endereço da Reitoria: Rua Emílio Bertolini, n° 54 – Bairro Cajuru - CEP: 82920-030
Município: Curitiba
Representante Legal: Prof. Dr. ODACIR ANTONIO ZANATTA

Endereço do Campus: Rua Cariris nº 750 Bairro Santa Bárbara – CEP 85760-000 Capanema PR
Representante Legal: Prof. Leocadia Candido da Silva

EQUIPE GESTORA

Diretor(a) Geral
Prof. Leocadia Candido da Silva

Diretoria de Administração
Cheila Nunes dos Santos

Diretoria de Extensão, Pesquisa Pós-Graduação e Inovação
Prof. Karla Aparecida Lovis

Comissão Própria de Avaliação Local - Gestão 2022-2024

Portaria nº 127, 25 DE AGOSTO DE 2022

MEMBROS	SEGMENTOS	SITUAÇÃO
SAMUEL JORGE CARVALHO XIMENES	DOCENTE	TITULAR
JOSIANE JUNIA FACUNDO DE ALMEIDA	DOCENTE	TITULAR
GILBERTO LASKE	DOCENTE	SUPLENTE
LUCIANO EDISON DA SILVA	DOCENTE	SUPLENTE
DANIELI REGINA PIOTROSKI BRESSAN	TAE	TITULAR
MARINEZ DE CARVALHO	TAE	TITULAR
CHEILA NUNES DOS SANTOS	TAE	SUPLENTE
ALEXSANDRA ALINE POTULSKI	TAE	SUPLENTE
LAUANA VITORIA GONDASKI	DISCENTE	TITULAR
AMANDA TOMAZONI	DISCENTE	TITULAR
RAFAELA DE BORBA	DISCENTE	SUPLENTE
MAICON ANTONIO MARTINAZZO	EXTERNO	TITULAR
KARTIA SIMONE DREBES	EXTERNO	TITULAR
ANDRÉ DREBS	EXTERNO	SUPLENTE

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO CAMPUS **7**
1.1 Histórico do Campus 9
1.2 Eixos Tecnológicos e Cursos Ofertados 10
1.3 Perfil da Comunidade Acadêmica 10
1.4 Síntese do PPI 12
1.5 As dimensões da Avaliação Institucional 27
1.6 Os eixos da Avaliação Institucional 30

2. HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL **32**
2.1 Avaliação dos Estudantes 32
2.2 Avaliação dos Técnicos 33
2.3 Avaliação dos Docentes 34
2.4 Participação da Sociedade Civil Organizada 34

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO 2021-2022 **35**
3.1 Planejamento e Avaliação Institucional – Eixo 1 – Dimensão 8 35
3.2 Desenvolvimento Institucional 36
3.2.1 Missão e plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - Dimensão 1 36
3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (PDI) – Dimensão 3 38
3.3 Políticas Acadêmicas 41
3.3.1 Politica de Ensino, Pesquisa e Extensão - Dimensão 2 41
3.3.2 Comunicação com a Sociedade - Dimensão 4
3.3.3 Politica de Atendimento aos Discentes - Dimensão 9
3.4 Políticas de Gestão 54
3.4.1 Politica de Pessoal - Dimensão 5
3.4.2 Organização e Gestão da Instituição - Dimensão 6
3.4.3 Sustentabilidade Financeira - Dimensão 10
3.5 Infraestrutura Física – Dimensão 7 77

4. PLANO DE AÇÃO DA CPA LOCAL **81**
4.1. Objetivos Estratégicos 81
4.2 Propostas de Melhorias 85
4.3 Plano de Ação 87
4.4 Calendário da CPA 87

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **88**

6. REFERÊNCIAS **88**

1. APRESENTAÇÃO DO CAMPUS

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892. Em 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR autorizou a implantação do Instituto Federal do Paraná a partir da estrutura da Escola Técnica. Com isso, a ET é autorizada a desvincular-se da UFPR para aderir, sediar e implantar o Instituto Federal.

A Escola Técnica Federal do Paraná foi criada em 1892 e pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba, sendo seus fundadores Gottlieb Mueller e Augusto Gaertner, sócios do "Verein Deutsche Schule". Até 1914, o estabelecimento chamou-se "Escola Alemã", a partir de então passou a ser denominada "Colégio Progresso". Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo autorizada a funcionar sob a denominação de "Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade Federal do Paraná".

Em 1950, com a federalização da Universidade do Paraná, a Escola continuou sendo mantida pela Faculdade de Direito. Em 1974, por decisão do Conselho Universitário, a Escola Técnica foi integrada à Universidade Federal do Paraná, vinculando-se ao setor de Ciências Sociais Aplicadas sob a denominação de “Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná''. A partir de 14 de dezembro de 1990, com a reorganização administrativa da Universidade, o Conselho Universitário alterou sua denominação para “Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná”, vinculando-a à Pró-Reitoria de Graduação e, em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como Unidade da UFPR.

Em 29 de dezembro de 2008, o então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

(Setec/MEC), foram criados 38 Institutos Federais, distribuídos nas diferentes unidades da federação.

Os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquia, são dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e juridicamente são equiparados às Universidades. Caracterizam-se como "instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino" que devem ser desenvolvidas de forma articulada com a pesquisa e extensão, (BRASIL, 2008).

De acordo com o portal institucional do IFPR, atualmente conta com 20 campi, seis campi avançados e quatro centros de referência, distribuídos pelo Paraná, conforme apresenta o mapa de localização dos Campi do IFPR (figura 001). A instituição é formada por 29 mil estudantes; 1430 docentes e 965 técnicos administrativos em Educação (TAE) e oferta 310 cursos (técnicos, de graduação, de qualificação profissional e de pós-graduação) (PORTAL DO IFPR, 2022).

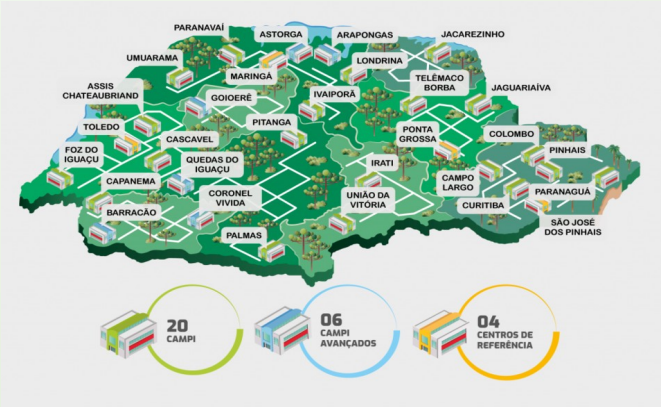


Fig.001. ***Mapa de localização dos Campi do IFPR (fonte DI/PROAD/IFPR)***

A Reitoria, sediada em Curitiba e a organização administrativamente do IFPR é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Superior, Reitoria, Conselhos dirigentes, Chefia de Gabinete e 5 Pró Reitorias: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE); Pró-Reitoria de Administração (PROAD); Pró-Reitoria de Ensino (PROENS); Pró-Reitoria de Extensão,

Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) e 3 Diretorias Sistêmicas: Diretoria de Infraestrutura (DI), Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e Diretoria de Educação a Distância (EaD).(IFPR, 2018). Na sequência será apresentado de forma detalhada o campus Capanema.

1.1 Histórico do Campus

Os arranjos produtivos do município de Capanema e região cabe destacar que a microrregião de Capanema possui uma população estimada de 98.226 habitantes, sua economia é predominantemente baseada nas cadeias produtivas relacionadas às atividades agrícolas. Em 2017 a microrregião apresentava um total de 9325 estabelecimentos rurais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os municípios de Capanema e Planalto perfazem 40% do total de propriedades levantadas pelo Censo Agropecuário de 2017. Observa-se ainda que a inovação e a tecnologia possuem um grande papel nesse contexto, e grande potencial para pesquisa e oferta de cursos, representando um espaço amplo a ser explorado pelas instituições de ensino, pois as tecnologias mais atualizadas ainda são pouco acessíveis aos pequenos produtores e/ou as pequenas empresas locais.

Além disso, a indústria de transformação representa o principal subsetor industrial, de Capanema, com participação de 32,95% da economia local na fabricação de alimentos. Esses dados demonstram a importância do setor primário, vinculado à agricultura e à pecuária. Dessa forma, também destacam a relevância do setor da indústria, vinculado à fabricação de alimentos, indicando que a vocação econômica de Capanema está intimamente ligada aos setores rurais da economia. Entretanto, a construção do processo de desenvolvimento regional não está assentada apenas nas funções e indicativos de caráter econômico, mas se fundamenta de forma necessária e prioritária no processo de formação dos sujeitos, o que permite garantir-lhes acesso à cidadania e aos diversos direitos políticos .

Neste contexto o IFPR - Campus Capanema, foi implementado no município e iniciou suas atividades provisoriamente no segundo semestre de 2014 e, oficialmente, em janeiro de 2015, através da Portaria 27/2015, de 22.01.2015. Desde então, vem se

consolidando na oferta de cursos para atender os arranjos produtivos locais. Atualmente oferece os seguintes cursos: Técnico Integrado em Cooperativismo; Técnico Integrado em Agroecologia e Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

O curso Técnico Integrado em Cooperativismo foi o primeiro curso ofertado no Campus, e foi escolhido pela população a partir do debate e audiências públicas realizadas para a implantação do Campus. O curso Técnico Integrado em Agroecologia, teve início em 2018 a partir de amplo debate com as entidades da agricultura familiar e movimentos sociais ligados à agricultura e à agroecologia. Já o Curso Superior de Licenciatura em Matemática foi implementado em 2019, sendo o primeiro curso superior ofertado pelo campus e foi escolhido pela comunidade local devido à necessidade de formação docente para a área de matemática e pautado na carência de professores desta área do conhecimento na região.

Além destes, o campus oferta cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, conforme demanda da comunidade local. Destaca-se ainda a atuação na formação continuada das redes municipais de ensino do entorno do Campus, como Planalto, de Bela Vista da Caroba, com previsão de ampliação para as demais da microrregião da fronteira com a Argentina.

1.2 Eixos Tecnológicos e Cursos Ofertados

Informação e comunicação (Informática)

Matemática (Matemática)

Recursos Naturais (Agroecologia)

Gestão e Negócios (Cooperativismo)

1.3 Perfil da Comunidade Acadêmica

Os dados apresentados na sequência tem como o objetivo delinear o perfil dos estudantes atendidos no IFPR campus Capanema-PR. Eles foram criados a partir de informações obtidas por meio de aplicação de questionário aos estudantes regularmente

matriculados nos cursos de Ensino Médio integrado ao técnico e aos graduandos do curso superior de Licenciatura em matemática, em 2022. A pesquisa contou com a participação de 121 (cento e vinte e um) estudantes, do total de 285 (duzentos e oitenta e cinco) alunos matriculados, o que demonstra um quantitativo significativo de respondentes.

No tocante à identidade de gênero dos estudantes do IFPR - Campus Capanema, observamos que 63,6% afirmaram identificar-se como pertencendo ao gênero feminino, 36,4% ao gênero masculino. No quesito idade, a faixa etária predominante está entre 15 e 18 anos, o que caracteriza um público majoritariamente jovem-adolescente.

Em relação ao ingresso dos estudantes, 46,3% dos estudantes ingressaram por sorteio público, 28% por ampla concorrência, 9,1% por transferência interno/externa , 11,6% por cota social e os demais por cota racial ou não informaram.

No que se refere ao local de moradia dos estudantes, observamos que o público atendido pelo Campus habita majoritariamente em área urbana e nas cidades de Capanema com 63, 6% e Planalto com 26,4%, contudo é possível constatar que discentes de outras cidades adjacentes se deslocam para o Campus, como Pérola do Oeste, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Santo Antônio do Sudoeste. Estes fatos apresentam relação com os dados relativo ao uso de transporte público e a sua importância para a locomoção, ingresso e permanência dos estudantes, pois 62% dos estudantes relatam que utilizam o transporte público municipal para se deslocar até o campus, 14% utilizam o transporte público intermunicipal e os demais utilizam carro próprio, se deslocam a pé, bicicleta, carona e transporte locado.

Já em relação ao questionamento relativo à escolarização anterior aponta que quase a totalidade dos respondentes, 92,5% concluíram o ensino médio e/ou fundamental em escola pública, o que reforça a necessidade da manutenção e fortalecimento das políticas de acesso aos discentes provenientes da educação pública.

Quanto ao questionamento sobre a participação na vida econômica da família, a maioria dos respondentes da pesquisa afirmaram não trabalhar (57,9%), contudo um dado relevante é a somatória entre os dois principais percentuais dos estudantes que trabalham, 16,5% trabalham, mas não contribuem com as despesas da família e 13,2% trabalham e contribuem com as despesas da família totalizando 29,7% de estudantes que conciliam o

trabalho com os estudos e ainda temos um percentual de 9,9% que se declararam desempregados e são potenciais trabalhadores. Este dado aponta para uma diminuição no tempo de dedicação aos estudos, considerando que grande parte dos discentes do Campus pertencem ao Ensino Médio Integrado ao Técnico.

No que concerne aos indicadores relativos à razão para estudar no IFPR e o motivo da escolha do curso, 44% escolheram devido a oferta de curso técnico, 24% por se considerar mais preparado, porque buscam qualificação para o trabalho, dentre outros motivos como complementação de estudos já realizados, busca de outra formação, por identificação com a área do curso e qualidade do ensino prestado.

É importante salientar que os dados atinentes ao mundo do trabalho, suas possibilidades e a qualificação para o trabalho nos trazem a percepção dos objetivos de formação dos discentes, bem como da perspectiva sobre as possíveis contribuições para a vida profissional dos estudantes. Ademais, a oferta de curso técnico parece ser característica importante quando consideramos a decisão por ingressar no IFPR, fato que corrobora uma vez mais com o mundo do trabalho.

E com relação a escolha do curso, 39,7% dos estudantes foram motivados pelo mercado de trabalho, 9,9% por se identificarem com o curso, 8,3% pela possibilidade de contribuir para a sociedade, dentre outros motivos. Observa-se nesse sentido que a maioria dos estudantes se preocupam principalmente com o mercado de trabalho e tem como anseio uma formação de qualidade.

1.4 Síntese do PPI

Tal como consta no PDI, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o PPI está balizado pelas normativas da Educação Nacional, também pelo Regimento Interno, e representa a atual situação das políticas de ensino da Instituição. Dessa maneira, está em constante discussão, avaliação e reelaboração, a partir da realidade que permeia as condições do trabalho pedagógico em todos os seus Campi. O PPI é resultado de um planejamento institucional e tem por finalidade indicar caminhos, descrever princípios e meios operacionais para se cumprir a missão do IFPR.

Traz em seu bojo valores contíguos também nas políticas institucionais criadas para o fortalecimento dos cursos e elevação da qualidade naquilo que, ao nosso entendimento, é o alicerce do IFPR: o ensino. Ressalta-se que o compromisso do IFPR é com a sociedade e, sobretudo, com os sujeitos que têm o direito à escola pública, gratuita e de qualidade. Este é o trabalho que nos propomos a desenvolver, com a participação de todos os servidores, numa constante luta pela educação e pela inclusão. Cumpre lembrar que o IFPR é uma Instituição de Ensino pública, cujo acesso é democrático. Nas próximas páginas, delineiam-se, portanto, as principais concepções de educação que refletem o exposto acima e propõem reflexões/ações no que se refere ao compromisso coletivo com a educação.

Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição:

Por meio de reflexões sobre práticas escolares do passado, em que a educação significava instrumento elitizado e, não raro, de poder, compreende-se que a construção de uma identidade que reflita as políticas do IFPR é fundamental para marcar qual é o seu papel na atualidade. Pressupor o trabalho como dimensão constitutiva do ser social, e, neste sentido, como interseção entre o fazer e o aprender, demonstra que o ato de estudar também significa uma forma de trabalho. Quer dizer, pelo trabalho e pela educação o sujeito constitui-se como tal e passa a integrar as vozes da sociedade. Desta forma, compreende-se que a inclusão só será possível se a transformação se der nos planos econômico e político, pois é fundamental que ciência e tecnologia estejam ao alcance de todos.

Essas são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade. O enfrentamento dos desafios postos por um modelo de desenvolvimento social exige a formação de subjetividades eticamente orientadas e socialmente responsáveis, capazes de compreender o tempo e o espaço dos sujeitos, através da apreensão da complexidade que as relações sociais produzem, assim como os meios produtivos. O objetivo de tais enfrentamentos é transpor desafios criados por essas mesmas relações, o que implica não apenas em domínio de conhecimentos já produzidos, mas, principalmente, no domínio metodológico que permita, a partir do já conhecido, construir novos conceitos, processos, produtos e relações sociais. O ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, nesse sentido,

passam a ser indispensáveis para a construção do conhecimento. Muda, portanto, o perfil da Educação Profissional e Tecnológica, que passa a incorporar o desenvolvimento de saberes investigativos com vistas à inovação.

Da construção de uma identidade decorre outro desafio: a formação dos servidores com o perfil do IFPR, nas respectivas áreas de atuação e áreas de conhecimento, com discussões iniciadas no âmbito do trabalho e da ciência da educação.

Aos servidores docentes cabe a superação das pedagogias tradicionais e apresentem aos estudantes, ao mesmo tempo, meios para se apropriar do conteúdo e do método. E aos servidores técnicos cabe a clareza de suas funções vinculadas ao objetivo central do IFPR.

Ser IFPR é considerar as diferenças de territorialidade e dimensões culturais, históricas e econômicas que se entrelaçam, caracterizando a localidade do IFPR e o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável, o estudo dos arranjos produtivos sociais e culturais locais, com foco no desenvolvimento de saberes tecnológicos, são atribuições de uma gestão participativa, que se preocupa com a inclusão, tendo em vista o enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e culturais que decorrem da dinâmica regional, sempre compreendida em suas relações com a dinâmica mundial. Para tanto, o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Inovação têm seus objetos definidos a partir da observação dos aspectos regionais, que indicarão as aproximações e as diferenças entre os fatores de desenvolvimento como um dos pontos de partida para o planejamento das ações nos diferentes campi, respeitando-se, certamente, as especificidades de cada região, que aparecerão mais bem explicitadas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos campi.

Considerando que a concepção pedagógica se refere a um conjunto de intenções, articulado a conhecimentos teóricos e práticos que oferecem racionalidade científica e base teórico-metodológica para a organização das práticas educativas. Para que o docente fundamente sua prática, ele precisa considerar que vive em um contexto concreto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que tendem a privar a humanidade de perspectivas de existência individual e social.

A partir deste referencial, apresentamos as concepções que norteiam nosso trabalho:

Sociedade: A sociedade capitalista se caracteriza pela divisão em classes, sendo que uma possui os meios de produção enquanto a outra vende sua força de trabalho para sobreviver. Desta divisão decorre a divisão social do trabalho e do conhecimento. As instituições educacionais, sendo o espaço privilegiado de formação, não se isenta dos determinantes sociais e, por isso, pode contribuir para a reprodução ou para a transformação da sociedade. Na perspectiva da pedagogia Histórico-crítica, a classe dominada deve dispor do conhecimento historicamente produzido e fazer dele um instrumento de emancipação. Ressalta-se que a classe dominante já possui este conhecimento e faz uso dele a fim de perpetuar sua dominação.

Ser humano: O ser humano é um sujeito histórico-social que precisa produzir constantemente sua existência. Em vez de se adaptar à natureza, ele adapta a natureza às suas necessidades, ele a transforma por meio do trabalho. O trabalho só pode ser realizado a partir do momento em que o homem antecipa mentalmente a finalidade da sua ação, ou seja, implica em ação intencional.

Escola: A escola é o espaço social responsável pela apropriação de diversos saberes, sendo que sua tarefa primordial é a difusão de conteúdos concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. Assim, a proposta da Pedagogia Histórico-Crítica é, realmente, deixar claro quais são os objetivos na formação educativa a partir de uma realidade que se apropria do conhecimento popular existente na formação comum do ser humano para trazê-lo ao contraponto com o saber científico, estruturado cientificamente pela escola. Para que a escola sirva aos interesses populares, ela deve garantir a todos a apropriação crítica e histórica dos conteúdos escolares básicos e que tenham relevância na vida. A aquisição de conteúdos e a socialização preparam o estudante para atuar no mundo em suas contradições.

Conteúdos de Ensino: Conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, permanentemente reavaliados frente às realidades sociais, respeitando a diversidade cultural. Para além do “ensinar”, os conteúdos devem ser ligados à significação

humana e social, para que, assim, a experiência prévia que o estudante possui possa, progressivamente, transformar-se em conhecimento científico sistematizado. Não se trata de desvalorizar a apreensão da realidade inicial do estudante, mas levá-lo a uma elaboração superior, mediada pelo professor.

Resumidamente, os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição são:

Trabalho como princípio educativo: O trabalho é o princípio da sobrevivência humana, é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. Para a produção de sua existência, a humanidade precisou dominar a natureza e adaptá-la a si, de modo a suprir suas necessidades. Diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, o homem submete à natureza suas necessidades. Essa submissão é uma atividade intencional. Logo, o homem utiliza de sua capacidade de "pensar", e não apenas a instintiva como os animais, para lançar mão dos recursos disponíveis da natureza em seu benefício. A explicação construída denota o trabalho do ponto de vista ontológico, como práxis, forma de produção da existência humana.

Aliada a ela está a compreensão histórica do trabalho como categoria econômica e práxis produtiva que, no sistema capitalista, se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico. Sendo assim, o trabalho também se constitui como prática econômica, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: Partindo-se das proposições legais, como a Lei 11.892/2008 e diversos documentos institucionais do IFPR, constata-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão ainda precisam ser melhor articuladas de forma a se constituírem como um tripé na formação do estudante.

Educação Inclusiva: As instituições de ensino devem ser um espaço educativo que proporcionam interação, socialização, aprendizado, conhecimento e desenvolvimento. Assim sendo, elas têm um papel fundamental na educação inclusiva e na formação de uma sociedade igualitária. assim sendo, nos documentos institucionais do IFPR, ressalta-se o compromisso do IFPR com a inclusão social, no sentido de promover o acesso e a permanência da população à educação profissional, prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Quando o IFPR se remete à inclusão, está

se referindo à inclusão social em um sentido mais amplo e não à inclusão específica associada ao termo utilizado na Educação Especial.

Neste sentido, de inclusão social, a palavra "inclusão" aparece em diversos momentos nos documentos institucionais, inclusive com referências a políticas de assistência estudantil. Para garantir o princípio da Educação Inclusiva, o IFPR, institucionalmente, prevê 80% de suas vagas para diferentes cotas e possui programas de bolsas e auxílios em conformidade ao Programa Nacional de Assistência Estudantil. O Campus Telêmaco Borba, promove projetos/ações que procuram promover a educação inclusiva em seu sentido mais amplo, seja por meio de debates e eventos ou mesmo por ações de acompanhamento às necessidades dos estudantes e seus familiares realizados pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis e Napne.

Formação Omnilateral: Como objetivo dos Institutos Federais, espera-se ampliar o acesso à cultura e formar o indivíduo para o exercício da cidadania, possibilitando a construção de uma sociedade menos desigual, mais humana e sustentável, com a formação de cidadãos com voz ativa. Procura-se, também, nesta nova identidade educacional, propiciar uma visão diferente da habitual sobre a educação profissional, fazendo prevalecer uma concepção de educação comprometida com a formação integral dos estudantes, uma formação omnilateral, que rompe a dualidade entre formação humana e formação para o trabalho, articulando de maneira integrada o trabalho, a ciência e a cultura.

Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura: Articular trabalho, conhecimento e cultura implica superar, no âmbito da formação profissional e tecnológica, a dicotomia que historicamente caracterizou esses elementos presentes na organização social. Por um bom período da história o exercício das ocupações exigia pouca ou nenhuma escolaridade, ou seja, o acesso ao conhecimento do trabalho não resultava em direito ao conhecimento científico e tecnológico, que é privilégio de poucos. Considerando a relação entre trabalho, ciência e cultura, pretende-se assegurar sua articulação. Esta concepção se estende à Educação Tecnológica e Superior, no que diz respeito aos cursos de Graduação e Pós-Graduação, com suas modalidades presencial e a distância, nos quais a transdisciplinaridade possui fundamental importância na contextualização do conhecimento.

Educação Profissional e Tecnológica: A Educação Profissional e Tecnológica, enquanto categoria de formação integral, pressupõe o desenvolvimento do sujeito, não podendo ficar sua formação restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho. Pelo contrário, ela se dá na interface dos fatores psicossociais e cognitivos, que se desenvolvem através das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, com a finalidade de criar as condições necessárias à vida em sociedade.

Para avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, o IFPR insere-se como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo a partir do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais, em uma sociedade cujas relações são cada vez mais mediadas pela ciência e pela tecnologia.

Neste sentido, a concepção de trabalho se aproxima da relação entre o homem e a natureza, de maneira que o trabalho se torna elemento fundamental para a sobrevivência humana, da mesma maneira que contribui para a constituição do sujeito como ser social e cultural. E, se o trabalho é o elemento que produz o homem, ao mesmo tempo as relações humanas se constroem nas situações/relações, entende-se que o mundo é formado por necessidades humanas. São espaços e tempos que, entre outros, passam pelo conjunto das relações com outros homens. E, na medida em que as necessidades ficam mais complexas, e a utilização da natureza passa por constantes modificações, o homem forma-se, historicamente, diante de tais complexidades. Ou seja, a formação humana é inerente ao trabalho e à constante e progressiva modificação.

Itinerários formativos: a verticalização da formação inicial à Pós-graduação: Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, é o principal diferencial dos Institutos Federais, que podem ofertar desde cursos de qualificação profissional até cursos de pós-graduação, em um processo denominado de verticalização dos estudos, propiciando ao estudante um itinerário formativo dentro da própria instituição, em que possa iniciar com cursos de capacitação e progredir gradativamente, alcançando a Educação Superior e inclusive a Pós-graduação. A lei de criação dos Institutos

Federais bem como o Decreto 5840/2006 possibilita essa verticalização, uma vez que define que a instituição deve ter 50% de suas vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 20% para as licenciaturas, 20% para as Tecnologias/Graduações e a possibilidade de destinar 10% para a Pós-Graduação.

Avaliação Processual: O processo de ensino aprendizagem do Instituto Federal de Educação é normatizado pela Resolução 50/2017. Esse documento determina que tal processo de ensino aprendizagem deve se organizar de modo a perceber os estudantes como sujeitos ativos, dotados de conhecimentos individuais, aspectos culturais, linguísticos e afetivos. Neste sentido, o professor deve atuar como mediador desse processo, propiciando momentos de construção de conhecimentos, viabilizados por uma proposta que não dissocie o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo a capacidade de entender criticamente a atuação no mundo do trabalho.

Todo o processo de ensino e aprendizagem deve ser levado em consideração na avaliação realizada pelos docentes. Portanto, a avaliação deve ter caráter diagnóstico, cumulativo e contínuo para que durante o período letivo seja possível aos docentes realizar novas programações dos conteúdos, a depender do aproveitamento por parte dos estudantes, sempre valorizando aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Para que essa proposta de avaliação seja efetivada será necessário que a organização didático-pedagógica compreenda uma diversidade de instrumentos avaliativos de tal forma que o estudante também tenha mais oportunidades de demonstrar o conhecimento adquirido.

Cabe ressaltar que todas as atividades pedagógicas devem ser valorizadas, ou seja, que o processo de avaliação seja formativo, visando não só avaliar, mas sempre propiciar momentos de aprendizagem. Dessa maneira, o Instituto Federal do Paraná se propõe a trabalhar com a educação e com o mundo do trabalho, oportunizando percursos educativos que articulam teoria e prática, priorizando o domínio intelectual da tecnologia a partir da cultura. Seu projeto pedagógico contempla no currículo os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diferentes tecnologias que caracterizam o processo de trabalho no mundo contemporâneo e busca formar sujeitos que compreendam os processos de trabalho em suas dimensões científica, tecnológica e social, como parte das relações sociais.

Organização didático-pedagógica da instituição: Dentro da organização curricular o eixo norteador está na articulação entre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo na pesquisa e extensão a relação teoria e prática que busca a superação da fragmentação do processo educativo. Ao buscarmos uma formação integral, devemos proporcionar reflexões críticas que envolvam o mundo do trabalho e o contexto social, para que neste processo de formação profissional integral o estudante se aproprie do conhecimento e de sua identidade neste itinerário de formação Profissional. Para tanto é fundamental que as proposições que constam nos documentos como o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), PPP (Projeto Político Pedagógico) e PPC (Projetos Pedagógicos de Cursos) estejam alinhadas ao eixo norteador.

Desta forma, os Cursos de Educação Profissional Técnica e tecnológica cumprem sua finalidade de oferta de educação, pública, gratuita de qualidade, sendo a pedagogia do trabalho orientadora da organização didático-pedagógica. A proposta de educação dos Institutos Federais, ao visar uma formação humana, em que seja desenvolvida a capacidade de investigação científica, a autonomia intelectual e a inserção cidadã na sociedade, estrutura-se de forma a integrar a formação para o trabalho e a formação acadêmica. Isso exige uma organização didático-pedagógica que ultrapasse os modelos de formação fragmentada que limita o acesso ao conhecimento.

Toma-se, para tanto, como pressuposto para a organização didático-pedagógica a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura no sentido de promover um ensino que contemple a formação humana mais ampla sem privilégio ou hierarquização de um saber em detrimento do outro ou que forme exclusivamente para uma ocupação no 'mercado' de trabalho.

Dessa forma, para além de qualificação para o trabalho, os cursos ofertados estabelecem conhecimentos e atividades que trabalham os aspectos sociais, científicos, tecnológicos de maneira que reforçam as condições de participação crítica e consciente na sociedade. O trabalho interdisciplinar é a forma de promover a interlocução entre os diferentes saberes quando são mobilizados conhecimentos de diferentes áreas para tratar de determinado tema. Por contemplar o tripé ensino/pesquisa/extensão o trabalho

pedagógico desenvolvido nos institutos proporciona uma formação que articula diferentes componentes curriculares e que estabeleça uma relação mais próxima com a comunidade.

Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

- Debater propostas de acompanhamento pedagógico, como tutoria e mentoria;
- Debater formas de registros avaliativos mais qualitativos;
- Debater novas possibilidades de organização curricular, como por exemplo, por módulos, semestre, dentre outras.
- Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de ações. Incentivar os servidores do Campus a propor/executar projetos de pesquisa/extensão multidisciplinares;
- Estudar propostas, alternativas, sugestões que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Acompanhar a submissão de projetos de Pesquisa e Extensão; Monitorar sua execução;
- Instalar/adquirir espaços e materiais para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais curriculares e extracurriculares;
- Consolidar e fortalecer a Coordenadoria de Pesquisa e Extensão e as respectivas Seções de Estágio e Relações Comunitárias e NITs;
- Criar informações, listando as diversas organizações conveniadas ao IFPR; Integrar os alunos do IFPR nos programas de estágio, nos processos de seleção para a ocupação de vagas de trabalho como menor aprendiz e vagas de trabalho regulares;
- Manter atualizados dados dos alunos; Organizar canais e instrumentos de comunicação e interação para acompanhamento de egressos;
- Proporcionar aos discentes conhecimento técnico para a formalização do trabalho; Monitorar o rendimento escolar e frequência dos estudantes dos cursos, bem como identificar possíveis causas de evasão;

- Possibilitar e Incentivar a utilização dos espaços de laboratórios por todos os cursos; Organizar a assistência de alunos de maneira a garantir que esse espaço/tempo seja utilizado em função do processo de ensino/aprendizagem;
- Qualificar as ações da Assistência Estudantil, integrando as dimensões de ensino, pesquisa e extensão visando atender as prerrogativas da função social do IFPR;
- Aprimorar o gerenciamento e efetivação do sistema de cotas; Identificar áreas de interesse e demanda profissional específica nos cursos ofertados;
- Conhecer as necessidades dos alunos e mercado para sua especialização; Oportunizar momentos de estudos, reflexões e aprofundamento de temas relativos ao processo pedagógico;

Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição Organização didático-pedagógico da instituição Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

1) Proposições significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

O trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógicos precisam ser aprofundados especialmente a partir da concepção de trabalho e de educação como ação humanizadora, formadoras do ser humano em sua integralidade e não apenas em seu aspecto profissional. Neste sentido é fundamental compreender como o trabalho se insere como princípio educativo. Nesse sentido faz-se necessário:

- Integração da educação básica e a educação profissional, tendo, como núcleo básico, a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia.
- Realização de reuniões periódicas sobre a temática com todos os servidores envolvidos no processo educativo, com objetivo de estudo bibliográfico, estudos de casos e elaboração de propostas para a fusão dos componentes ou outras formas, como por exemplo itinerários formativo;
- Oferta de disciplinas de tópicos especiais e/ou projetos de ensino para atender especificidades de conteúdos que tenham como foco dialogar com as mudanças nos eixos tecnológicos ou novas demandas de determinado curso;

- Organização dos tempos acadêmicos levando em consideração a realidade local e regional onde o Campus está inserido;
- Promover intercâmbios com instituições fora do Brasil, proporcionando ao educando vivência cultural, social e cognitiva em outros locais de ensino;
- Pautar a organização curricular no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;
- Promover práticas pedagógicas orientadas pela interdisciplinaridade, pela contextualização e pelas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia;
- Possibilitar o desenvolvimento de competências básicas e profissionais a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Promover o diálogo entre os conhecimentos e as experiências que viabilizem a compreensão crítica e reflexiva da realidade;
- Desenvolver currículos que respeitem a pluralidade de valores e de universos culturais. Possibilitar a flexibilização curricular e a atualização permanente dos planos de curso e do currículo;
- Fomentar a formação continuada dos servidores e constituir um espaço de reflexão e produção de conhecimento acerca da educação profissional e do currículo integrado; Promover a adoção de metodologias inovadoras de ensino, fundamentadas na perspectiva do currículo integrado.

2) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular:

- Criação de grupos de trabalho para aprofundar os estudos sobre organização e integração curricular, a fim de dar suporte para os Colegiados de curso nos momentos de revisão e ajustes curriculares e, também, na criação de novos cursos;
- Criação de grupo de trabalho para coordenar o processo formativo em educação do campo e no regime de alternância para aperfeiçoamento do processo pedagógico;
- Tornar–se ofertante de programas de certificação de Língua estrangeira por meio da atuação local do CELIF;
- Atuar, de forma transversal, com temáticas relevantes na atualidade tais como questões ambientais, equidade de gênero, educação em direitos humanos, educação

das relações étnico-raciais, entre outras, por meio da articulação com programas institucionais Núcleos e outras formas de organização;

- Organização dos horários de aulas que facilitem o aprendizado e o desempenho do estudante Ofertar em cada período letivo (anual no caso do ensino médio e semestral para os cursos superiores) as disciplinas de dependência;
- Ofertar, conforme determinado nos PPCs, as disciplinas optativas de maneira que os estudantes possam escolher cada período letivo as que mais lhe interessarem, visando o aproveitamento dos conteúdos trabalhados no desenvolvimento da profissão por eles escolhida;
- Propor alternativas de melhoria da integralização curricular para estudantes com necessidades educacionais específicas, tais como: dilatação de curso, atendimento diferenciado por docentes e pela equipe do NAPNE, analisar os casos de repetência com foco qualitativo e propor um Plano de Estudos para cada educando, levando em consideração sua especificidade;
- Desenvolvimento de programas, projetos e ações de integração nas fronteiras especialmente no âmbito do projeto de desenvolvimento sustentável.

3) Atividades práticas e estágio: As atividades práticas, conforme a natureza dos cursos oferecidos, são realizadas nos próprios laboratórios dos campi e com visitas técnicas. Os estágios devem ser orientados pela Seção de Estágios e Relações Comunitárias para coordenar e viabilizar convênios de estágios obrigatórios e não obrigatórios estabelecendo uma política dialógica entre a formação e o campo de estágio, buscando constantemente, espaços de inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Para tanto serão promovidas as seguintes ações:

- Realizar um dia de integração entre o IFPR e empresas, indústrias, agroindústrias, agências de estágio, escolas e demais órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal visando contribuir com a inserção dos estudantes do IFPR no mundo de trabalho;
- Realizar evento de integração e socialização de experiências de estágios obrigatórios dos cursos ofertados no Campus, em consonância com os componentes curriculares;

- Incentivar e promover visitas técnicas relacionadas com os componentes curriculares; Incentivar as atividades práticas, tanto nos laboratórios no Campus, quanto em outros espaços externos;
- Incentivar ações de extensão para a formação profissional;
- Fortalecer a Seção de Estágios para que esta possa pensar em ações voltadas para o estabelecimento do estágio como campo de aproximação teoria-prática;
- Formação dos docentes pela equipe pedagógica para a construção de planos de ensino que conversem com a realidade do Campus e dos estudantes garantindo ao estudante uma formação completa teórica e prática;
- Planejamento com transporte de ônibus e micro-ônibus em quantitativo suficiente para realização das práticas, mediante necessidade de deslocamento dentro do município e para outros municípios.

4) Desenvolvimento de materiais pedagógicos:

A utilização de materiais pedagógicos proporciona condições para tornar o aprendizado mais significativo, facilitando a compreensão dos conteúdos, mobilizando raciocínio e habilidades. Nesse sentido, enriquecem o processo ensino-aprendizagem tornando-o mais interativo. Na formação profissional é indispensável que os estudantes utilizem diferentes materiais de acordo com o conteúdo a ser aprendido, aliado às suas necessidades educacionais específicas. Desde 2016, quando foi lançado um edital do IFTECH específico para desenvolvimento de tecnologias assistivas, estudantes e professores têm constantemente se debruçado na construção de protótipos voltados para o público com algum tipo de limitação física. Assim sendo, faz-se necessário:

- Fomentar a pesquisa como ferramenta no desenvolvimento de materiais pedagógicos que contribuam com a prática docente;
- Fortalecer a política de incentivo a projetos acadêmicos com projetos voltados ao desenvolvimento de materiais pedagógicos;
- Estimular servidores e discentes a desenvolver materiais pedagógicos relacionados aos cursos ofertados no Campus;

- Organização de grupos de trabalho que possam sistematizar as experiências pedagógicas e formativas para elaboração de materiais pedagógicos específicos para os diversos temas que fazem parte das atividades pedagógicas dos Campi;
- Criação de banco de dados que possa ser utilizado para a produção de material didático e de pesquisa;
- Promover por meio da formação continuada, de cursos de extensão e projetos institucionais, a aplicação didática de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, para a criação de materiais pedagógicos e didáticos que possam ser utilizados como recurso no processo de ensino e aprendizagem das diversas áreas;
- Desenvolver e possibilitar o acesso à tecnologias assistivas que ampliem as possibilidades de inclusão de estudantes com necessidades especiais.

5) Incorporação de avanços tecnológicos.

Ao caracterizar-se como uma instituição indutora de produção científica e tecnológica, o IFPR deve, a partir das demandas e contexto das potencialidades regionais e dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promover a inovação e a incorporação de avanços tecnológicos. Isso acontece por meio de projetos de inovação, pesquisa e de extensão em que servidores e estudantes buscam soluções para demandas sociais, científicas e tecnológicas. A participação dos estudantes é estimulada por meio de bolsas, apresentação em feiras e mostras do IFPR. Outra possibilidade é a parceria com agências de fomento que viabilizam financeiramente os projetos. A divulgação dos trabalhos realizados acontecem em eventos do IFPR como o SEPIN (Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação), a Olimpíada de Robótica e, também, em eventos externos. A fim de concretizarmos essa perspectiva faz-se necessário ainda:

- Mobilização da comunidade acadêmica para a utilização dos avanços tecnológicos como ferramenta para a busca de novos conhecimentos;
- Fortalecimento das práticas pedagógicas vinculadas aos avanços tecnológicos, tendo como base a pesquisa científica;
- Estímulo ao uso dos avanços tecnológicos pelos docentes como ferramentas pedagógicas na melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Viabilizar o acesso dos discentes aos avanços tecnológicos disponíveis;

- Estimular a elaboração de projetos por meio da realização de convênios com instituições e empresas de diferentes áreas;
- Incentivar servidores a permanente submissão de propostas a editais de instituições que oferecem processos de inovação tecnológica nas diversas áreas de atuação;
- Por meio da participação em editais, estimular a ampliação do número de bolsas para discentes com atuação na área da inovação tecnológica;
- Atuar com foco na responsabilidade social da Instituição, identificando as áreas de atuação dos profissionais presentes no Campus;
- Estimular os servidores a desenvolver projetos de extensão na área de inclusão tecnológica e popularização das tecnologias geradas visando a participação ativa no processo de construção do desenvolvimento local e regional.

1.5 As dimensões da Avaliação Institucional

O Relatório de Autoavaliação caracteriza-se por um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, fundamenta os resultados das análises realizadas a partir das dez dimensões institucionais, propostas pela Lei nº 10861 (1), de 14 de Abril de 2004, a saber:

1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

• identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

2. Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão;

• formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão;

• explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.

3. Responsabilidade Social da Instituição;

• considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

• contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES.

4. Comunicação com a Sociedade;

• identifica as formas de aproximação efetiva entre IES e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

5. Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo;

• seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

• explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os ao plano de carreira, condizente com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.

6. Organização e Gestão da Organização;

• especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;

• avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

7. Infraestrutura Física;

• especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

• analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES.

8. Planejamento e Avaliação;

• especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

• considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo continuum, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais.

9. Políticas de Atendimento aos Estudantes;

• analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

10. Sustentabilidade Financeira.

• tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

• avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

Outras dimensões – incluem outros itens considerados relevantes para a instituição, tendo em vista a compreensão e construção da sua identidade institucional, suas especificidades e sua missão (hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, inserção regional, entre outros).

Estas dez dimensões são consubstanciadas pelas normativas disponibilizadas pela Portaria Normativa nº 40 (6), de 12 de dezembro de 2007 do INEP/MEC, que instituiu o sistema e–MEC, alem de se fundamentar nas alterações propostas nas metodologias para avaliações externas.

1.6 Os eixos da Avaliação Institucional

O Instrumento de Autoavaliação Institucional proposto pela em Agosto de 2015 pelo INEP/MEC traz em seu escopo a análise avaliativa distribuída em cinco Eixos, sendo que cada um dos mesmos coagula as dimensões indicadas pela Lei nº 10861 (1), de 14 de abril de 2004, assim destacamos os cinco Eixos Avaliativos que contemplam:

EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Sendo composto pela Dimensão 8 – Planejamento e Autoavaliação , que analisará e descreverá o Relato Institucional encontrado no PDI, incluindo os relatórios da CPA, além da evolução institucional da partir do planejamento.

EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional

Formado pelas Dimensões: 1 – Missão e PDI; 3 – Responsabilidade Social e Institucional. Onde são ponderados os seguintes aspectos:

- Avanço das metas e Objetivos do PDI
- Coerência entre PDI e as práticas de ensino, pesquisa e extensão;
- Ações de Internacionalização Institucional;
- Práticas de Preservação e memória cultural, produção artística e patrimonial;
- Práticas de sustentabilidade ambiental;
- Práticas de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

EIXO 3 – Políticas Acadêmicas

Composto pelas dimensões: 2 – Política para Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão; 4 – Comunicação com a Sociedade; e 9 – Política de Atendimento aos Discentes. Para esta composição destacamos os seguintes aspectos:

- Aplicação das políticas de ensino, pesquisa e extensão, no que diz respeito aos cursos;
- Desenvolvimento e inovação tecnológica;
- Incentivo à produção científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural;

- Acompanhamento de Egressos;
- Avaliação da Assistência Estudantil e Programas de atendimento ao educando;
- Mecanismos de comunicação institucional interna e externa.

EIXO 4 – Políticas de Gestão

Formado pelas Dimensões: 5 – Política de Pessoal; 6 – Organização e Gestão; e 10 – Sustentabilidade Financeira. Para este conjunto, destacamos os seguintes elementos:

- Desempenho do sistema de registro acadêmico;
- Política de formação e capacitação de servidores;
- Autonomia e Representatividade dos órgãos de gestão e colegiados;
- Fontes de recursos versus custeio e investimento;
- Planejamento financeiro previsto versus executado.

EIXO 5 – Infraestrutura Física

Contemplando a Dimensão: 7 – Infraestrutura, sendo destacados os elementos:

- Infraestrutura administrativa;
- Infraestrutura de Ensino – salas de aula, laboratórios didáticos e unidades de ensino, pesquisa, extensão e produção;
- Espaço para atendimento aos acadêmicos, bem como espaço destina ao auditório;
- Instalações sanitárias;
- Infraestrutura para a CPA;
- Biblioteca – estrutura física, acervo, serviços e informatização;
- Recursos de TI – laboratórios e serviços;
- Salas de docentes e coordenações;
- Espaços de convivência e alimentação;

2. HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 Avaliação dos Estudantes

- **2015-2016**

Não foi emitida informação detalhada neste ano.

- **2016-2017**

24 participantes

- **2017-2018**

95 participantes

- **2018-2019**

Não há dados relativos ao campus.

- **2020-2021**

1 participante

2.2 Avaliação dos Técnicos

- **2015-2016**

Não foi emitida informação detalhada neste ano.

- **2016-2017**

5 participantes

- **2017-2018**

4 participantes

- **2018-2019**

Não há dados relativos ao campus.

- **2019-2020**

4 participantes

- **2020-2021**

4 participantes

2.3 Avaliação dos Docentes

- **2015-2016**

Não foi emitida informação detalhada neste ano.

- **2016-2017**

6 participantes

- **2017-2018**

12 participantes

- **2018-2019**

Não há dados relativos ao campus.

- **2019-2020**

11 participantes

- **2020-2021**

11 participantes

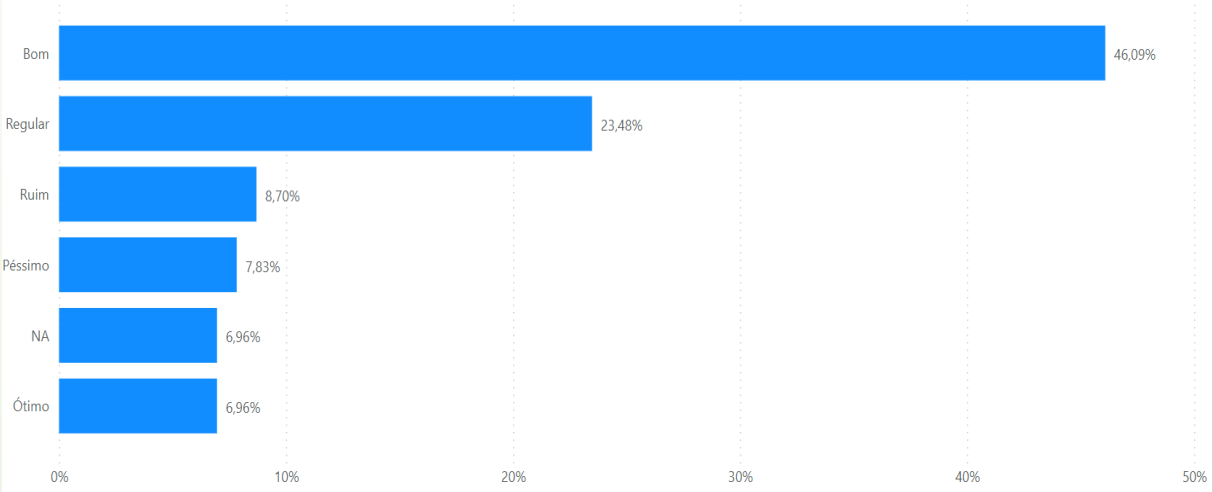
2.4 Participação da Sociedade Civil Organizada

- Sem participação da Sociedade Civil em nenhum dos relatórios anteriores.

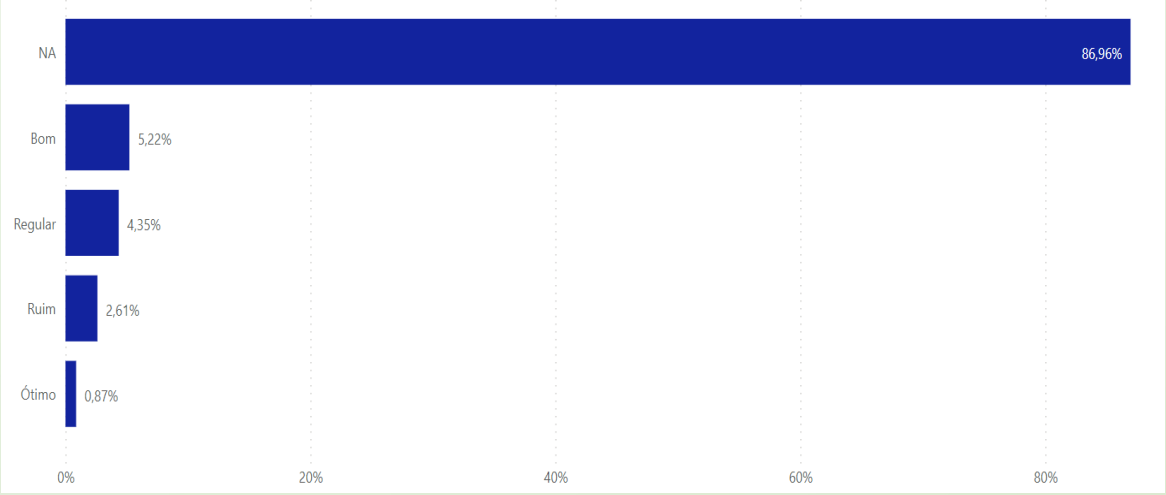
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO 2021-2022

3.1 Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional - Dimensão 8

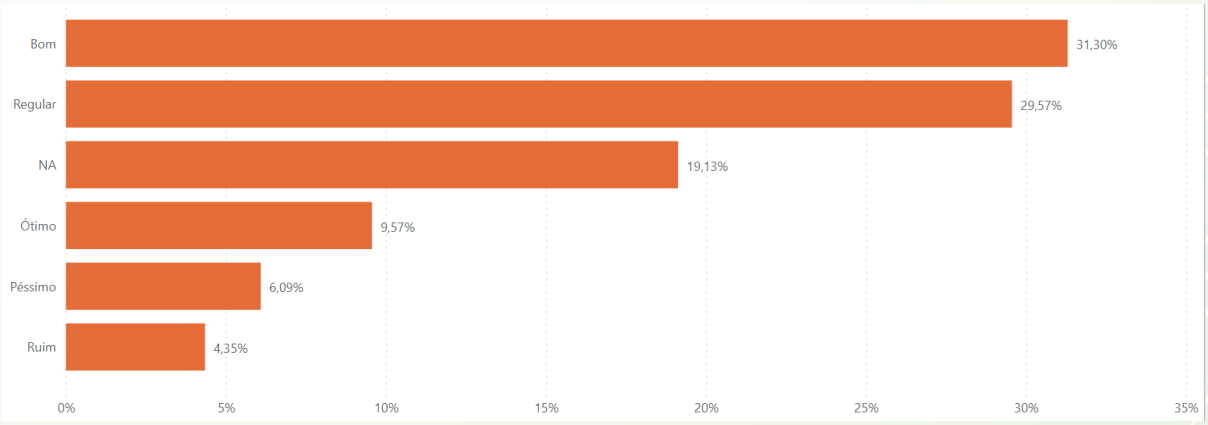
I01 - Seu conhecimento sobre os resultados da última autoavaliação e as ações fundamentadas nesses resultados, é



I02 - Sua participação na elaboração do planejamento anual da sua unidade é:



I03 - Seu conhecimento e/ou participação em fóruns, listas de discussão e proposições, abertos pelo IFPR é:

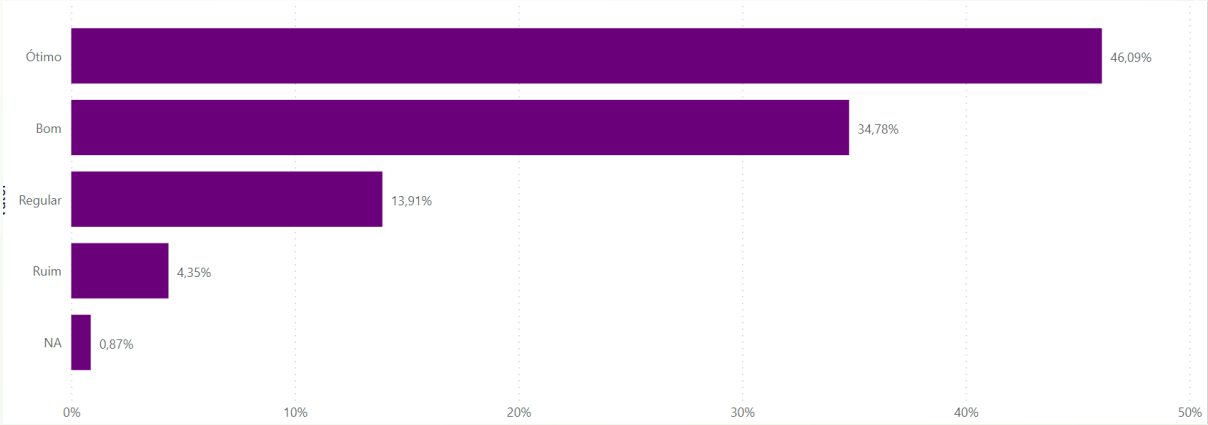


Resultado: Para este eixo verificamos um percentual elevado da resposta regular, destacando mais de 85% para a participação no planejamento anual. Isto indica que o campus pode melhorar na sua comunicação sobre o processo avaliativo e integrar toda a comunidade no planejamento para os anos futuros.

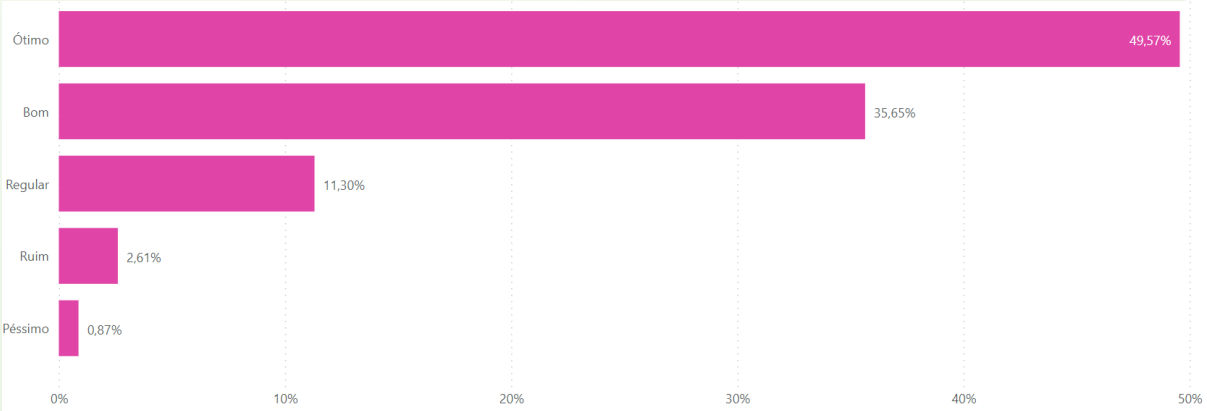
3.2 Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

3.2.1 Missão e plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - Dimensão 1

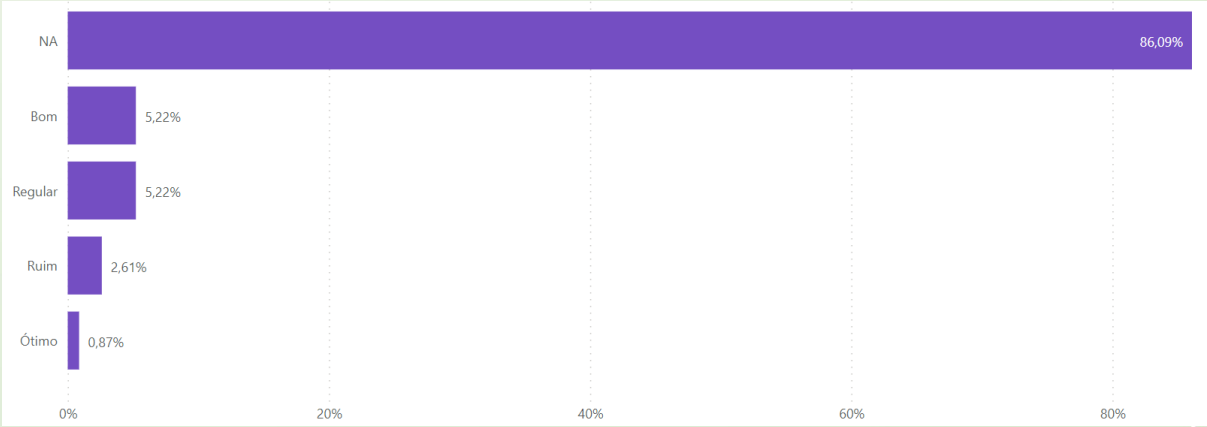
I04 - A missão do IFPR é: “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade”. No seu entendimento a proposta de nossa missão é realizada de forma:



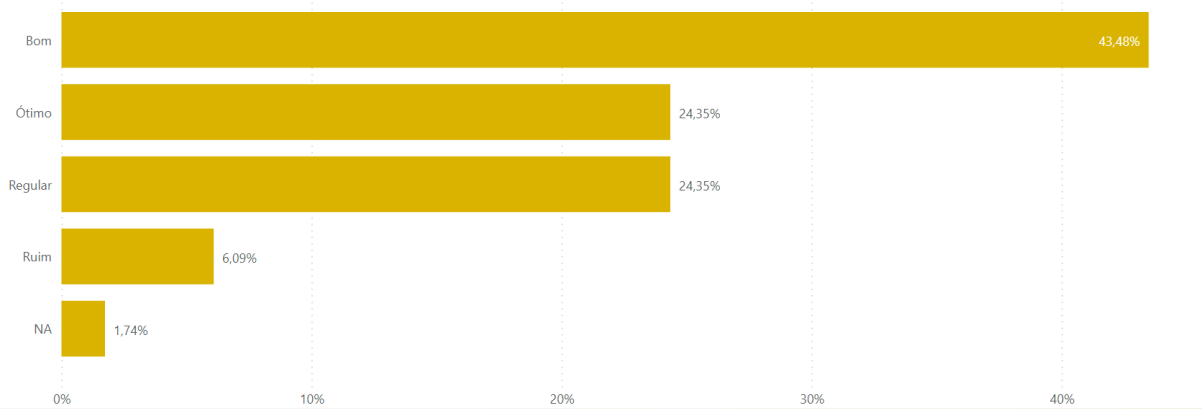
I05 - Quanto à visão institucional em "ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social", no seu entendimento o IFPR a realiza de forma:



I06 - Seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR é:



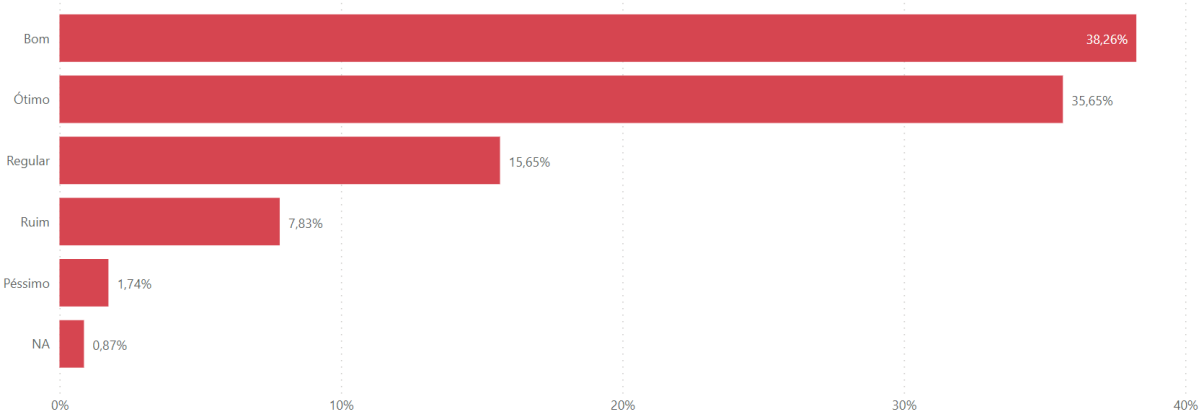
I07 - Seu conhecimento sobre a estrutura organizacional do IFPR é:



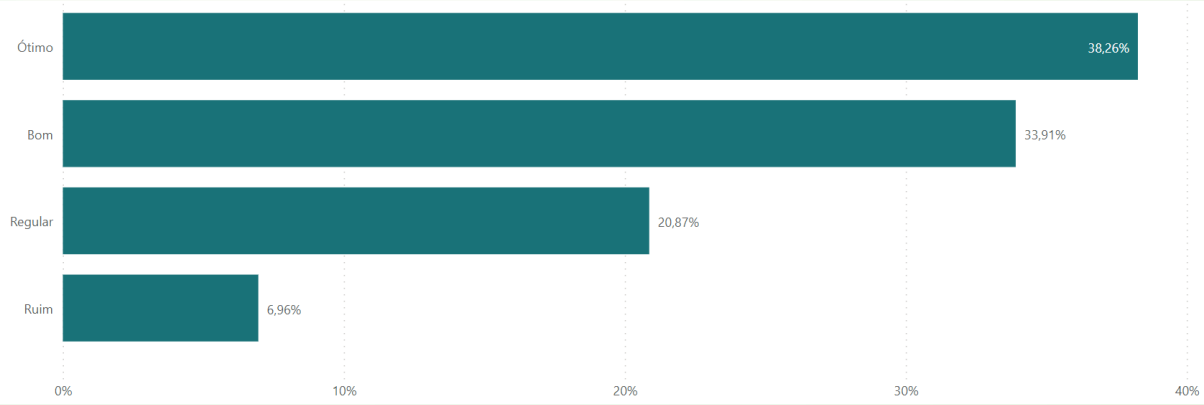
Resultado: As questões 4 e 5 mostram um êxito no cumprimento da missão do IFPR. Entretanto, a questão 6 indica um fraco conhecimento do PDI. A questão 7 indica que o conhecimento da estrutura organizacional pode melhorar, onde há um predomínio do bom (43,48%), enquanto regular e ótimo se encontram praticamente empatadas com 24%.

3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (PDI) - Dimensão 3

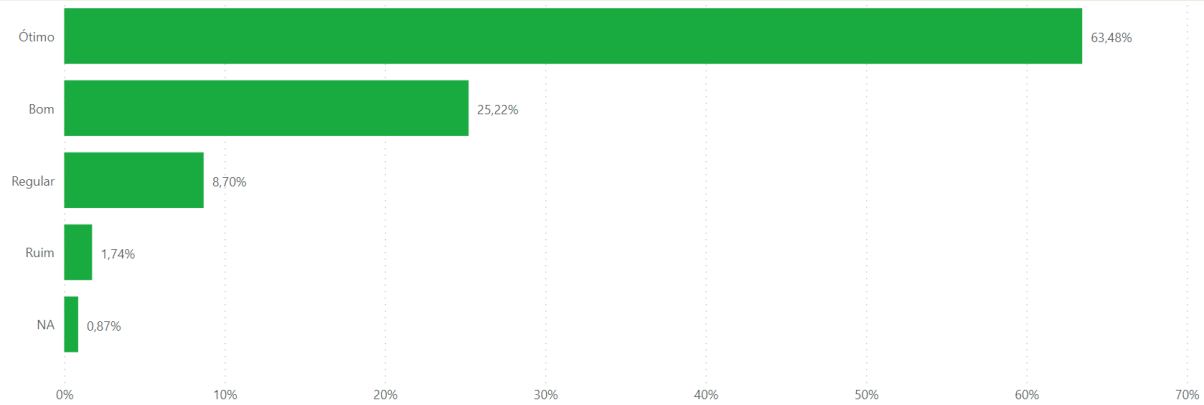
I08 - Seu conhecimento sobre o programa da correta destinação ambiental de resíduos é:



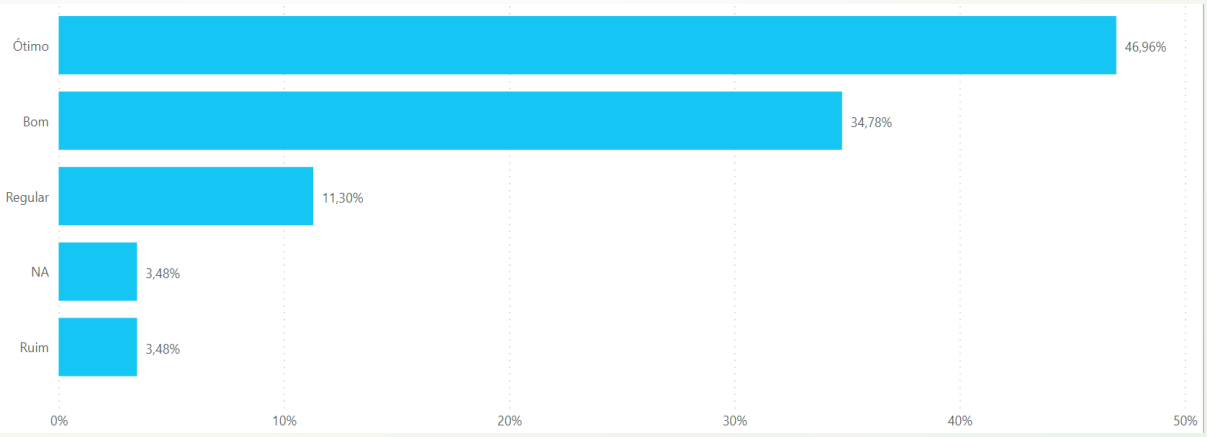
I09 - Seu conhecimento sobre os programas de orientação de uso dos recursos naturais, como água e energia elétrica, em sua unidade, é:



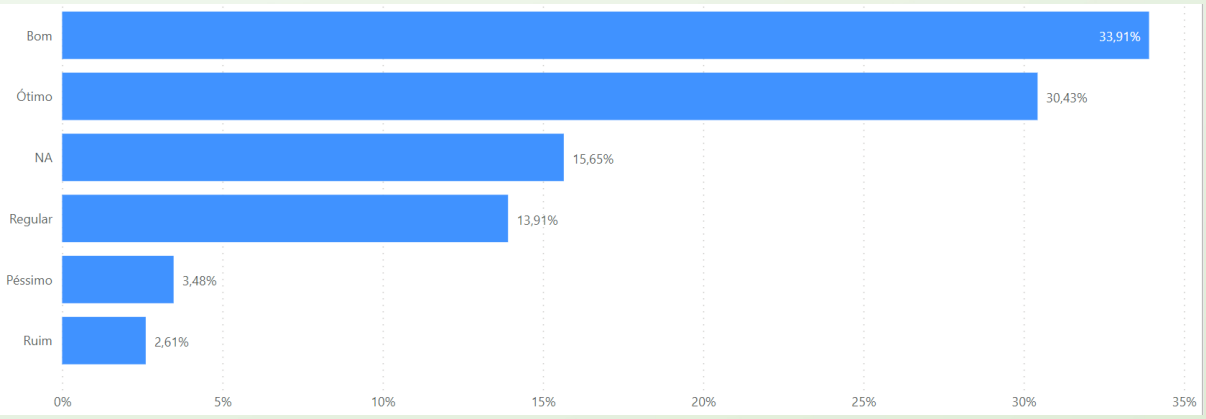
I10 - O respeito pelas diferenças étnicas, de gênero, religiosas e políticas, em sua Unidade, pode ser considerado:



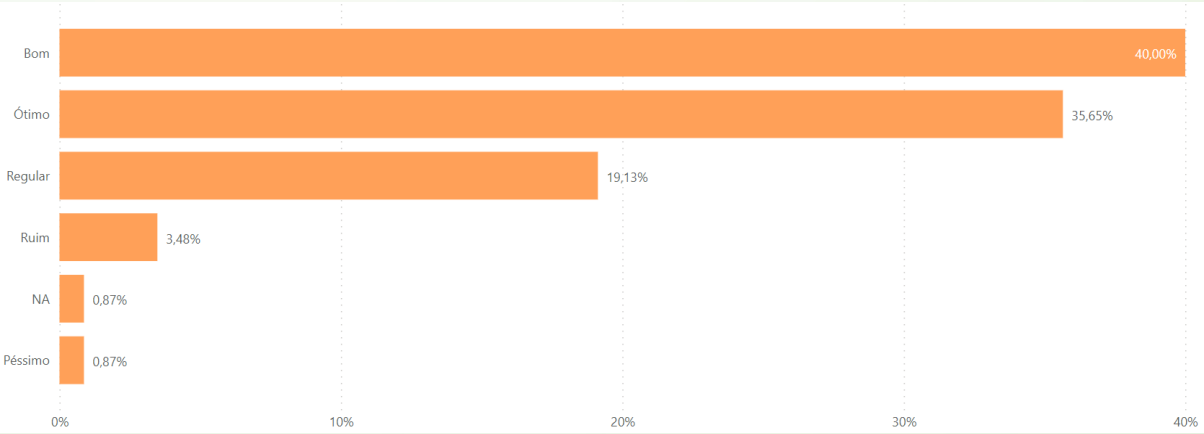
I11 - Avalie o atendimento às demandas de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em sua unidade



I12 - Avalie as ações e incentivos voltados ao empreendedorismo em sua unidade:



I13 - De que maneira sua unidade proporciona, com outras instituições e organizações da sociedade, propostas visando trabalhos educativos concomitantes às ações sociais:

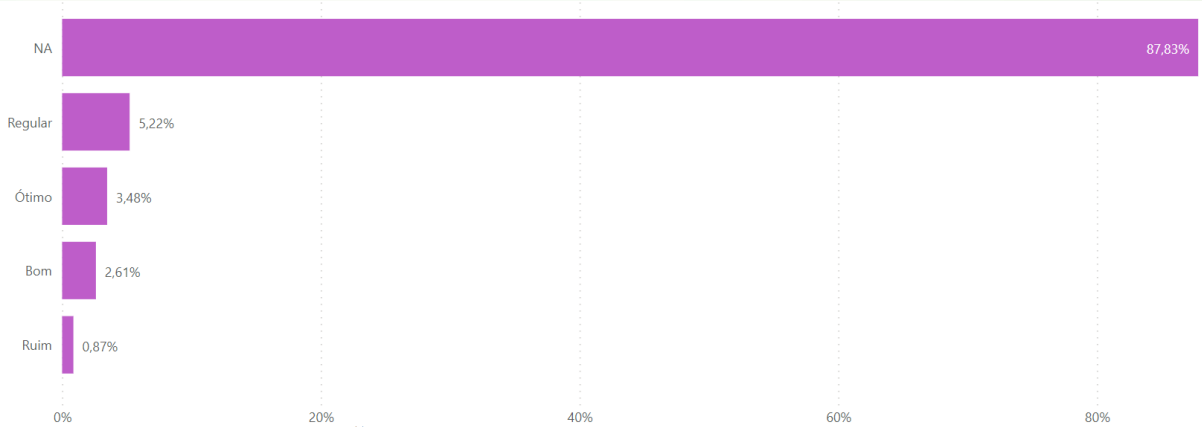


Resultado: As questões 8 e 9 apontam um bom conhecimento das práticas sustentáveis, embora, somadas, ótimo e bom não alcancem 70%. O respeito ao livre credo é considerado bom, bem como o atendimento às pessoas com mobilidade reduzida, tendo ambos apresentado mais de 80% das respostas com ótimo e bom, somados. Quanto as questões sobre o empreendedorismo no campus e ações com outras organizações da sociedade, fica o alerta para o bom, que se mostrou a maior resposta, o regular se apresentou próximo aos 13%.

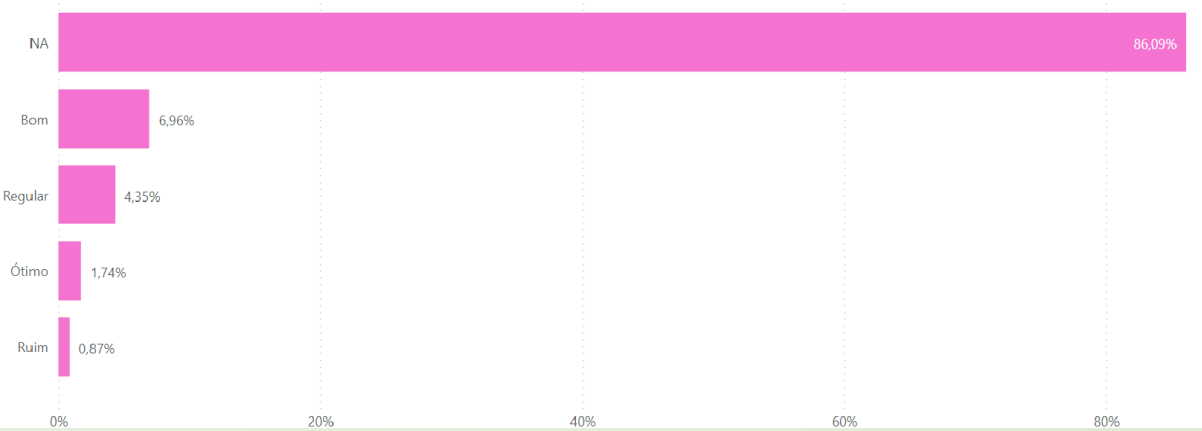
3.3 Políticas Acadêmicas

3.3.1 Política de Ensino, Pesquisa e Extensão - Dimensão 2

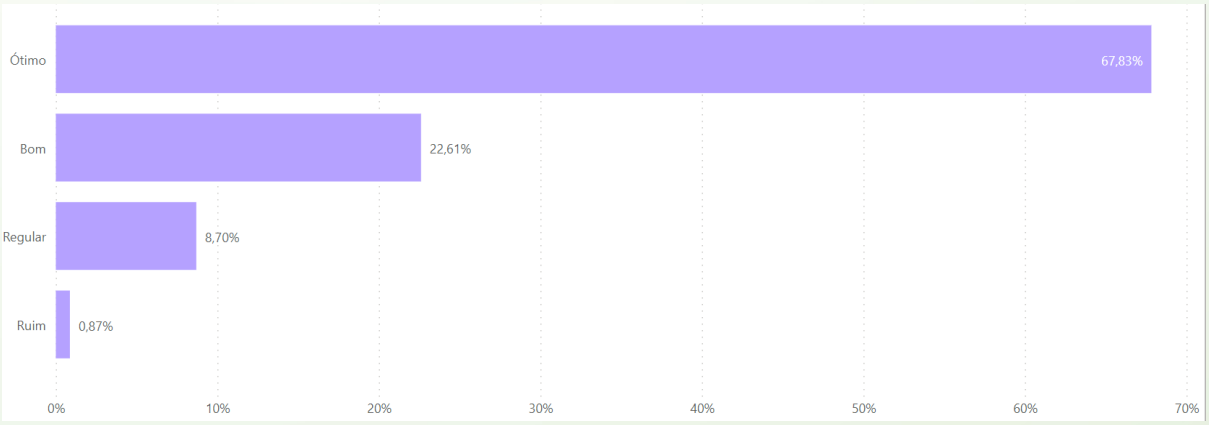
I14 - Como você considera a coerência entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas em sua unidade:



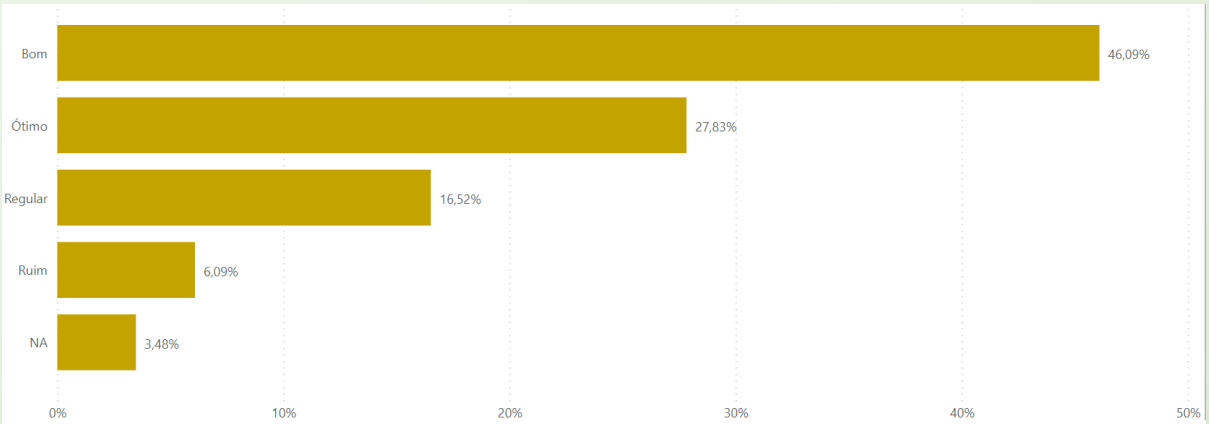
I15 - Qualifique o potencial de sua unidade em desenvolver atividades de pesquisa e extensão:



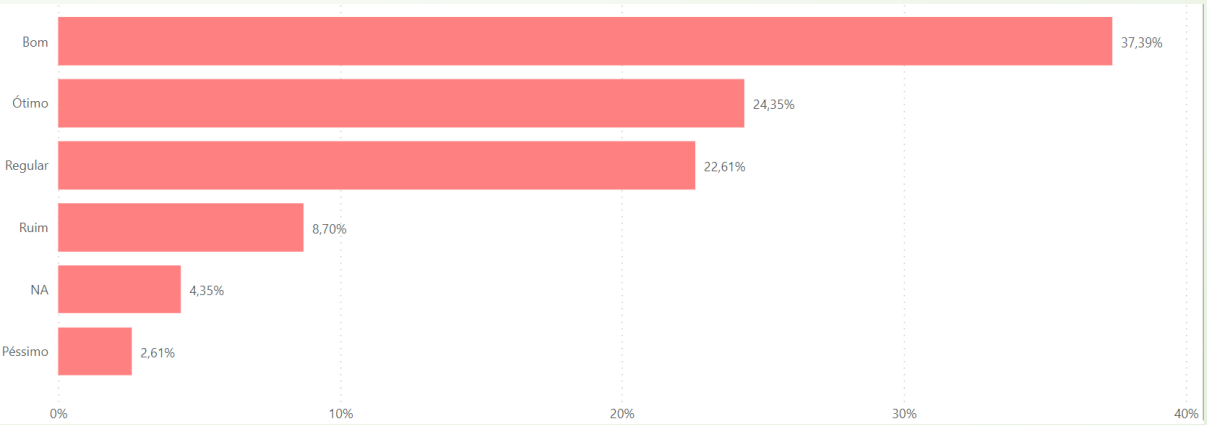
I16 - A instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos e/ou programas de extensão: científicos, culturais e cursos, de forma:



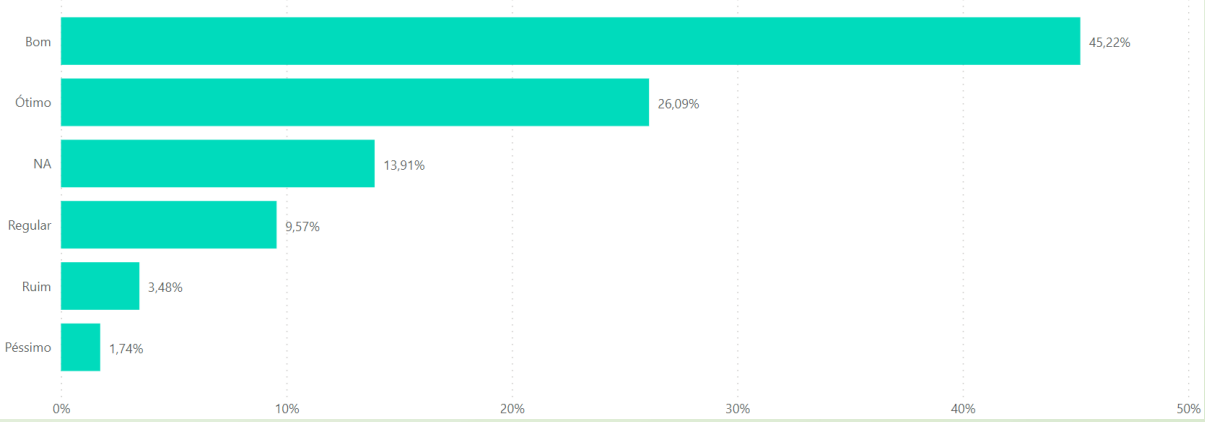
I17 - A integração/interdisciplinaridade das unidades curriculares ou disciplinas do seu curso é:



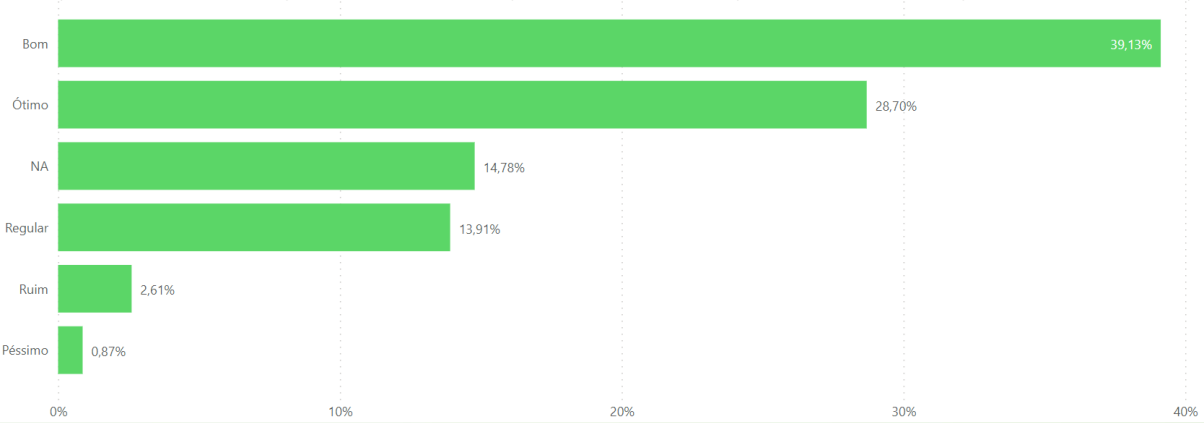
I18 - Em que medida existe facilidade de acesso online ao sistema de registro acadêmico e/ou administrativo:



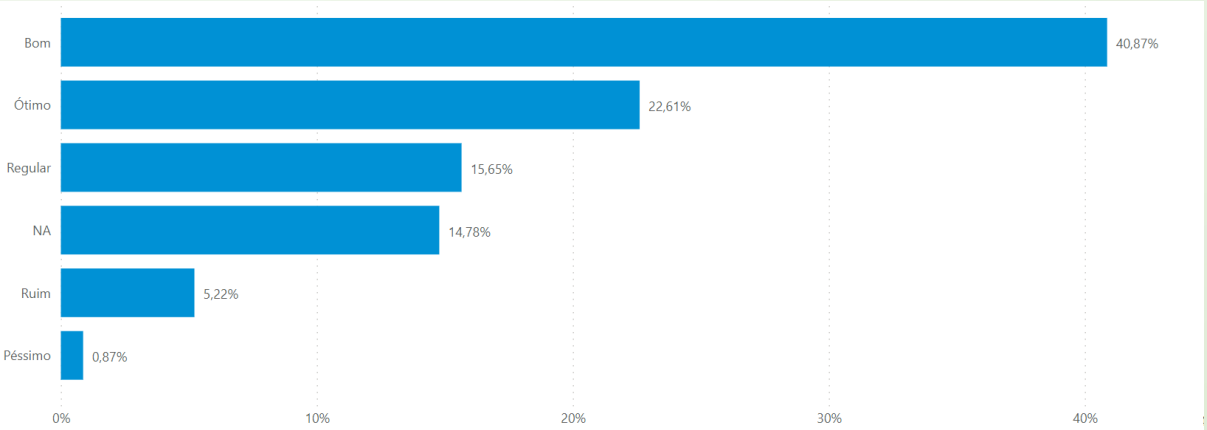
I19 - A formação proporcionada em seu curso atende às suas expectativas de modo:



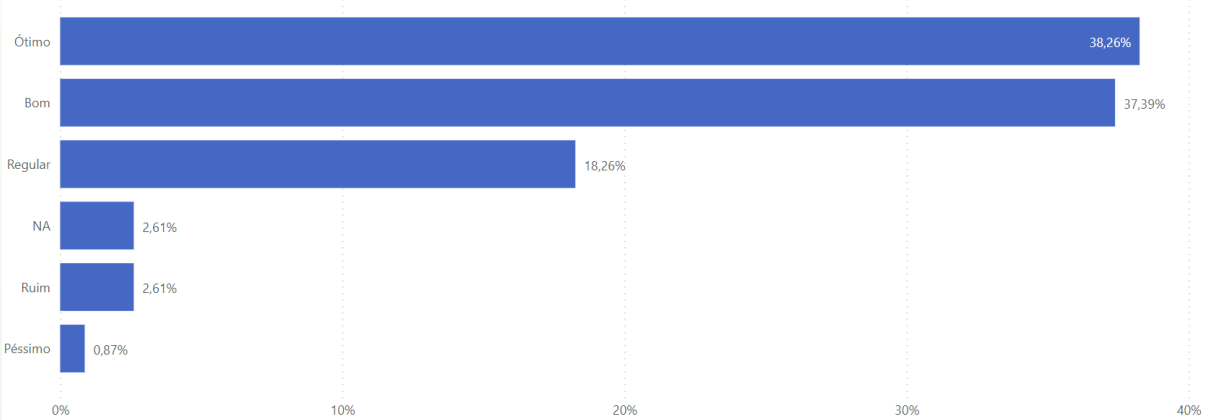
I20 - Avalie as práticas de ensino executadas pelo corpo docente, que envolvem didática, assiduidade, comprometimento, motivação e responsabilidade:



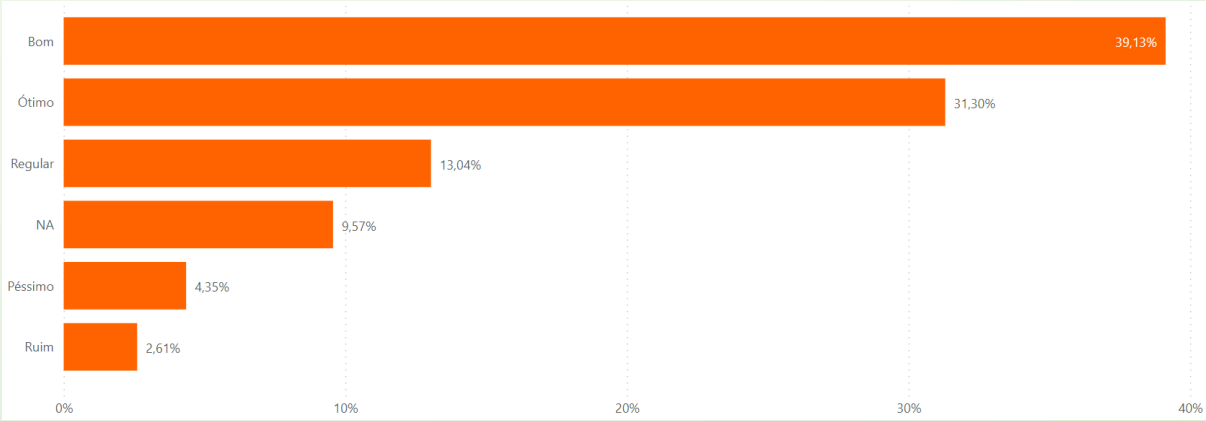
I21 - Como você percebe o sistema de avaliação da aprendizagem aplicado em sua unidade:



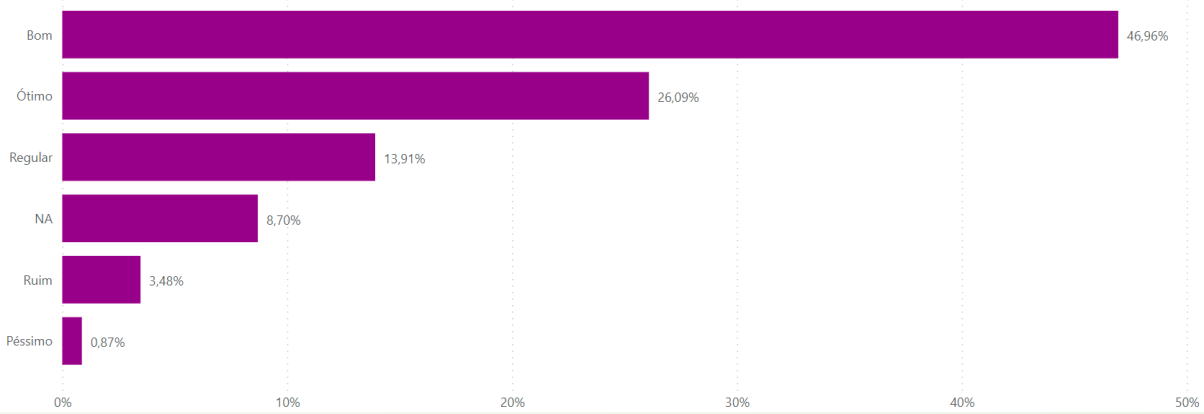
I22 - A gestão estimula minha participação voluntária em atividades complementares, tais como estágios, monitoria, atividades de extensão, pesquisas, eventos, produção de artigos e cursos de língua estrangeira, de forma:



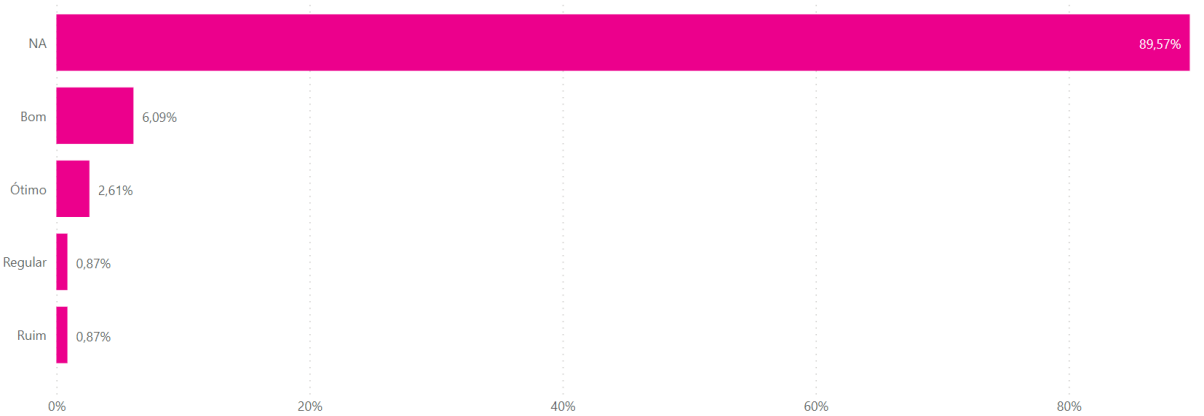
I23 - Os estágios proporcionados estão adequados aos objetivos dos cursos:



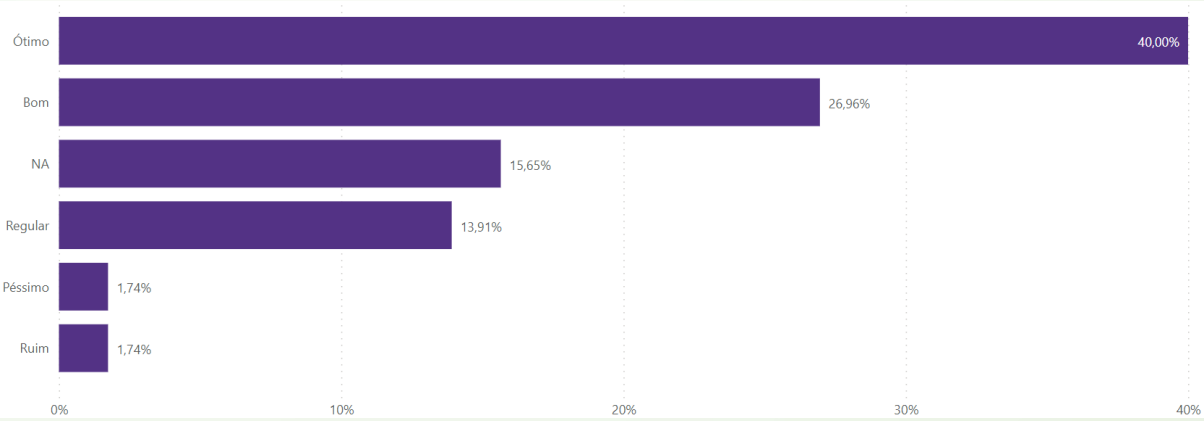
I24 - O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) atende as demandas da sociedade, de forma:



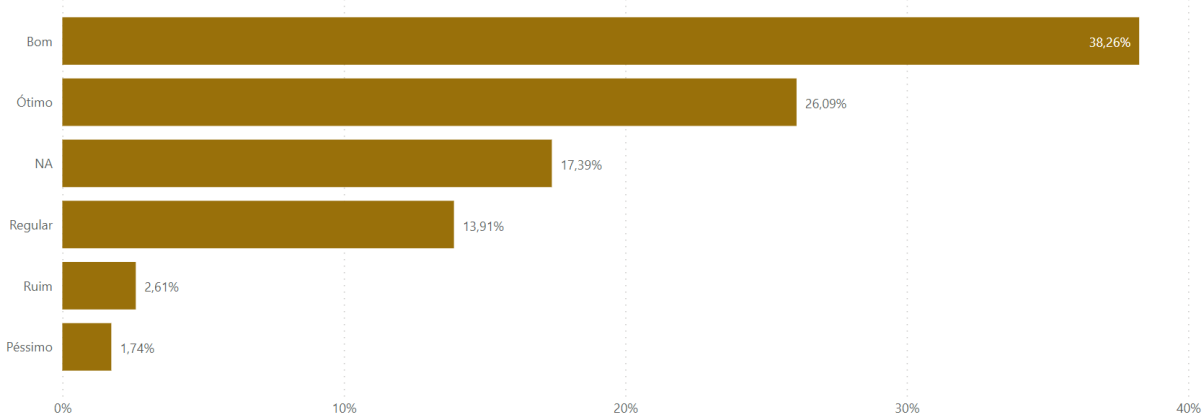
I25 - Em que medida a Coordenação do Curso está habilitada a desenvolver e cumprir o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de acordo com os objetivos e compromissos educacionais:



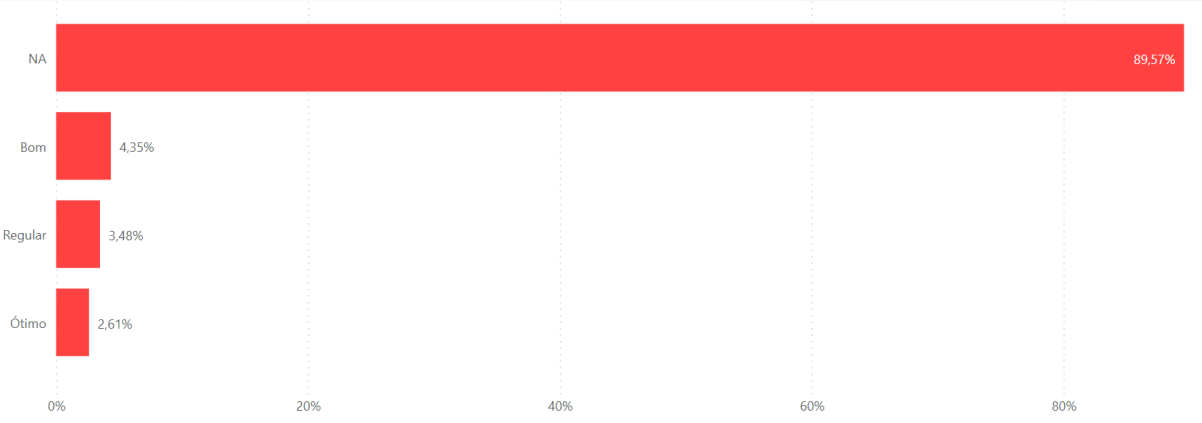
I26 - Em que medida a Coordenação de Curso (e Tutoria) é solícita no (se dispõem ao) atendimento (d)aos acadêmicos:



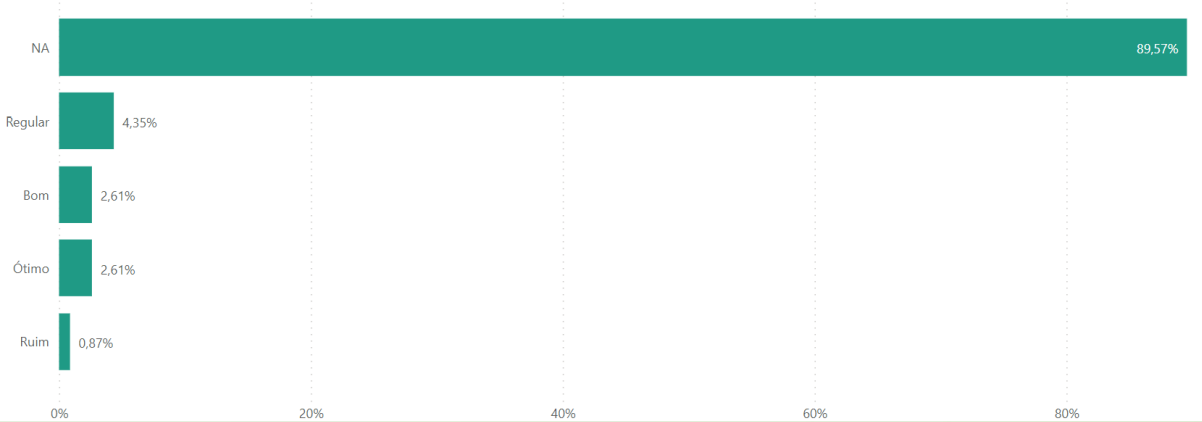
I27 - Como você considera as ações de apoio pedagógico, acesso a monitorias, orientação de trabalhos, dentre outros, realizadas pelos docentes:



I28 - Como você considera os critérios de avaliação das propostas de projetos de pesquisa e/ou extensão:



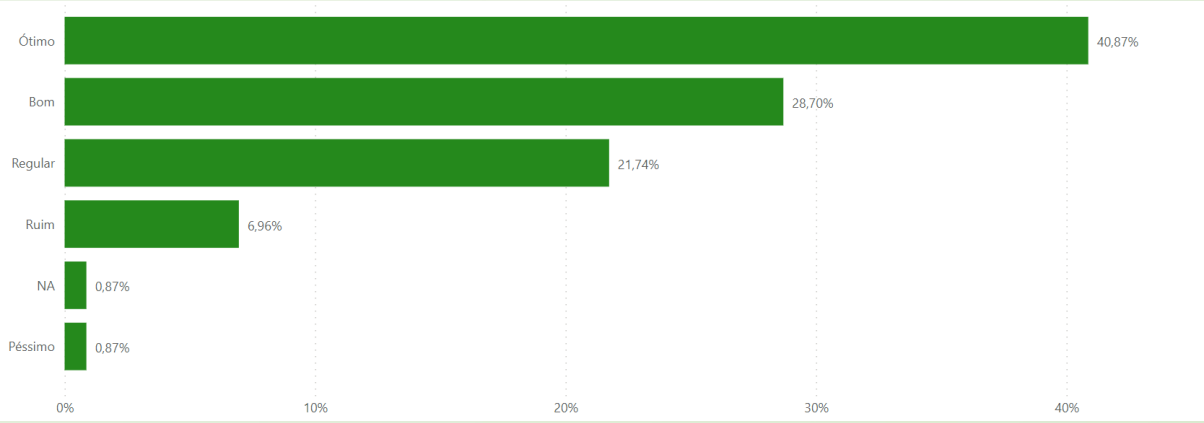
I29 - Como você avalia atuação do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):



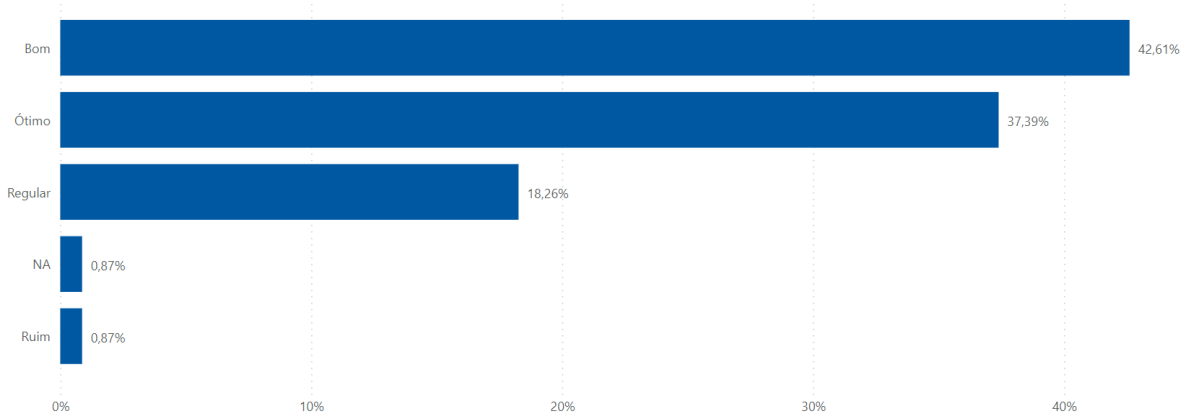
Resultado: As questões 14 e 15 mostram um desconhecimento quanto a relação entre o PDI e os projetos de pesquisa e extensão, além da dificuldade de apurar se o quantitativo de projetos oferecidos hoje é bom ou não. Entretanto a questão 16 manifesta uma aceitação com relação a acessibilidade aos cursos ofertados. A questão 17 indica que a interdisciplinaridade alcançou um bom resultado, mas tem bastante a melhorar. O acesso ao sistema de registro acadêmico online é visto como essencialmente bom, enquanto a formação oferecida pelos curso é bem vista, ultrapassando 70% somando o bom e ótimo. As questões 20 e 21, que tratam das práticas pedagógicas e das avaliações apresentam um bom desempenho, entretanto há forte presença do regular (em torno de 10% a 15%), sinalizando possível área de melhoria. O estímulo para participações em estágios, bem como sua qualidade são bem pontuadas nas questões 22 e 23. Embora a questão 24 indique que o PPC dos cursos atendem bem as necessidades da sociedade, a comunidade não soube opinar, na questão 25, se a coordenação estava apta para cumprir este com eficácia. As questões 26 e 27 atentam que o atendimento das coordenações aos alunos tem tido desempenho melhor que o de apoios e orientação de trabalhos, por parte dos professores. As questões 28 e 29 não se aplicavam para os alunos e técnicos, entretanto o critério para avaliação de projetos pode ser classificado como bom, enquanto a atuação do CONSEPE é vista como regular.

3.3.2 Comunicação com a Sociedade - Dimensão 4

I30 - Em que medida o IFPR é conhecido pela comunidade externa:



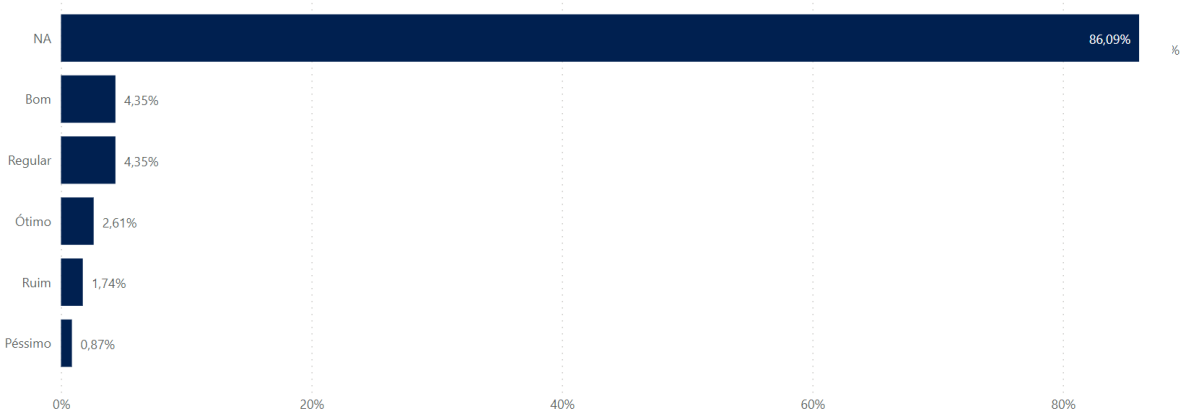
I31 - O site do IFPR fornece informações sobre a unidade, cursos e suas atividades de forma:



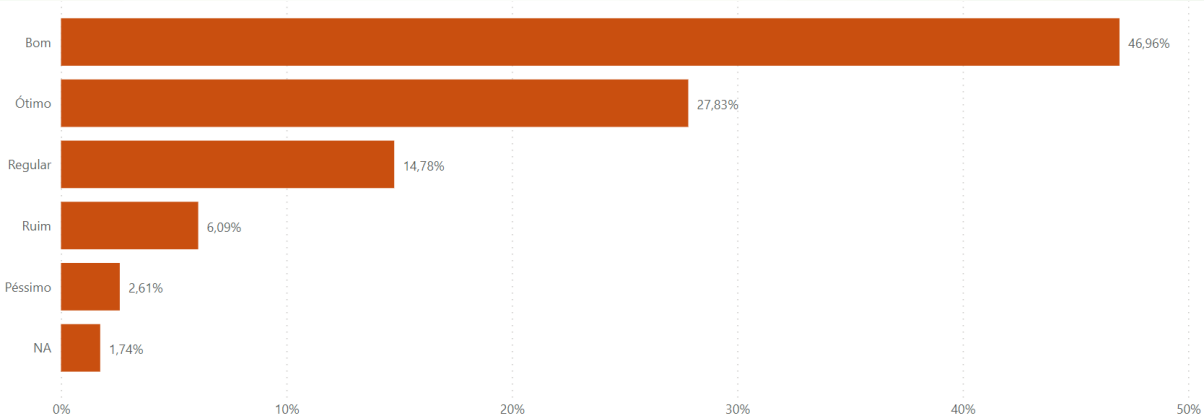
Resultados: A questão 30 aponta uma boa imagem do IFPR perante a comunidade externa. O fornecimento de informações quanto aos seus curso é considerada boa, de acordo com a questão 31.

3.3.3 Política de Atendimento aos Discentes - Dimensão 9

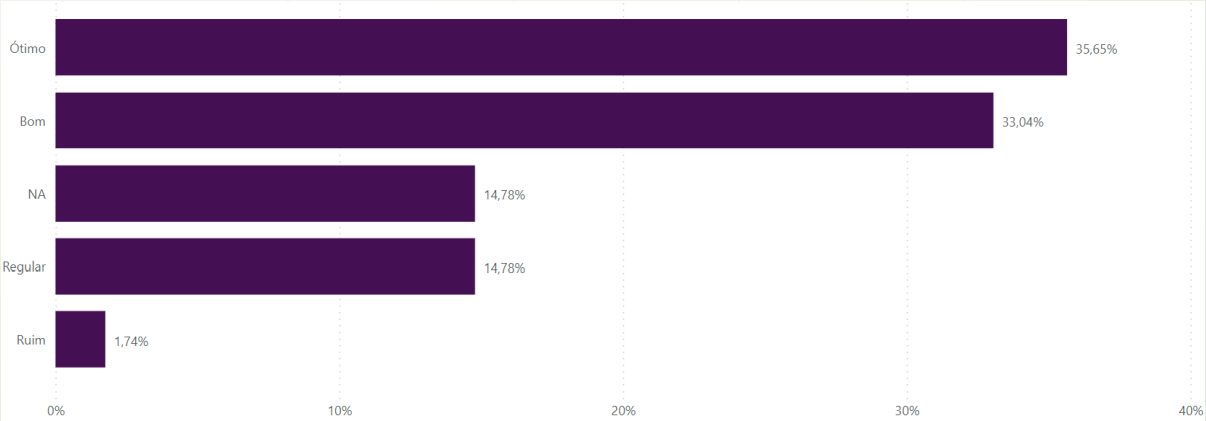
I32 - Avalie a adequação das políticas praticadas pela instituição relativas ao acesso e processo seletivo.



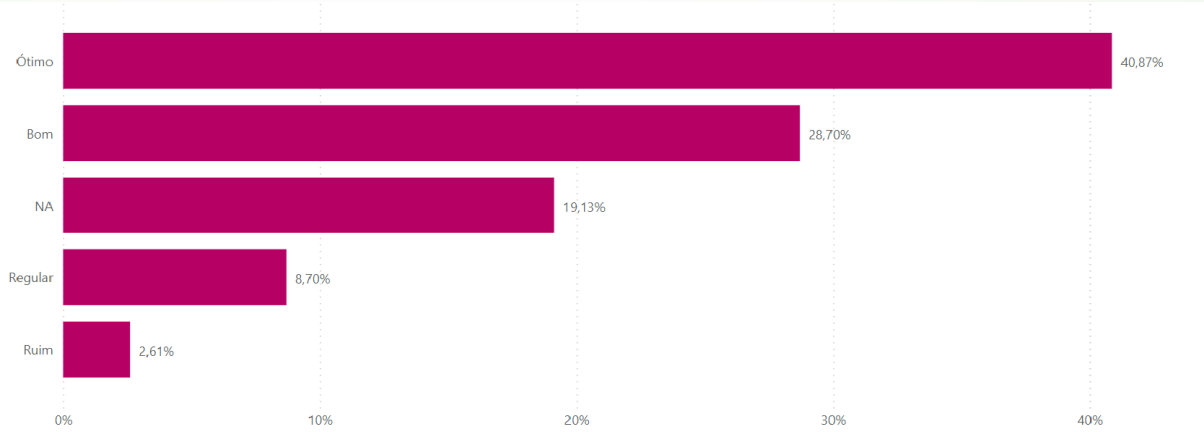
I33 - Como você percebe a atuação da direção de ensino e coordenações em relação à promoção, permanência e êxito dos discentes:



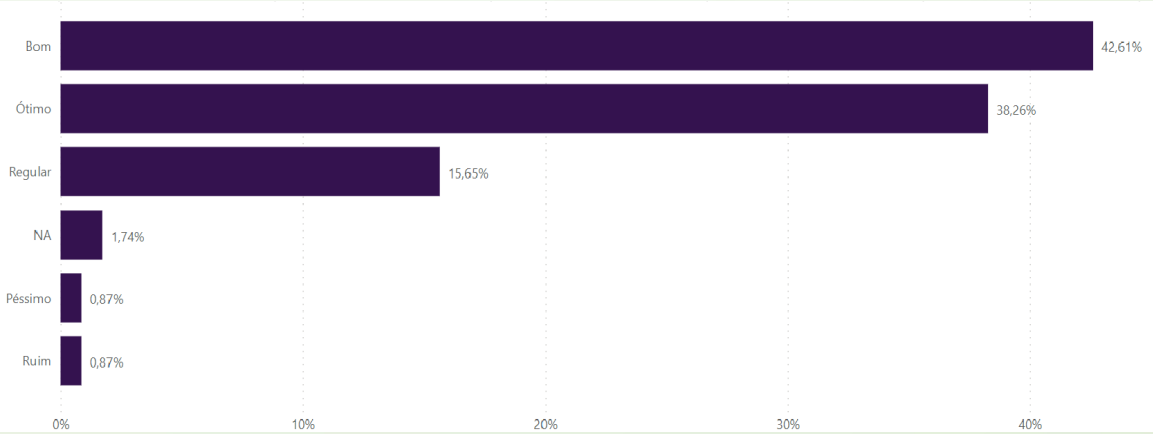
I34 - Quanto ao atendimento diferenciado para revisões, esclarecimentos, reforços, horários especiais e até mesmo recuperação de conteúdos ministrados, você o considera:



I35 - Os programas institucionais visando a redução dos índices de evasão, tais como bolsas, auxílios, aulas de reforço, entre outras, atendem às suas expectativas de forma:



I36 - Avalie as políticas praticadas pela unidade quanto ao apoio e desenvolvimento acadêmico, estimulando a participação em projetos de pesquisa, extensão e inovação, bem como a participação em eventos técnicos, científicos e culturais:

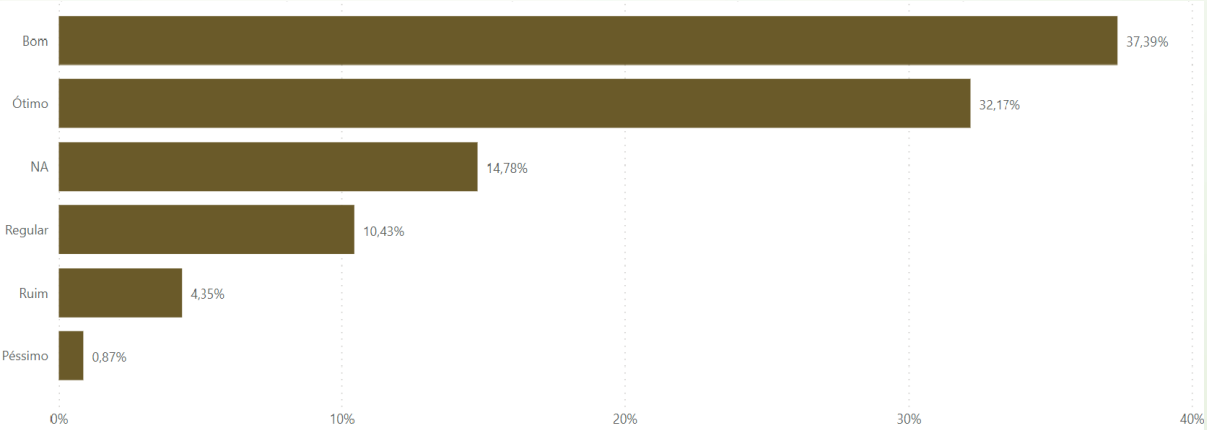


Resultado: A questão 32 indica que não há um entendimento da comunidade quanto as políticas de acesso e do processo seletivo. O esforço da direção para êxito e permanência dos discentes é considerado bom enquanto o horário diferenciado para recuperação dos conteúdos é visto como ótimo. Os programas de fornecimento de bolsas é visto como ótimo, enquanto o estímulo a inovação e participação em eventos é vista como boa.

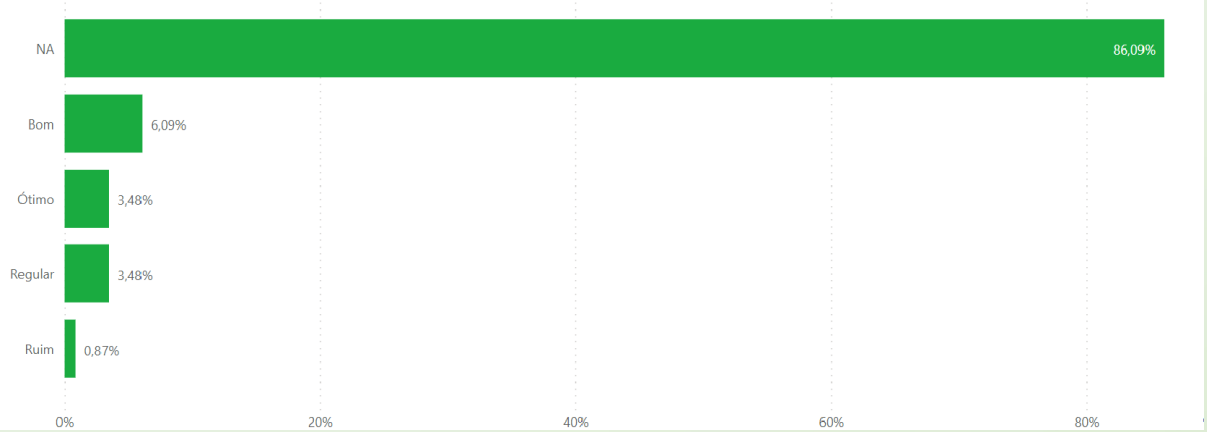
3.4 Políticas de Gestão

3.4.1 Política de Pessoal - Dimensão 5

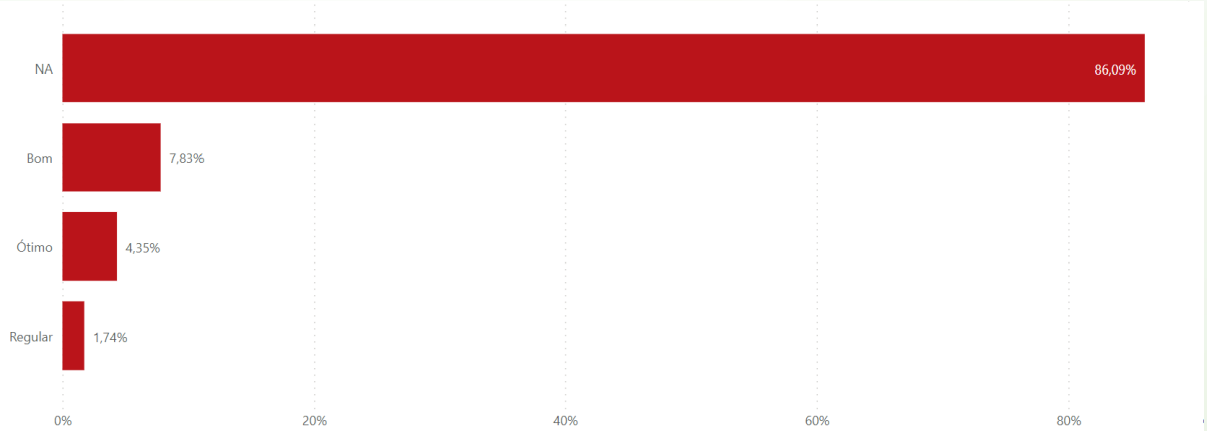
I37 - Como avalia sua interação com os colegas de estudo



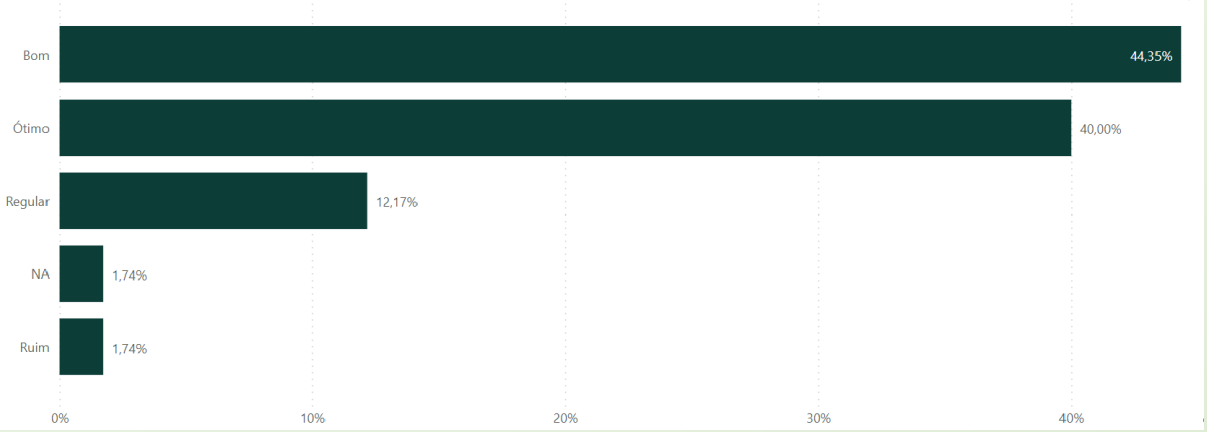
I38 - De que maneira você se sente integrado e profissionalmente reconhecido em seu ambiente de trabalho:



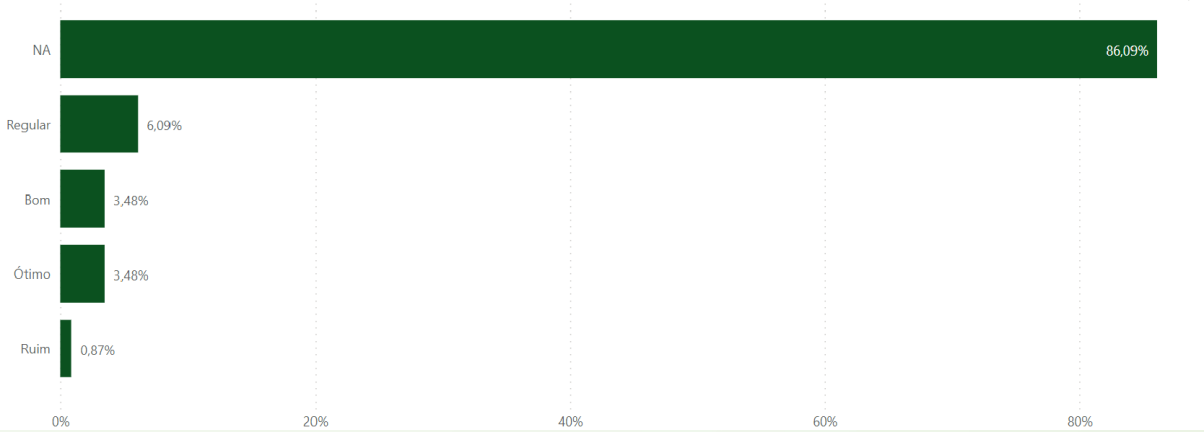
I39 - Indique o nível de relacionamento entre sua chefia imediata e os servidores de sua unidade:



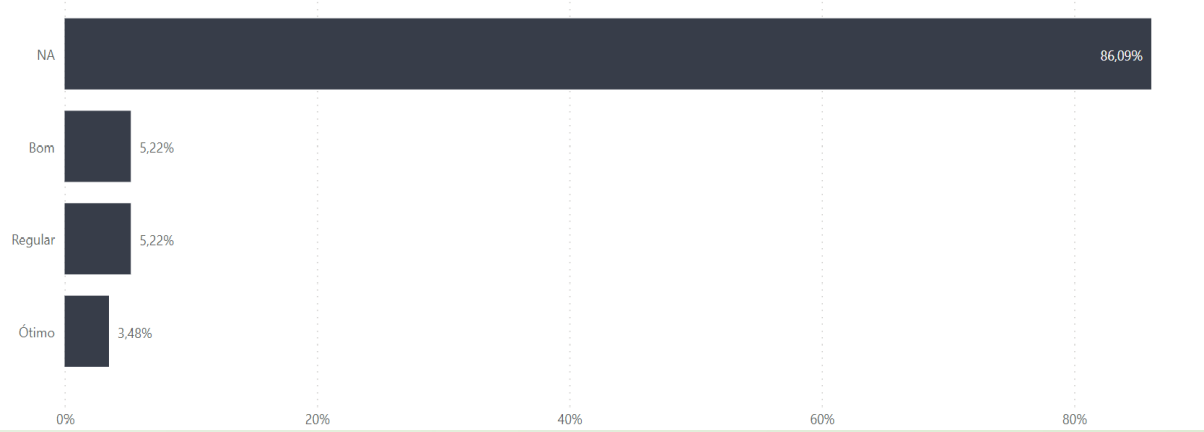
I40 - Como você avalia a interação entre a gestão de sua unidade e os discentes:



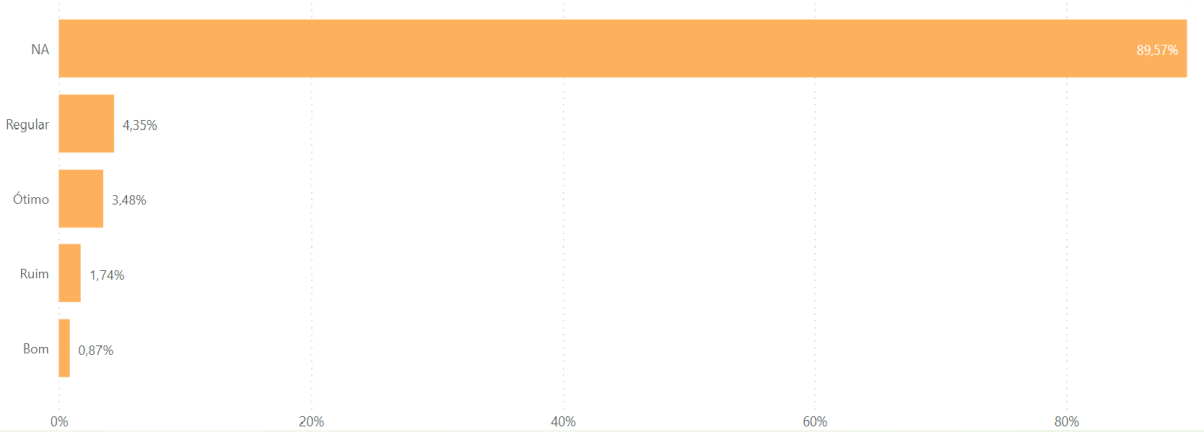
I41 - Avalie a oferta e acesso dos programas de qualificação e capacitação disponibilizados pela gestão aos servidores de sua unidade, por meio de complementação de estudos, participação em cursos de formação continuada e intercâmbios:



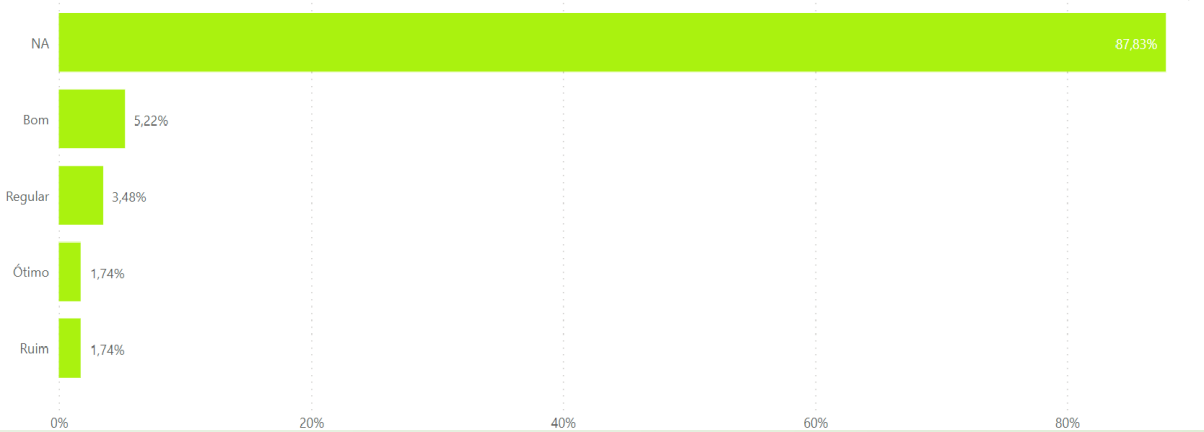
I42 - A instituição me oferece possibilidade de participar de conselhos, comissões, colegiados e/ou grupos de trabalho, de forma:



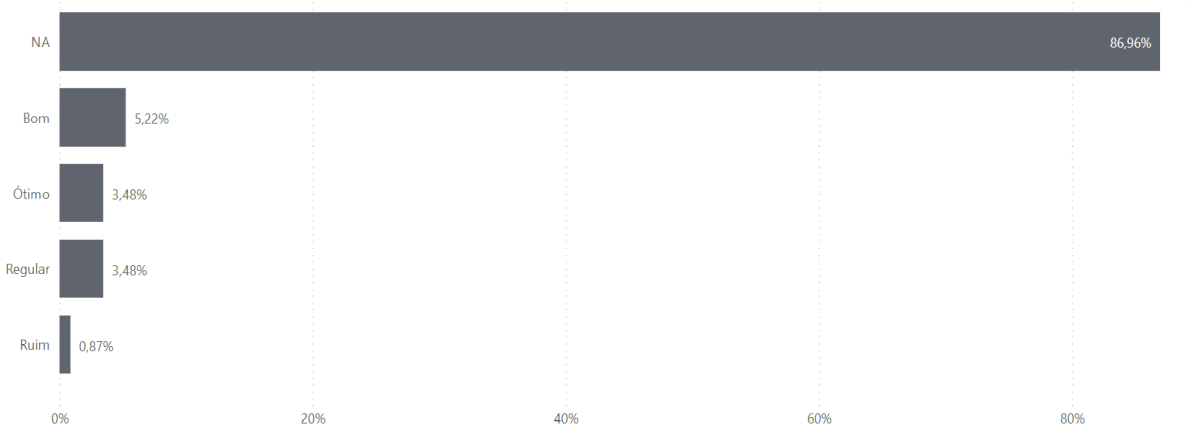
I43 - A política para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários) é:



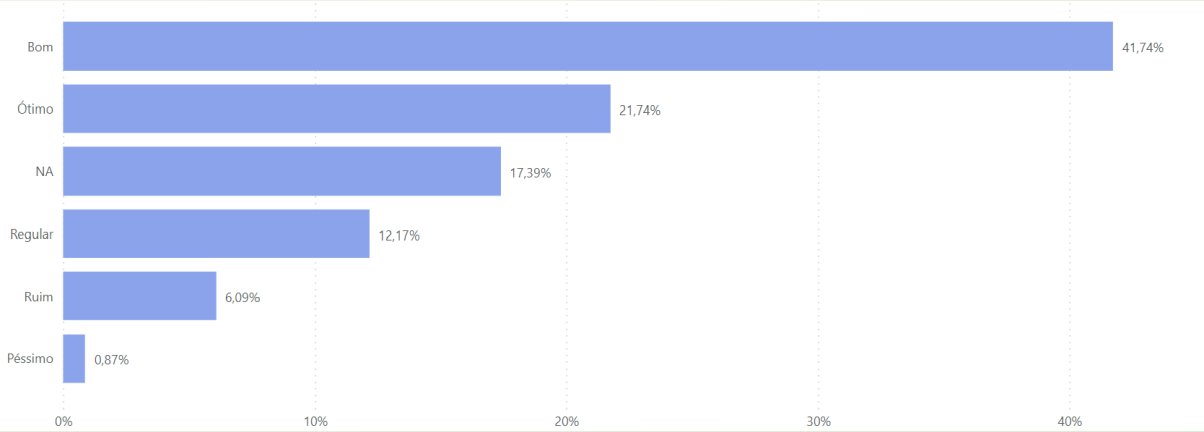
I44 - A adequação dos processos de avaliação envolvidos no estágio probatório é:



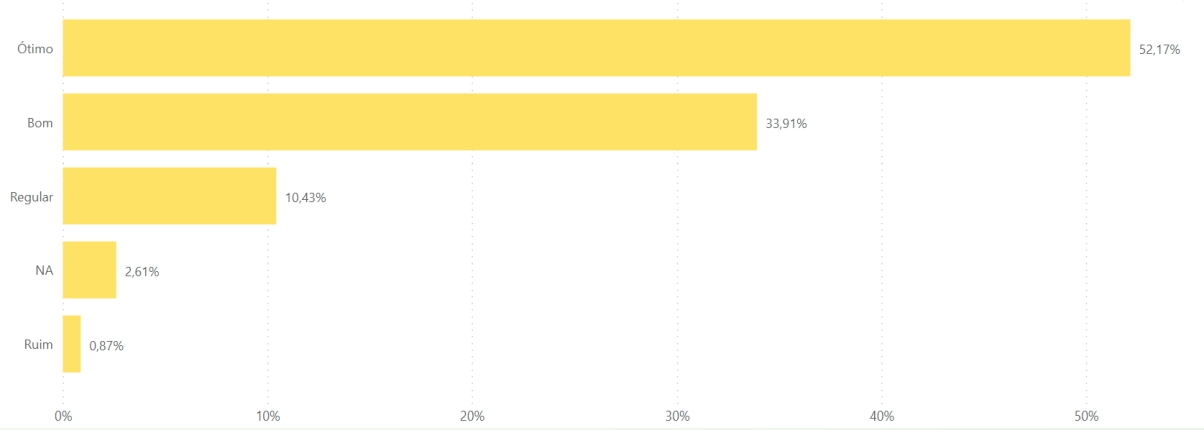
I45 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Acompanhamento das Condições das Relações de Trabalho



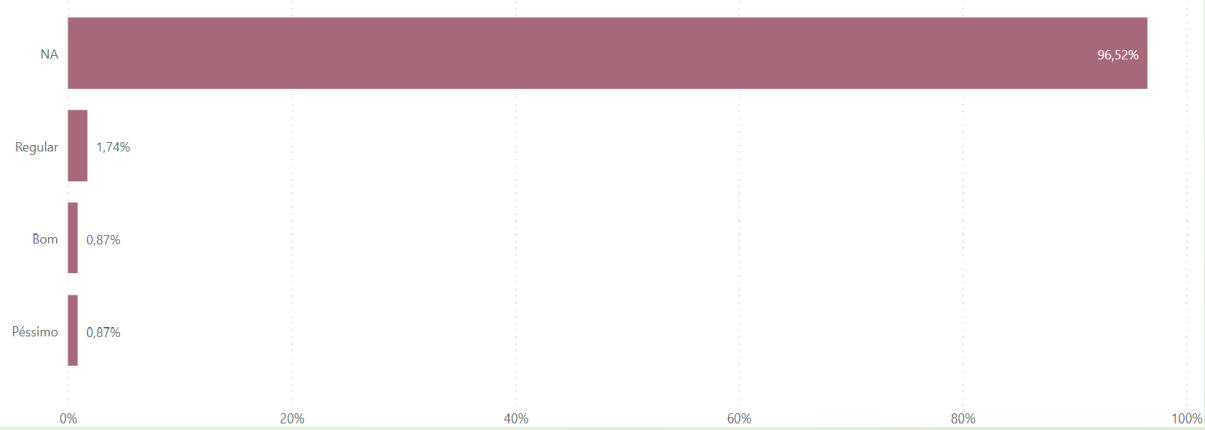
I46 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Acompanhamento das Relações Estudantis



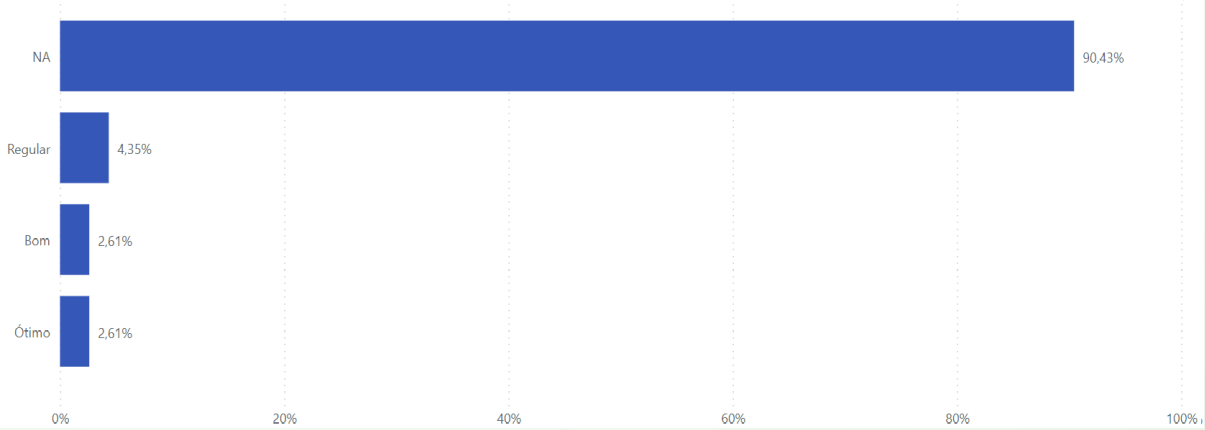
I47 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Acompanhamento e Controle da Propagação do COVID-19



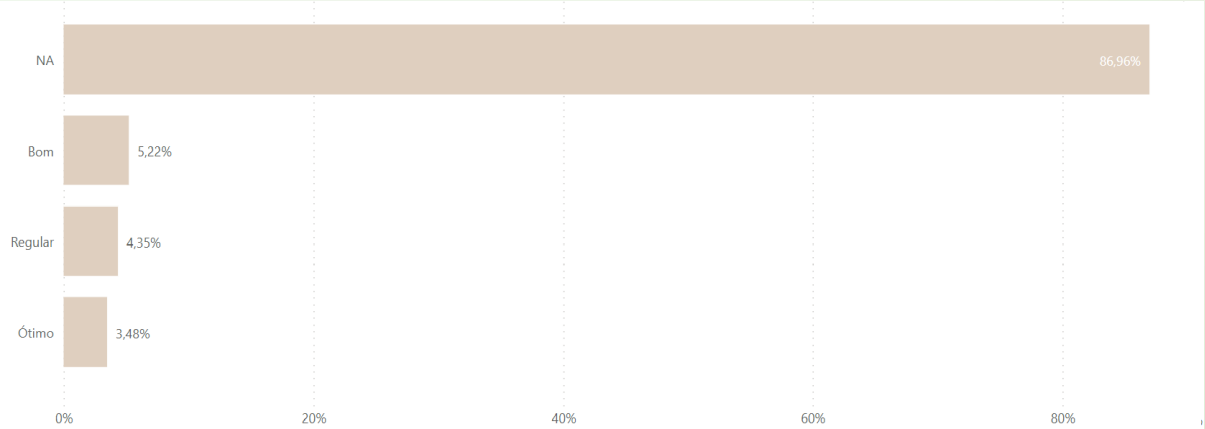
I48 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Central de Acompanhamento e Flexibilização da Jornada de Trabalho



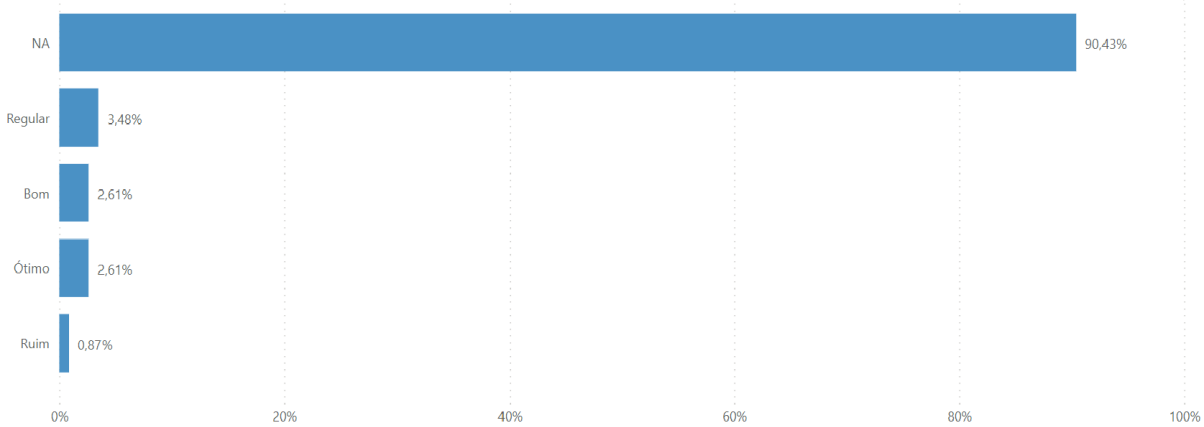
I49 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Curricularização da Extensão



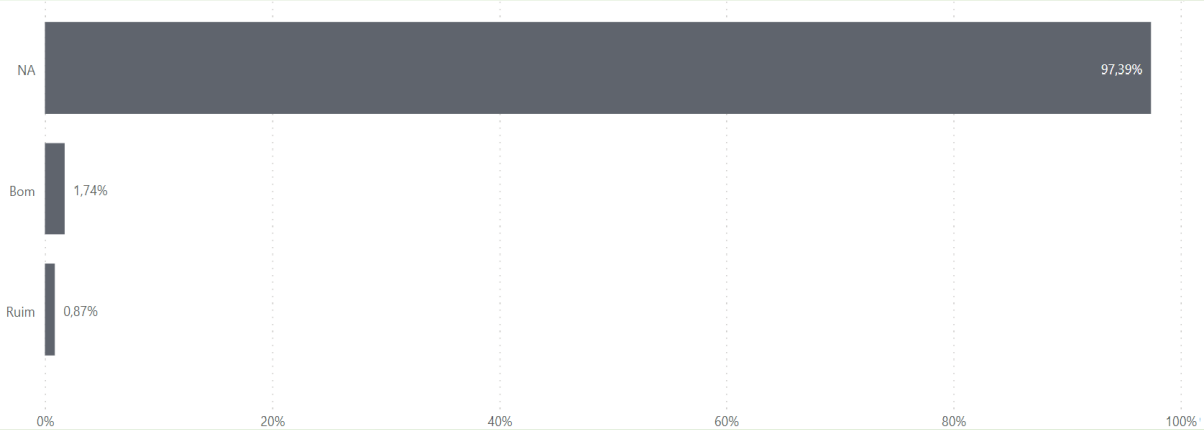
I50 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Ética



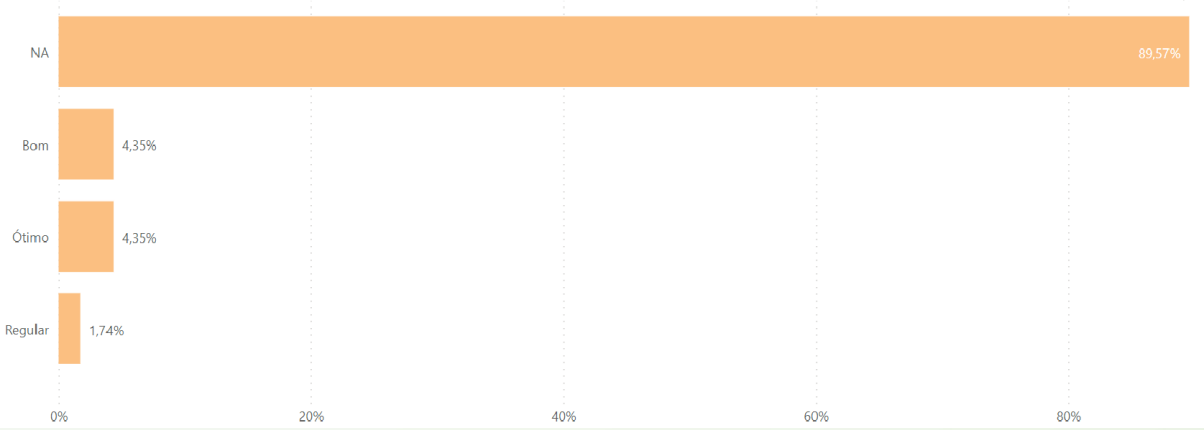
I51 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Ética no Uso de Animais



I52 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Interna de Supervisão (CIS)]



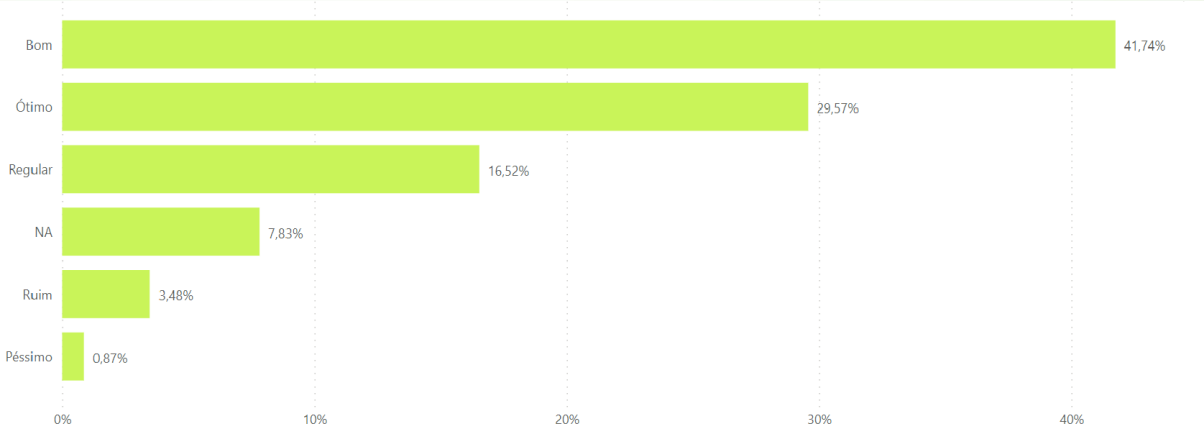
I53 - Como você compreende a atuação das Comissões de: Permanente de Pessoal Docente (CPPD)



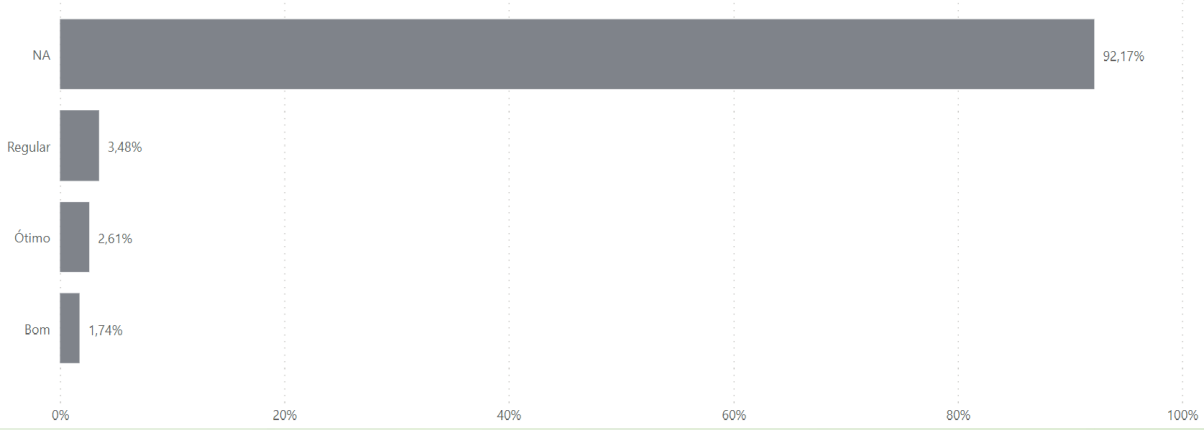
Resultados: A questão 37 indica uma boa relação com os colegas de estudo, enquanto a questão 38 indica uma boa integração com a equipe de trabalho e bom reconhecimento, além de bom relacionamento com a chefia, na questão 39. A questão 40 apresenta uma relação muito boa entre gestão e discentes. A questão 41 mostra que um precário incentivo à formação continuada e complementação de estudos por parte da gestão do campus. Há um empate entre bom e regular na questão 42, com relação à oferta da participação em conselhos e grupos de trabalho. As políticas de admissão de novos professores são vistas como regulares, enquanto o processo de avaliação do estágio probatório é considerado bom. Nas questões 45 a 53 foram avaliadas as atuações de diversas comissões. Obteve um ótimo conceito a comissão de controle da propagação da COVID 19. A comissão permanente de pessoal docente (CPPD) teve um empate entre ótimo e bom. Alcançaram um bom conceito as comissões de relações do trabalho, relações estudantis e ética. Foram descritas como regulares as atuações das comissões de acompanhamento e flexibilização da jornada de trabalho, curricularização da extensão e ética no uso de animais. Desperta um alerta para a comissão interna de supervisão, onde parece haver um desconhecimento de sua atuação.

3.4.2 Organização e Gestão da Instituição - Dimensão 6

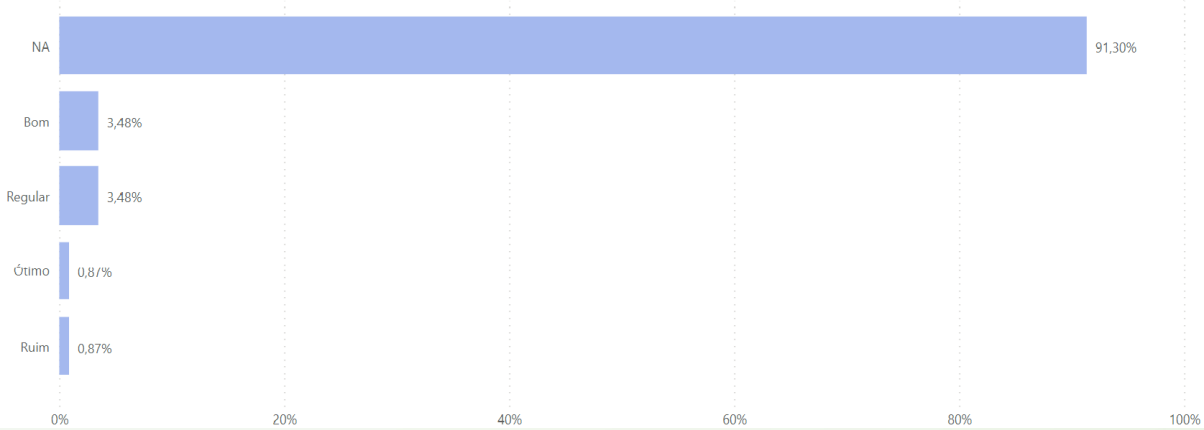
I54 - Em que medida a Coordenação de Curso propõe melhorias nas condições de ensino, aprendizagem e atividades extracurriculares:



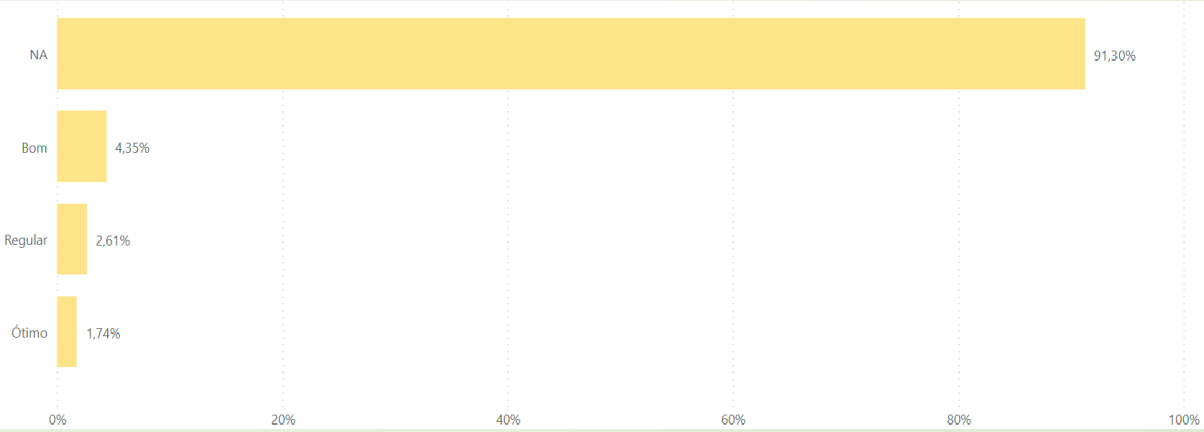
I55 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística de: a) reserva e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia



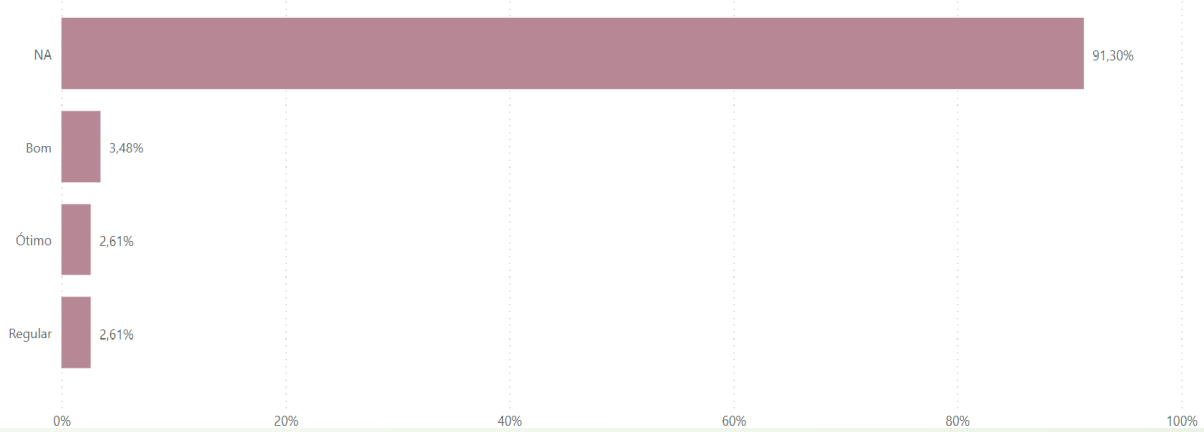
I56 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística de: b) logística para atividades em campo (transporte, alimentação e hospedagem)



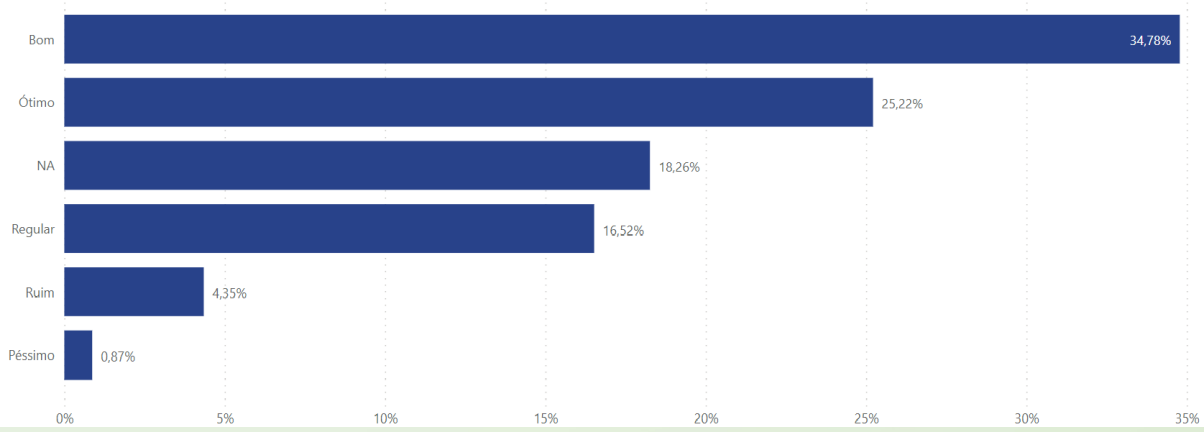
I57 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística de: c) existência de normas de segurança e seu cumprimento



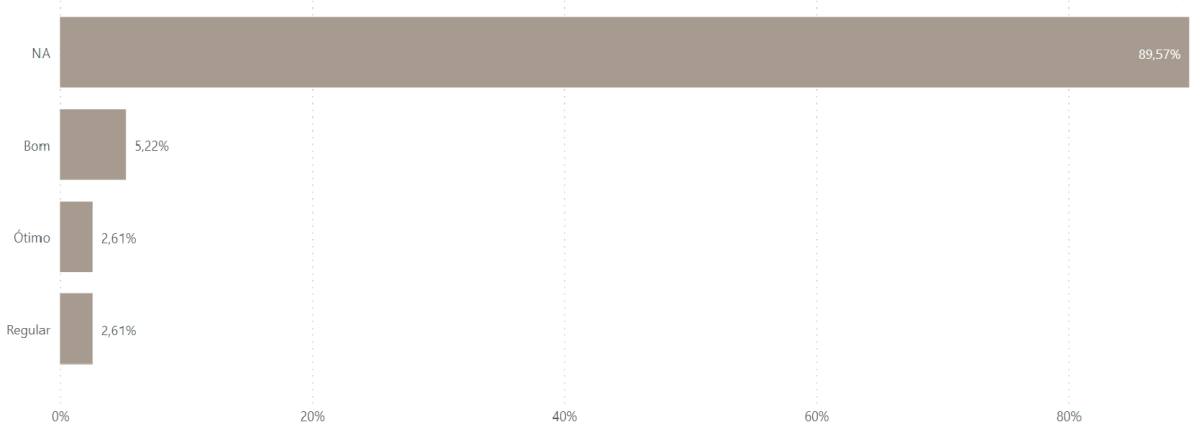
I58 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística de: d) reprodução de textos, materiais didáticos e de avaliações



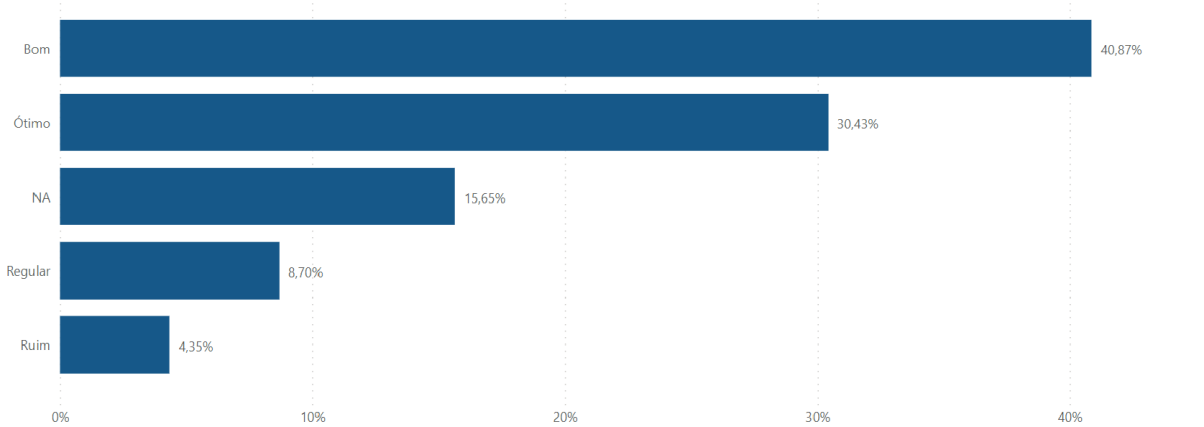
I59 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística quanto à reserva e distribuição de equipamentos: informática, audiovisuais, multimídia e dispositivos móveis:



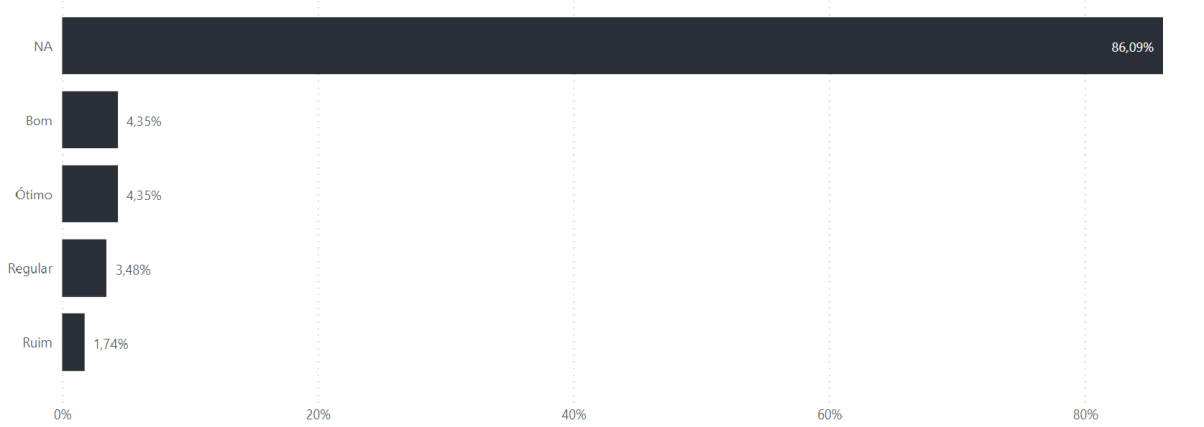
I60 - Como você avalia a coerência dos recursos materiais de seu curso (laboratórios, equipamentos e instalações) com a proposta curricular, destinados às práticas de ensino, pesquisa e extensão



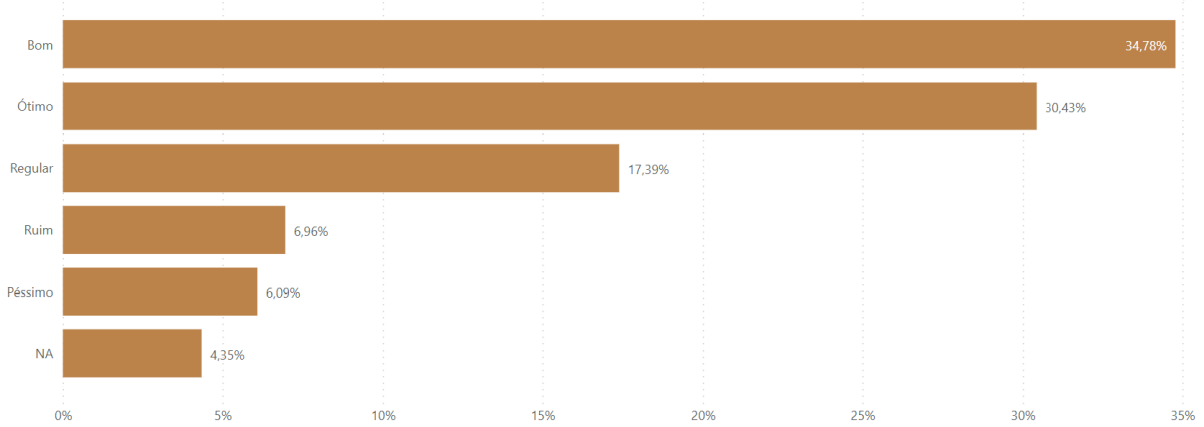
I61 - Como você caracteriza o atendimento junto à secretaria acadêmica



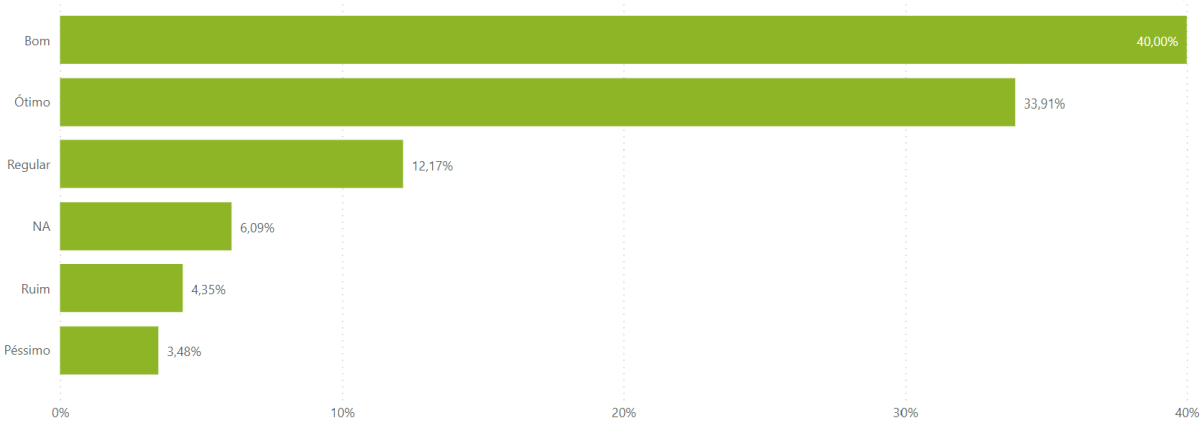
I62 - Avalie a divulgação de regimentos, portarias, resoluções, normativas, ordens de serviço e demais regulamentações



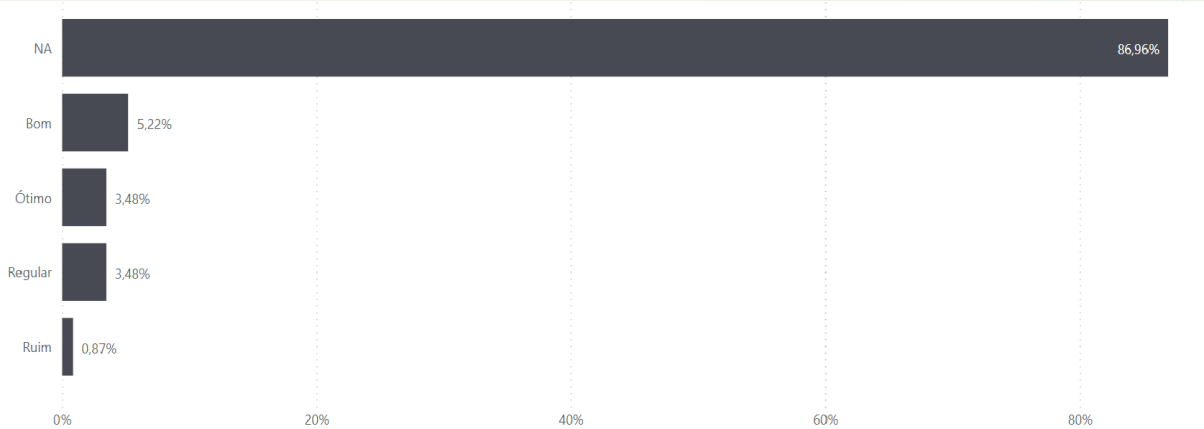
I63 - Avalie os sistemas e recursos de informação e comunicação: a) SIGAA/SAGRES/SISA



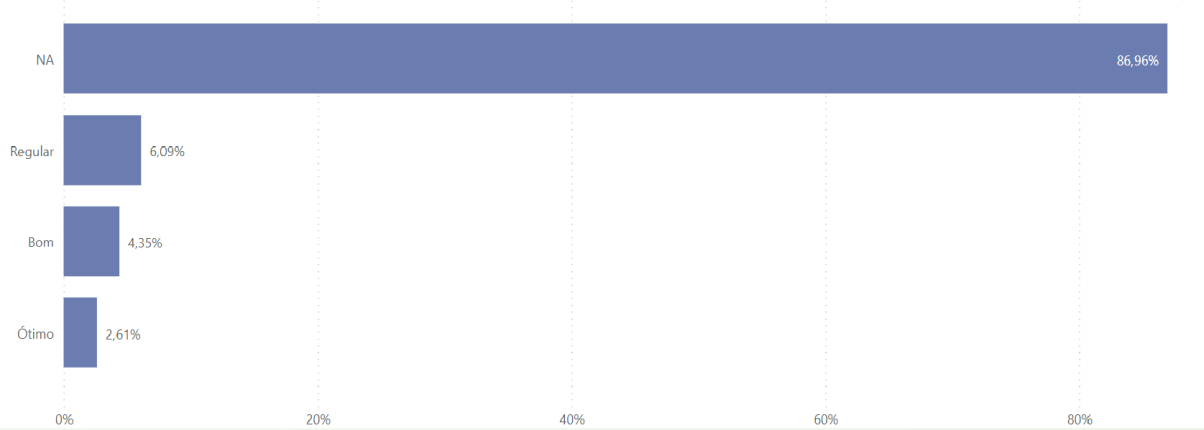
I64 - Avalie os sistemas e recursos de informação e comunicação: b) AVA/Moodle/Karavellas/Classroom



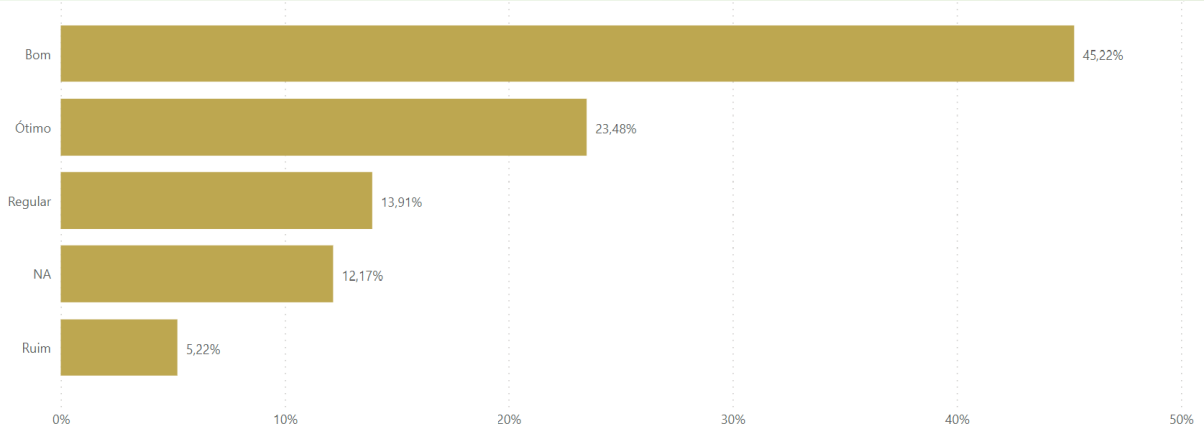
I65 - Seu entendimento sobre a atuação do Colégio de Dirigentes do Campus (CODIC) é:



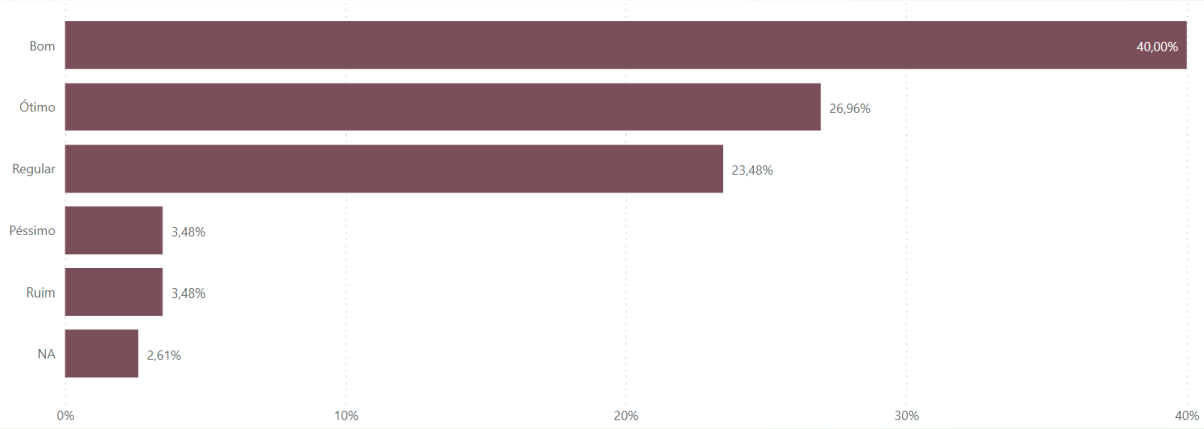
I66 - Seu entendimento sobre a atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) é:



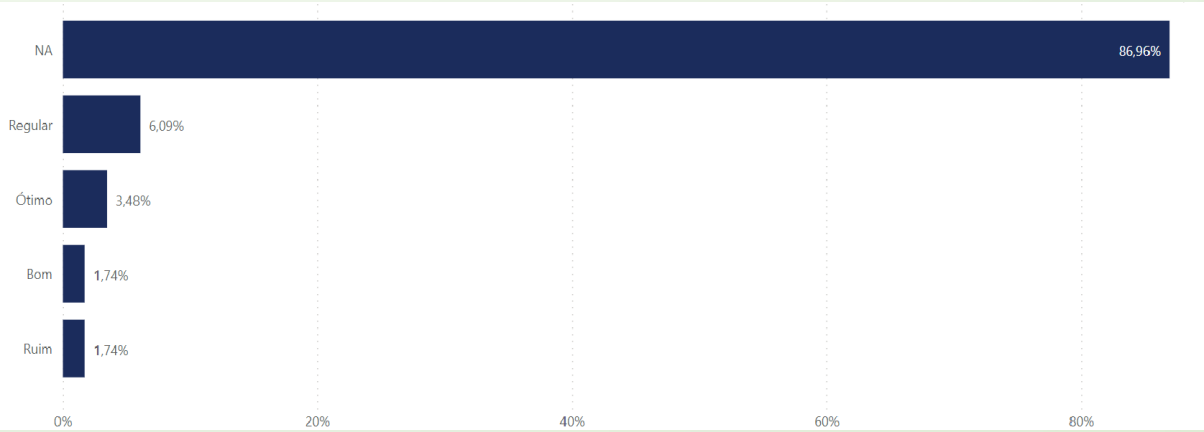
I67 - Para você, a atuação do Conselho Superior (CONSUP) é:



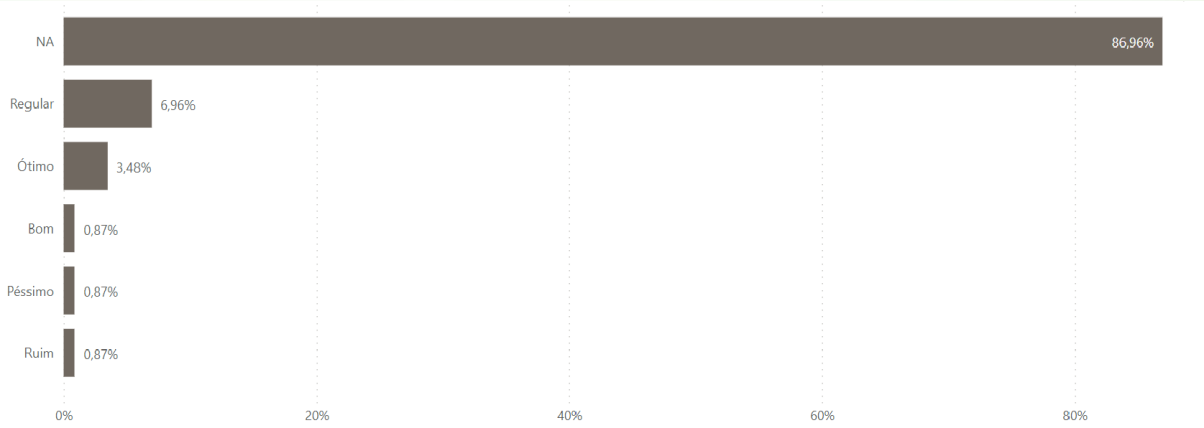
I68 - Em que medida você considera transparentes e democráticas as decisões tomadas pela gestão de sua unidade:



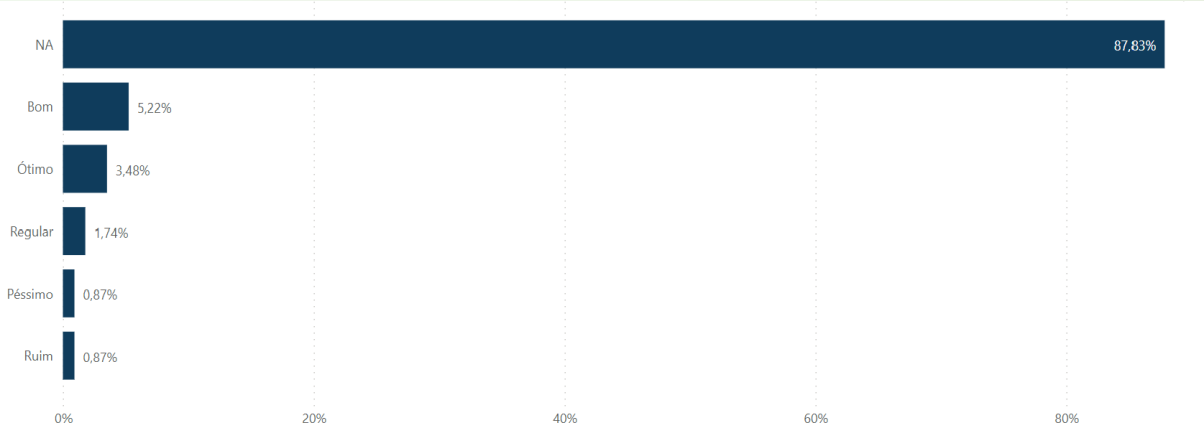
I69 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): a) DI (Diretoria de Infraestrutura)



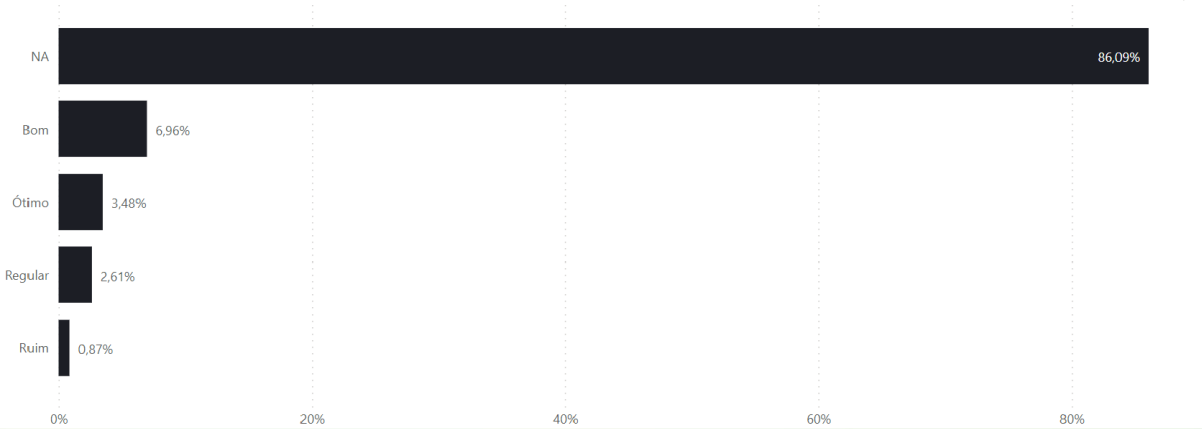
I70 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): b) DTIC



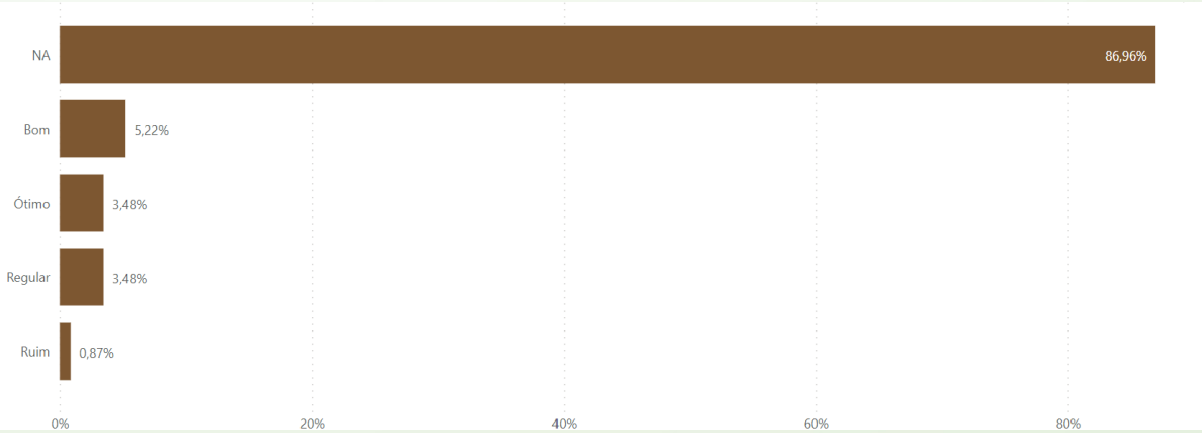
I71 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): c) DEaD



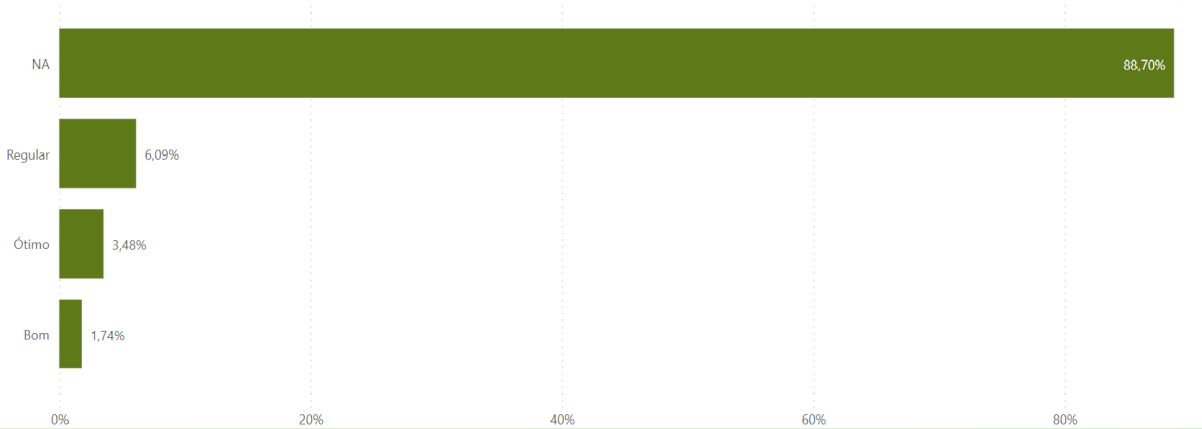
I72 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): d) Gabinete da Reitoria



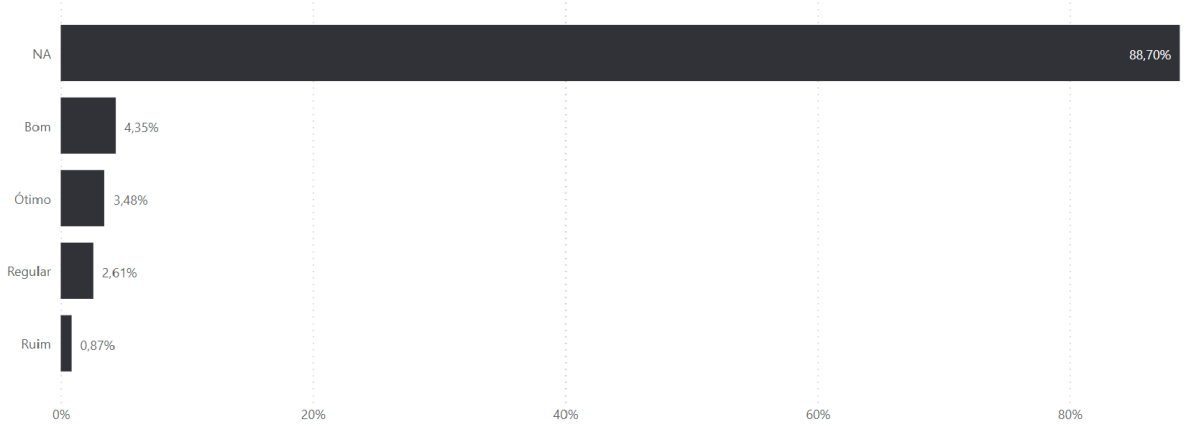
I73 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): e) PROAD



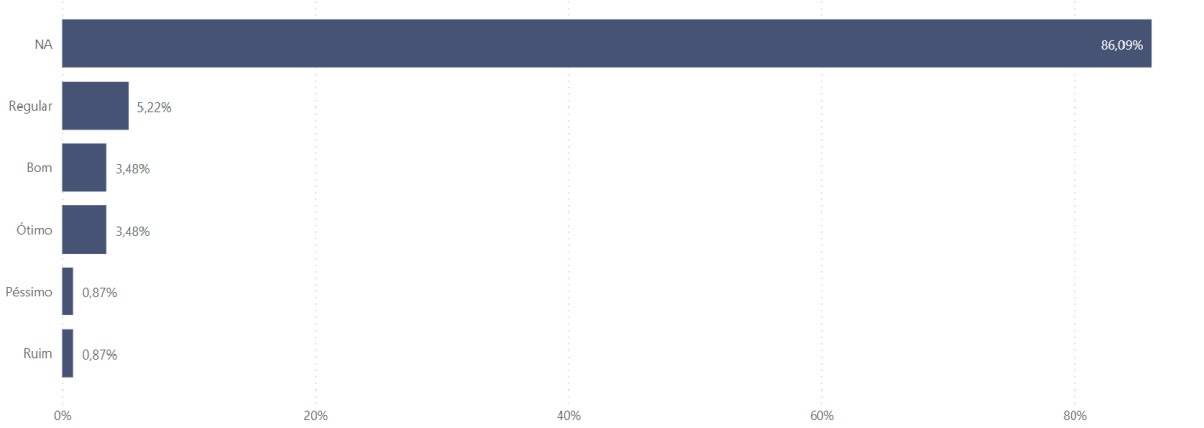
I74 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): f) PROENS



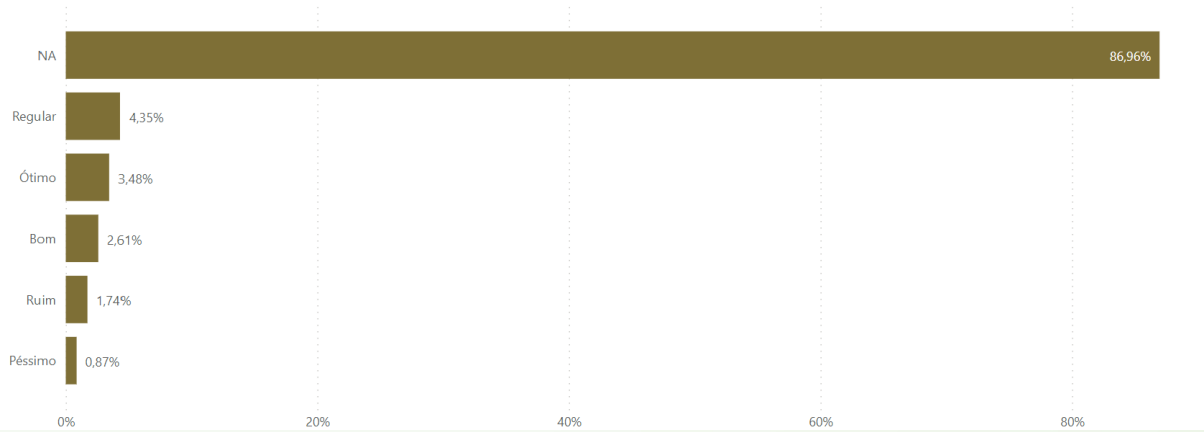
I75 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): g) PROEPPI



I76 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): h) PROGEPE



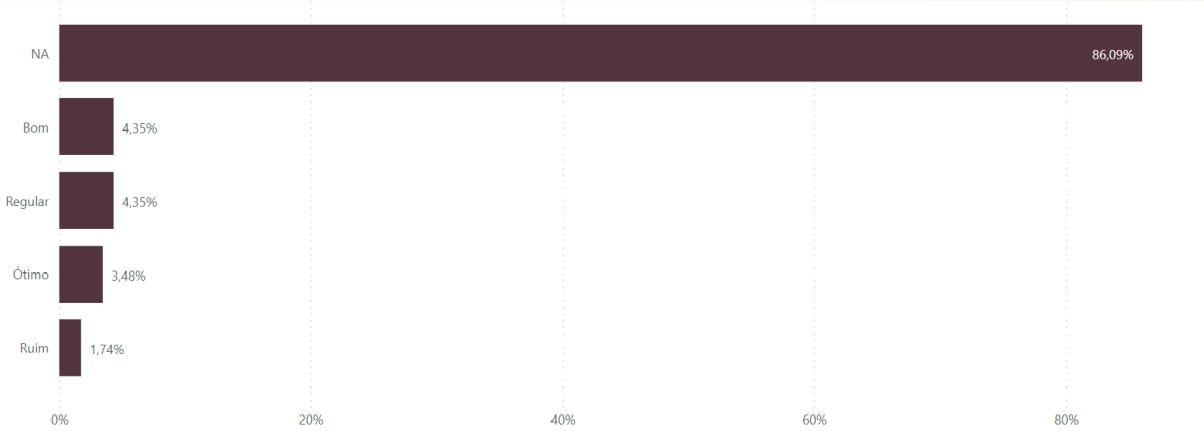
I77 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): i) PROPLAN



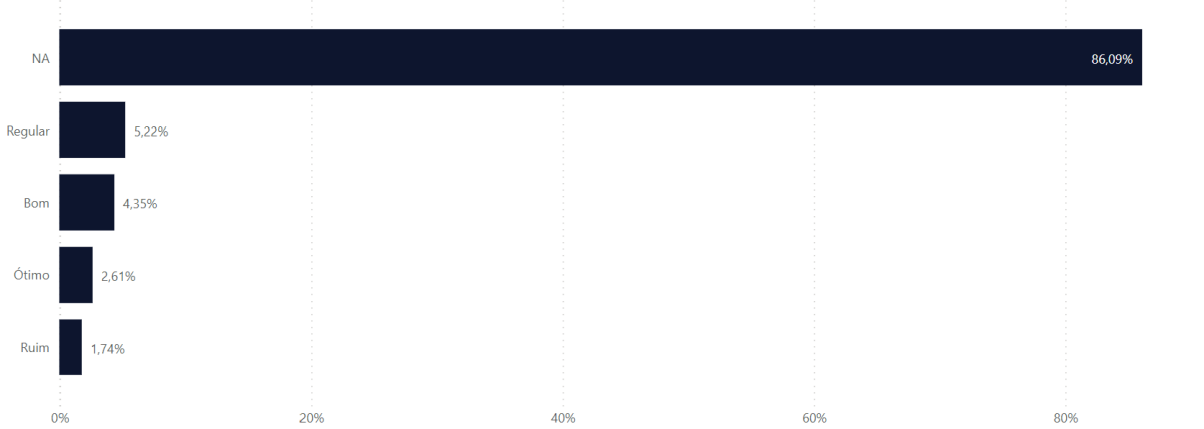
Resultado: A questão 54 aponta como boa a atuação das coordenações de curso nas melhorias destes, embora fique sinalizado um percentual de aproximadamente 15% de conceito regular. Da questão 55 até a 59 foram avaliadas a eficiência na logística e distribuição de alguns itens. Obtiveram bom conceito as normas de segurança e reprodução de texto. Houve empate entre bom e regular para as atividades de campo e foi caracterizado regular a reserva de equipamentos de informática e audiovisuais. A questão 60 indica boa coerência entre os recursos dos laboratórios e as propostas curriculares. O atendimento junto à secretaria, na questão 61, foi caracterizado como bom. A questão 62 ilustra um empate entre ótimo e bom no quesito de divulgações de portarias e normativas. As questões 63 e 64 trataram de avaliar os sistemas e recursos de informação, como o SIGAA e o Google Classroom. Estes foram avaliados como bom, embora o somatório de bom e ótimo não tenha alcançado 70%. Sobre a atuação do CODIC e do CONSUP, foram avaliados como bom, em comparação com a atuação do CODIR, que foi avaliado como regular. A questão 68 apresenta um sinal de alerta sobre a transparência das ações tomadas pela gestão da unidade, onde mesmo o bom alcançando 40% das respostas, regular aparece com quase 24% das respostas. As questões 69 até a 77 tratam sobre o entendimento da atuação de diversos setores do IFPR. Fica evidente neste momento um desconhecimento sobre estes por boa parte dos discentes, os quais marcaram majoritariamente que estas questões não se aplicavam a eles. Foram caracterizados com bom entendimento a atuação da DeaD, do Gabinete da Reitoria, da PROAD e da PROEPPI. Ficaram avaliados como regulares os entendimentos sobre as ações da DI (Diretoria de Infraestrutura), da DTIC, da PROENS, da PROGEPE e da PROPLAN.

3.4.3 Sustentabilidade Financeira - Dimensão 10

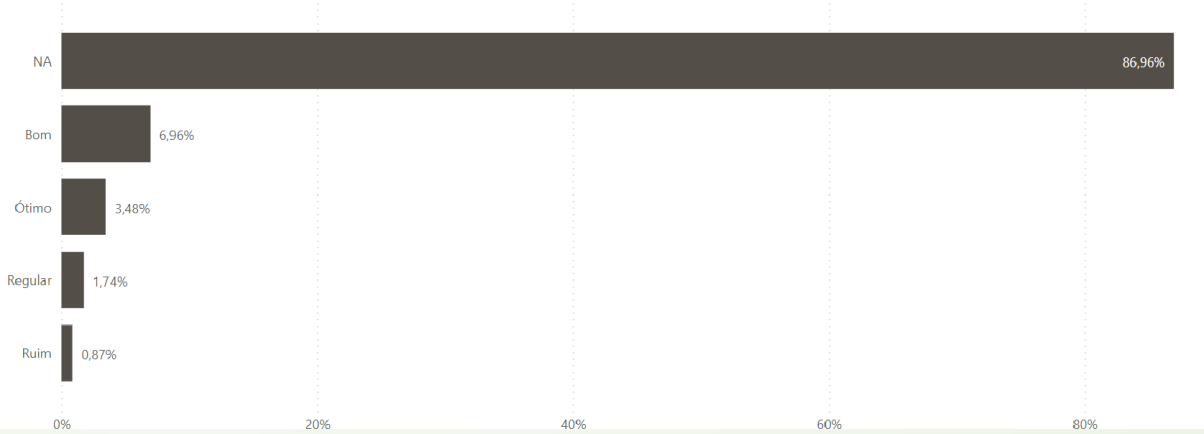
I78 - Sua avaliação sobre os processos de previsão, distribuição e execução de recursos orçamentários e financeiros em sua unidade é:



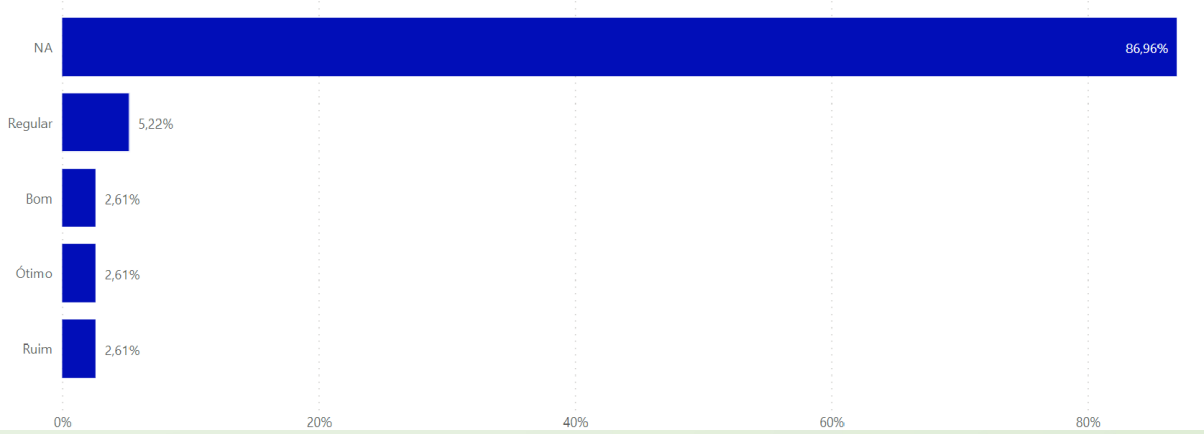
I79 - A coerência entre os cursos ofertados e a aplicação dos recursos financeiros na sua unidade é:



I80 - As políticas de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão são:



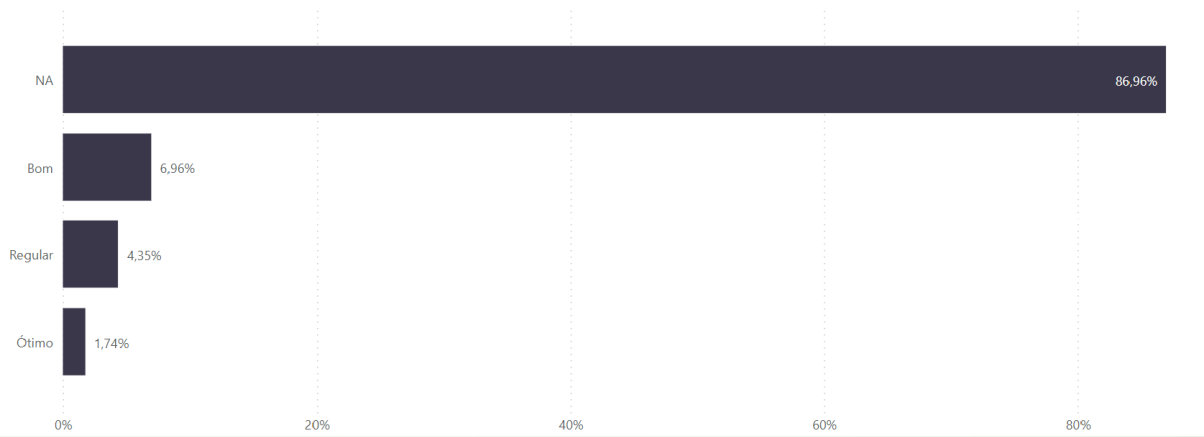
I81 - As políticas de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão são:



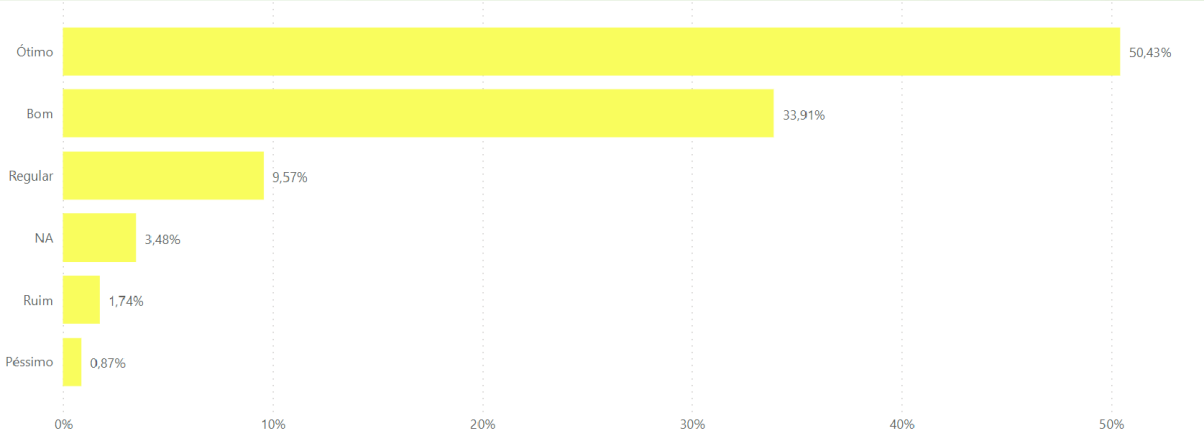
Resultados: A questão 78 aponta um empate entre bom e regular para a previsão e execução de recursos orçamentários. A coerência entre o emprego dos recursos financeiros e os cursos ofertados foi avaliado como regular. Foram avaliadas como boas as políticas de expansão/conservação dos espaços físicos para as atividades de pesquisa e extensão.

3.5 Infraestrutura Física - Dimensão 7

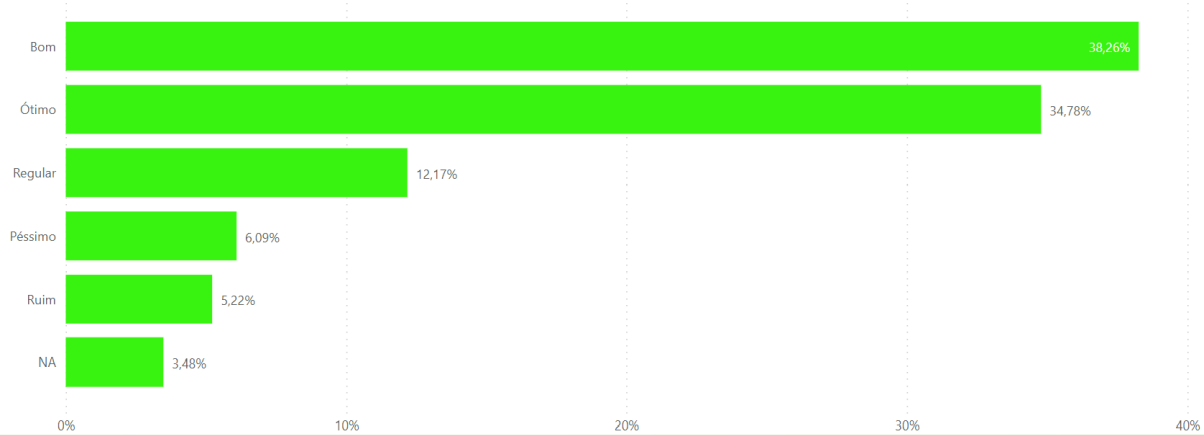
I82 - Avalie a coerência entre o PDI e a infraestrutura física para o ensino:



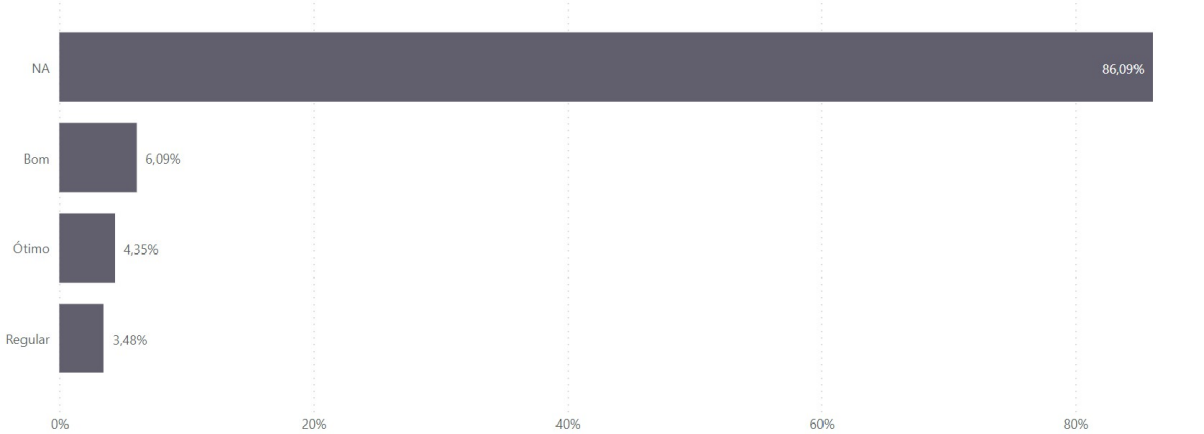
I83 - Relativo à biblioteca de sua unidade, avalie: a) O acervo bibliográfico



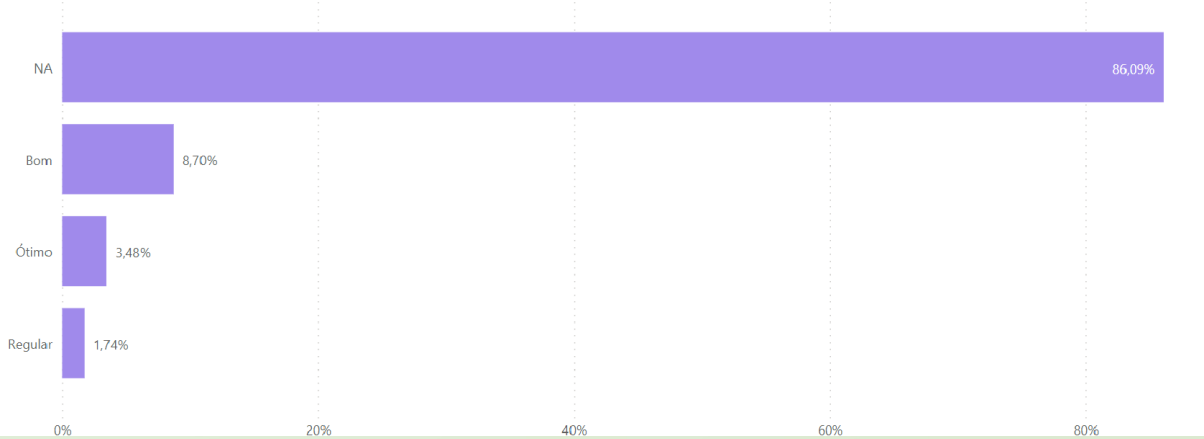
I84 - Relativo à biblioteca de sua unidade, avalie: b) Acesso à base de dados online



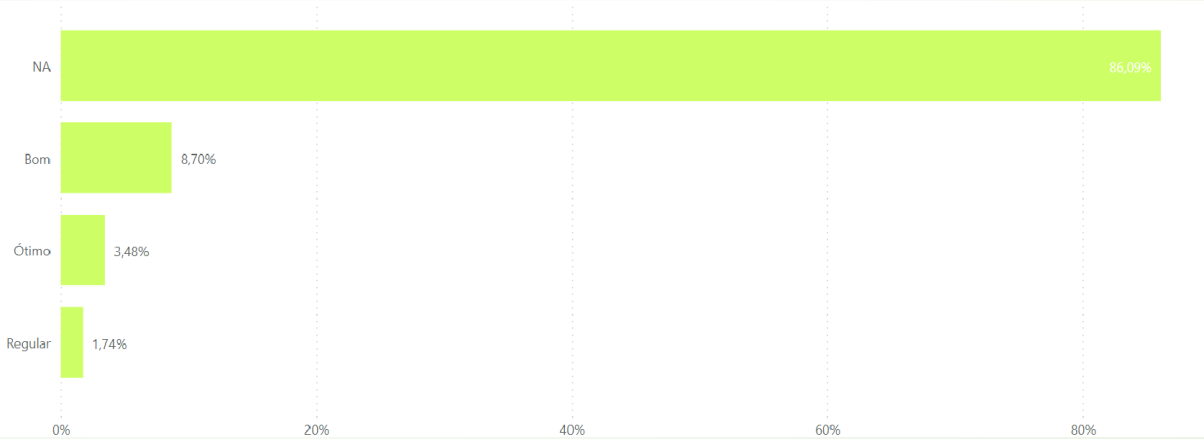
I85 - Relativo à biblioteca de sua unidade, avalie: c) O atendimento realizado pelos servidores



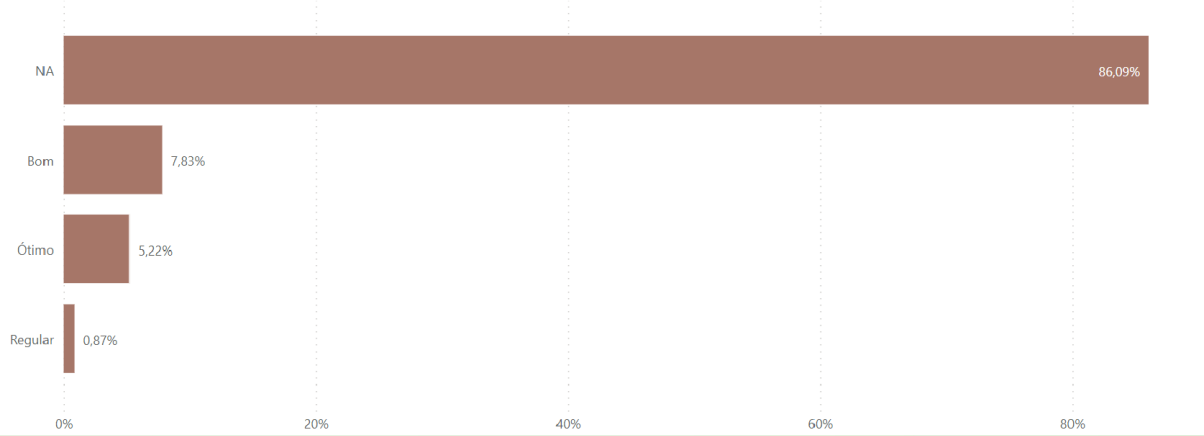
I86 - Avalie as instalações da unidade (Salas, Laboratórios, Quadras, Auditórios, outros...):



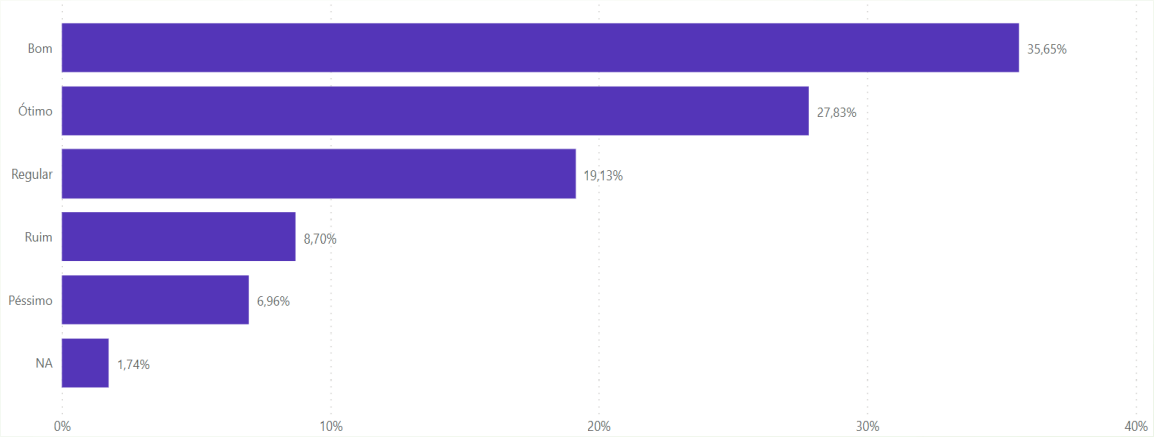
I87 - Sua avaliação sobre as áreas de convivência da comunidade, relativo à manutenção, conservação e comodidade:



I88 - As instalações de sua unidade oferecem acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, de forma:



I89 - A qualidade de transmissão (áudio e vídeo) disponibilizada durante as web/videoconferências pela sua unidade é:



Resultado: A questão 82, apesar de ilustrar desconhecimento do PDI, aponta como boa a coerência entre este e a infraestrutura física do campus. Nas questões 83 até a 85, que tratam de assuntos relativos à biblioteca da unidade, recebeu um ótimo conceito o acervo bibliográfico e foi avaliado como bom o acesso à base de dados online e o atendimento dos servidores. As instalações da unidades foram avaliadas como boas na questão 87, bem como a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, na questão 88. A última questão avalia como boa a qualidade de transmissão de áudio e vídeo em videoconferências, embora chame a atenção da resposta regular, que apresenta 19% do total.

4.PLANO DE AÇÃO DA CPA LOCAL

4.1. Objetivos Estratégicos

Tomando como base o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR– PDI 2019/2023, que é o instrumento de gestão que norteia a atuação da instituição, elencamos os objetivos estratégicos com os quais o IFPR busca atingir sua missão e visão institucional. Construído de forma participativa e submetido à apreciação pública e dos órgãos superiores do IFPR, o PDI constitui-se no compromisso assumido pela instituição, em todos seus níveis de gestão, na promoção de educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência.

Nesse sentido, de forma a evitar redundâncias, retoma-se abaixo os objetivos estratégicos elencados no PDI, tal como feito no relatório emitido pela CPA central, de modo que as propostas de melhoria sugeridas por esta comissão sejam feitas à luz de tais objetivos, observando a realidade do campus Capanema.

Ensino (Médio, Superior, Pós-graduação e EaD)

▪ Atender, institucionalmente e no âmbito de cada campus, aos percentuais legais de vagas para cursos de nível médio, formação de professores e PROEJA;

▪ Garantir que a oferta de cursos superiores (excluindo Licenciaturas) seja integralmente alinhada com os eixos tecnológicos já ofertados no campus;

▪ Expandir a oferta de cursos regulares nas modalidades presencial e a distância;

▪ Promover a elevação do interesse pelos cursos ofertados pela instituição (presenciais e EaD), refletida no aumento da relação candidato/vaga;

▪ Criar mecanismos efetivos de redução da evasão, em todos os níveis e modalidades de ensino, pelo aprimoramento dos processos de acompanhamento pedagógico e social dos estudantes, de modo a assegurar condições de permanência e êxito estudantil e o aumento da eficiência da instituição;

▪ Estimular e melhorar a titulação e capacitação do corpo docente;

▪ Manter o patamar de 100% dos docentes com carga horária mínima, conforme definido nos regulamentos institucionais, bem como manter o mínimo de 20 na relação aluno/professor;

▪ Alcançar o conceito 5 do IGC de todos os cursos superiores.

Extensão

▪ Articular o planejamento e a captação de recursos através de projetos voltados às demandas sociais e econômicas, com vista ao fortalecimento, ampliação e apoio a projetos de extensão, possibilitando maximizar a quantidade de estudantes e docentes envolvidos com os projetos, refletindo na ampliação do número de publicações relevantes.

Pesquisa

▪ Fortalecer, ampliar e incentivar os programas e grupos de pesquisa científica, preferencialmente aplicada, através do planejamento e a captação de recursos por meio de projetos e convênios com instituições financiadoras, direcionados às demanda sociais e econômicas regionais;

▪ Fomentar e maximizar a participação e envolvimento dos discentes nos projetos de iniciação científica, preferencialmente voltados à pesquisa aplicada, na apresentação dos projetos em eventos científicos, resultando em produções científicas e tecnológicas e publicações de trabalho em periódicos indexados nacionais e internacionais.

Inovação

▪ Criar e alicerçar a cultura de inovação no IFPR, fomentando, fortalecendo, ampliando, apoiando e consolidando os programas de inovação e de proteção da propriedade intelectual;

▪ Fomentar a transferência de conhecimentos e tecnologia nos programas e projetos que atendam aos interesses do IFPR;

▪ Estimular o empreendedorismo de base tecnológica e o empreendedorismo social nos estudantes do IFPR.

Internacionalização

▪ Fortalecer a internacionalização do IFPR através do estabelecimento de políticas, programas de parcerias externas, realização de eventos científicos internacionais, assim como incentivar a produção e publicação de pesquisas em revistas internacionais.

Esportiva Artística Cultural

▪ Fomentar e apoiar as práticas esportivas, artísticas, culturais e sociais nos campi, revertidas no maior engajamento ativo da comunidade acadêmica nessas ações.

Diversidades

▪ Criar e implementar projetos e ações de valorização das diversidades que caracterizam os sujeitos que constituem o IFPR de modo que as diferenças sejam reconhecidas como fatores positivos para os processos educacionais desenvolvidos pela instituição, fomentado o envolvimento de toda comunidade acadêmica nas atividades.

Meio Ambiente

▪ Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável e o total cumprimento do PLS, incluindo a gestão de resíduos sólidos, bem como maximizar o envolvimento da comunidade interna através da sensibilização e dos docentes, TAE's e discentes na redução de impactos ambientais.

Patrimônio Artístico Cultural

▪ Criar projetos e ações de conservação e valorização do patrimônio artístico e cultural, promovendo parcerias e convênios com instituições externas, visando a participação do maior número de discentes e docentes nas ações e projetos.

Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social

▪ Criar mecanismos efetivos de acompanhamento e monitoramento dos egressos da instituição;

▪ Propiciar aos estudantes a inserção profissional no mercado de trabalho através de oportunidades de estágios obrigatórios e não obrigatórios mediante parcerias com o setor produtivo regional de atuação do campus;

▪ Promover maior integração entre o IFPR e as comunidades regionais sócio-vulneráveis, assim como desenvolver e ofertar cursos de formação inicial e continuada

voltados a este público, visando a empregabilidade e melhoria nas condições socioeconômicas desses cidadãos.

Inclusão Social

▪ Manter e acompanhar o sistema de cotas a fim de garantir o IFPR como uma instituição inclusiva, bem como propiciar bolsas de inclusão social, nas mais diversas modalidades, assegurando aos discentes em situação de vulnerabilidade social condições de permanência e êxito, aumentando a eficiência da instituição.

Educação em Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

▪ Criar projetos, ações, estabelecer parcerias e convênios para a defesa e promoção dos direitos humanos, buscando envolver a comunidade acadêmica nessas atividades.

4.2 Propostas de Melhorias

4.2.1 Planejamento e Avaliação Institucional

• Melhorar a divulgação, por parte da CPA, da sua importância, dos seus resultados e suas ações fundamentadas na autoavaliação institucional;

• Incentivar o aumento da participação de todos os segmentos consultados;

• Inclusão de eventos sobre Avaliação Institucional nos calendários acadêmicos, assegurando a participação mais ativa da comunidade no planejamento e acompanhamento do desenvolvimento institucional;

• Criar espaços/momentos de avaliação crítica dos resultados da CPA nos diversos cursos ofertados nos Campi;

• Pleitear recurso orçamentário que possibilite presença da CPA Central em todos os campi, inclusive para o uso de recursos tecnológicos, visando o tratamento de dados e apresentação de resultados da avaliação institucional;

4.2.2 Desenvolvimento Institucional

• Aprimorar os processos seletivos de ingresso, assegurando ampla divulgação, acessibilidade aos diversos públicos e calendários adequados aos processos;

• Elaborar/revisar Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFPR, em acordo com as normativas da SETEC/MEC;

• Promover ações visando a Responsabilidade Social, integrada aos temas do meio ambiente, da sustentabilidade e do desenvolvimento humano;

• Promover ações visando aprimoramento e acompanhamento do Plano de Logística Sustentável, em acordo com as normativas pertinentes;

4.2.3 Políticas Acadêmicas

• Assegurar a gestão democrática, participativa e ativa dos segmentos da comunidade acadêmica em todos os níveis e espaços de representação no âmbito administrativo e político;

• Fortalecer a atuação junto aos órgãos de classe, com Associações Comerciais, associações de cunho social e comunitário, Prefeituras, entre outros, no sentido de dar difusão de cursos, da realização de estágios e outras atividades de formação profissional;

• Promover a comunicação social visando a difusão da instituição aos vários segmentos da comunidade interna e externa;

• Implementar ações que visem a divulgação dos resultados de pesquisas científicas, bem como de produções institucionais;

• Fortalecer a ação dos NAPNEs, visando assegurar a inclusão e o progresso dos Estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com o treinamento e ampliação do quadro de servidores, acessibilidade e acompanhamento pedagógico.

4.2.4 Políticas de Gestão

• Estimular a participação de técnicos administrativos em atividades de pesquisa e extensão, por meio da regulamentação institucional da participação de TAEs em projetos de pesquisa, extensão e inovação;

• Estimular a participação dos servidores, sobretudo técnicos administrativos, em programas de capacitação profissional, voltada aos processos internos do IFPR;

• Dinamizar a oferta e acesso a programas de qualificação e capacitação dos servidores, através da complementação de estudos, participação em cursos de formação continuada e intercâmbios;

• Fortalecer as secretarias de registro acadêmico de modo a aumentar a confiabilidade dos dados institucionais;

• Pleitear melhorias na logística que envolve o deslocamento de acadêmicos, em atividade de campo, concernentes ao transporte, hospedagem e alimentação;

4.2.5 Infraestrutura Física

• Aprimorar a acessibilidade e conectividade nos campi, com oferta de pontos de carregamento de dispositivos, acesso a redes wifi, bem como todas as condições para a comunidade acadêmica estar conectada à rede internacional de computadores;

• Aprimorar a estrutura das bibliotecas, assegurando-as como espaços de aprendizagem, conectadas à rede de computadores e dotada de ações de integração com acesso à leitura, à pesquisa e ao estudo;

• Assegurar as condições de pleno uso dos espaços de apoio ao ensino, tais como os laboratórios e áreas de convívio, bem como pleitear a construção/melhoria de cantinas, auditórios, quadras e ginásios;

• Melhorar a gestão ambiental nos campi voltada aos cuidados com a preservação da água, produção de energia, aquisição de materiais, descarte de resíduo sólidos e efluentes, mobilidade urbana, qualidade de vida e saúde da comunidade, em consonância com o PLS IFPR;

• Melhorar as condições de acesso aos portadores de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida;

• Pleitear a infraestrutura e recursos necessários para a integralização do ensino ou a melhoria na qualidade da permanência do aluno no campus, de forma a beneficiar regiões carentes de transporte público.

4.3 Plano de Ação

Em virtude da formação da CPA local do Campus Capanema ser considerada tardia, em relação a tomada de dados da última avaliação institucional, somada ao término do presente relatório em data próximo ao período de recepção dos dados pertinentes a avaliação de 2022 – 2023, o comissão resolveu por aguardar os dados mais recentes e preparar um plano de ação mais atualizado e coerente com as recentes demandas da comunidade.

4.4 Calendário da CPA

A comissão dá por encerrado o presente relatório e aguarda os dados da próxima avaliação institucional para elaboração dos próximos encontros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual comissão se alegra da importância e da excelência do trabalho realizado na elaboração deste documento. Foram muitos os desafios, levando em conta o novo modelo de relatório, o qual leva em conta a realidade dos Campus de maneira mais apurada, além da formação da comissão próximo ao fim do ano. Entretanto, se formou um grupo capaz de atuar dentro do que a comissão se propõe e aprimorar a avaliação institucional como ferramenta de desenvolvimento ampla e democrática.

6.REFERÊNCIAS

01 – Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

02 – LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - DBEN), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13666-16-maio-2018-786690-publicacaoo riginal-155573-pl.html

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm

03 – Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pela Instituição http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao

04 – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

05 – Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf

06 – Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm

07 – Resolução n.º 10, de 4 de outubro de 2007, Dispõe sobre normas e procedimentos para o credenciamento e o recredenciamento de Centros Universitários.
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces010_07.pdf

08 – LEI Nº- 11.507, DE 20 DE JULHO DE 2007 Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou pela Fundação CAPES; reestruturada pela LEI Nº 12.269, DE 21 DE JUNHO DE 2010, em seus artigos 35 e 36.
http://download.inep.gov.br/download//superior/institucional/Lei11507_20_2007.pdf
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11507.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12269.htm#art35

09 – PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007(*)Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
http://download.inep.gov.br/download//superior/2011/portaria_normativa_n40_12_dezembro_2007.pdf
http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf

10 – LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm#art32

11 – Resolução nº 23/09 CONSUP-IFPR, de 14 de dezembro de 2009, que Cria a Comissão Própria de Avaliação do IFPR, http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-23.09.pdf

12 – RESOLUÇÃO Nº 3 DE 14 DE OUTUBRO DE 2010. Regulamenta o art. 52 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996,e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2010/resolucao_n_03_de_14102010.pdf

13 – INSTRUÇÃO NORMATIVA No - 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2013 Dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2013/instrucao_normativa_n_1_de_14012013.pdf

14 –INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 31 DE MAIO DE 2013. Estabelece critérios para dispensa de visita de avaliação in loco pelo INEP e o padrão decisório para os pedidos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial ofertados por IES integrantes do sistema federal de ensino. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2013/instrucao_normativa_n_4_de_31052013.pdf

15 – Portaria n° 92 de 31 de janeiro de 2014 que aprova os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial do SINAES. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2014/portaria_instrumento_n92_31012014.pdf

16 – Roteiro de Autoavaliação SINAES/CONAES/INEP/MEC 2004 http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2

17 - Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância – 05/2012 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf

18 – Instrumento de Avaliação – SINAES/CONAES/INEP/DAES – 08/2014 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf

19 – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância, abril de 2016 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf

20 – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância, oficializados pelo CONAES/INEP/DAES/MEC, na Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, que fundamentam as alterações propostas nas metodologias para avaliações externas; de Outubro de 2017 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

21 – NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 062. Definição da estrutura do Relato Institucional http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n62_relato_institucional.pdf

22 – NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 065 de 09/10/2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf

23 – RESOLUÇÃO 01 de 11/03/2016 CONAES/DAES/INEP/ /MEC, estabelecendo diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade à distância,

https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CES-CNE-001-2016-03-11.pdf e http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192 https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=317442

24 – PORTARIA NORMATIVA Nº 11, DE 20 DE JUNHO DE 2017 Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/portaria_normativa_N_11_20062017.pdf

25 – PORTARIA N 1.382, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017. GAB/MEC Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

– Sinaes

https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1383-2017-10-31.pdf

26 – PORTARIA NORMATIVA Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/portaria_N_19_13122017.pdf

27 – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/instrucao_normativa_N_1_15122017.pdf

28 – DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/decreto_N_9057_25052017.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm

29 – DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 CAPÍTULO I Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/decreto_N_9235_15122017.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107

30 – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/instrucao_normativa_n2_22122017.pdf

31 – NOTA TÉCNICA Nº 16/2017/CGACGIES/DAES NOVOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (IAIE); INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (IACG).

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80171-anexo-1-portaria-normativa-n-20-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192

33 – NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGACGIES/DAES REVISÃO DOS ITENS 4.9 E 5.5 DA NOTA TÉCNICA Nº 16/2017/CGACGIES/DAES.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0159763.pdf

34 - RESOLUÇÃO IFPR Nº 68, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023.

https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Revisao-2020.pdf

35- Lei 11.892 de 2008 – Dispõe sobre a criação dos Institutos Federais e sua organização.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm